GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES-FLORIANO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Floriano (PI), janeiro de 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governador do Estado

Rafael Tajra Fonteles

Reitor

Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Jesus Antônio de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino e Graduação - PREG

Mônica Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP

Rauirys Alencar de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários - PREX

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Administração e Finanças - PRAD

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Lucídio Beserra Primo

CENTRO / CAMPUS

Diretora

Ariete Ferreira Costa Bento

Coordenador do Curso de Licenciatura em História

Sérgio Luiz da Silva Mendes

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Tatiana Gonçalves de Oliveira

Laura Lene Lima Brandão

Valério Rosa de Negreiros

Sérgio Luiz da Silva Mendes

Gisvaldo Oliveira da Silva

Docentes Efetivos do Curso

Tatiana Gonçalves de Oliveira
Laura Lene Lima Brandão
Valério Rosa de Negreiros
Sérgio Luiz da Silva Mendes
Gisvaldo Oliveira da Silva

COMISSÃO DE FORMULAÇÃO

Docentes Redatores

Tatiana Gonçalves de Oliveira Laura Lene Lima Brandão Valério Rosa de Negreiros Sérgio Luiz da Silva Mendes

Gisvaldo Oliveira da Silva

Wanderson Ramonn Pimentel Dantas

Docentes Colaboradores:

Helane Karoline Tavares Gomes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO	7
CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO	g
1 APRESENTAÇÃO	g
2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI	11
3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	13
CAPÍTULO II - DO CURSO	16
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO	17
2.1. Contexto educacional	17
3 OBJETIVOS DO CURSO	20
3.1. Geral:	20
3.2. Específicos	20
4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
4.1. Competências e habilidades	22
4.2. Campo de atuação profissional	23
5 ESTRUTURA CURRICULAR	24
6 CONTEÚDOS CURRICULARES	25
6.1. Requisitos Legais	26
6.2. Matriz curricular	29
6.2.1 FLUXOGRAMA	1
6.3. Ementário e Bibliografia	41
7 METODOLOGIA	132
7.1. Estágio Curricular Supervisionado	133
7.2. Atividades complementares	141
7.3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	142
7.4. Atividades de Curricularização da Extensão	144
7.5. Prática como Componente Curricular	146
8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	149
8.1. Política de Ensino no âmbito do curso	150

8.2. Política de Extensão no âmbito do curso	151
8.3. Política de Pesquisa e Iniciação Científica	152
9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE	156
9.1. Programa de Acompanhamento Discente	156
9.2. Monitoria de ensino	157
9.3. Programa de Nivelamento	158
9.4. Regime de Atendimento Domiciliar	158
9.5. Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)	159
9.6. Ouvidoria	159
9.7. Auxílio Moradia e Alimentação	159
10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	160
10.1. Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho	160
10.2. Política de Apoio ao Docente	163
11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	165
12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO	167
12.1. Infraestrutura física e de recursos materiais	167
13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO	168
14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	170
15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	171
16 AVALIAÇÃO	171
16.1. Avaliação de aprendizagem	171
16.2. Avaliação institucional	173
16.3. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	175
16.4. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	175
16.5. Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs	176
16.5.1 Oferta de disciplinas em Educação à Distância (EaD)	176
ANFXOS	177

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em História, modalidade licenciatura, oferecido pelo Campus Dra. Josefina Demes da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), na cidade de Floriano/PI. Parte importante das reflexões que resultaram no documento ocorreram no âmbito do "Fórum de Discussões sobre Currículo e PPC de História - Floriano/Oeiras". Ao longo do segundo semestre de 2020, os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Licenciatura em História da UESPI de Floriano e Oeiras e as representações estudantis se reuniram diversas vezes. Podemos destacar os seguintes temas de estudo e debate: a Base Nacional Comum-Formação Docente, as mudanças no currículo da educação básica do Estado do Piauí orientadas pela Base Nacional Comum Curricular, as estratégias para curricularização da Extensão e as possibilidades de aprimoramento da prática como componente curricular.

O curso de Licenciatura em História da UESPI campus Dra. Josefina Demes é ofertado na modalidade regular presencial desde 1998. Está inscrito no e-Mec com o código 1151425. Através do Parecer CEE/PI nº 161/2019, aprovado pela Resolução CEE No. 149/2019 o curso teve sua renovação autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí até 31 de julho de 2024. A partir da análise das três dimensões norteadoras da avaliação, a Comissão verificadora concedeu nota 4 ao curso.

Neste novo currículo o curso oferecerá 40 vagas anuais, em uma única entrada no primeiro semestre, na modalidade presencial, nos períodos manhã e noite. Com carga horária total para integralização de 3.520 horas, sendo 1.590 horas do núcleo científico-específico (obrigatórias, eletivas e Atividades Acadêmico, Científico, Culturais - AACC), 810 horas de Base Comum Obrigatória (RESOLUÇÃO CEPEX 008/2021), 400 horas de Práticas, 400 horas de Estágio Supervisionado e 320 horas de Atividades Curriculares de Extensão- ACE. O curso terá duração de 8 (oito) semestres, a serem integralizados em no mínimo 8 (oito) semestres e no máximo 12 (doze) semestres.

O curso conta atualmente com um corpo docente formado por cinco professores efetivos. Destes, dois são doutores com regime de trabalho em dedicação exclusiva, dois são mestres com dedicação exclusiva e uma é mestra TI-40 horas. Tendo como objetivo formar professores conscientes do seu papel de educadores-pesquisadores e

de sujeitos críticos-reflexivos, habilitandos para o exercício do ensino e da pesquisa na Educação Básica, bem como da pesquisa acadêmica e assessoramento na área de História em instituições públicas e privadas. O curso oferece aos discentes uma formação ampla, com um currículo que dialoga com os conhecimentos gerais e específicos necessários ao exercício da profissão de licenciado em História. Nesse mesmo sentido, o curso conta com um Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História equipado com computadores, mobiliários e equipamentos necessários para o desenvolvimento de projetos que complementarão a formação do nosso alunado e também como lócus de produção de conhecimento para a comunidade científica e para a sociedade.

Este Projeto Pedagógico, aprovado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História do Campus Dra. Josefina Demes, é fruto do esforço conjunto de todos os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso. A matriz curricular assim como as ementas foram elaboradas para atender as demandas sociais e legais vigentes. Além disso, este PPC está alicerçado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e tem como fundamento as concepções do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ambos os documentos norteadores das ações da Universidade Estadual do Piauí.

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ No. 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº. 042 de 9 de setembro de 1991, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando, portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba. Posteriormente foram criados novos Campi, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui *Campus* sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontra em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presencial e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 6 (seis) cursos *Lato sensu*, 7 (sete) cursos *Stricto sensu*, 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referenciais para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa perspectiva,

a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e
 possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que
 vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do
 conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

 Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) *Campi*, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos vizinhos estados do Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual –. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação. Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para ingressantes e um

total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2105). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015 e

ao PEE 2015, que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores da Educação Básica.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual No. 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior, impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal Nº 042/1993, foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – Campus do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os Campi de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos.

A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí

 FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus de São Raimundo Nonato.

Os demais Campi permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual n° 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual n° 10.239, 24/01/2000), Piripiri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto n° 10.690, de 13/11/2001) – atualmente Campus "Clóvis Moura".

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de 04 (quatro) Centros de Ciências no Campus "Poeta Torquato Neto": Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.

Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) e do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) da Instituição. A segunda eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores(as) de Centro e de Campus e Coordenadores(as) de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no Campus "Poeta Torquato Neto", do CCN (Centro de Ciências da Natureza), do CCECA (Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes), do CTU (Centro

de Ciências Tecnológicas e Urbanismo), do CCA (Centro de Ciências Agrárias) em União. A FACIME recebeu a denominação de CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada — Universidade Aberta do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores/as nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é uma medida que reflete a preocupação em traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar N° 87/2007. Esta nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação:

Licenciatura em História

1.2. Área:

Ciências Humanas

1.3. Situação jurídico-institucional

O curso está autorizado pelo Decreto /Resolução CEPEX Nº 021/2012 e reconhecido pela Resolução CEE Nº 149/2019 e Decreto Nº 18.794/2020.

1.4. Regime acadêmico

1.4.1. Regime de oferta e matrícula

Regime seriado semestral (primeiro semestre)

1.4.2. Total de vagas

40 vagas anuais

1.4.3. Carga horária total para integralização

3520 horas

1.4.4. Tempo para integralização

MÍNIMO: 8 semestres

MÁXIMO: 12 semestres

1.4.5. Turnos de oferecimento

Matutino / noturno.

1.4.6. Quantidade de alunos por turma

40 Alunos por turma durante a realização das aulas/atividades teóricas;

40 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades práticas.

1.4.7. Requisitos de Acesso

Conclusão do Ensino Médio e Aprovação/classificação no SISU, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;

Ingresso como portador de diploma de nível superior ou através de transferência intercampi e facultativa de outra IES, de acordo com o Regimento Geral da UESPI.

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2.1. Contexto educacional

Distante à 240 km de Teresina, capital do Piauí, e situada na zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, a cidade de Floriano conta com uma população de 60.111 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para o ano de 2021, enquanto a sua área territorial é 3.409,647 km², contabilizando uma densidade demográfica de 16,92 hab/km².

O município de Floriano em sua área territorial apresenta importância imediata na Mesorregião do Sudoeste piauiense, o que leva a cidade ocupar lugar central na chamada "Microrregião de Floriano" ao abranger os municípios de Amarante, Itaueira, Flores do Piauí, Francisco Ayres, Nazaré do Piauí, São José do Peixe, Jerumenha, e do outro lado do rio Parnaíba, a cidade de Barão de Grajaú no estado do Maranhão.

Atualmente a cidade de Floriano se caracteriza como um dos principais pólos de desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí, ao representar destaques nos setores do comércio, cultura, turismo e educação.

No passado, a "cidade beira" às margens do rio Parnaíba teve sua atividade comercial impulsionada pela chegada dos imigrantes árabes vindos da Síria e do Líbano, em fins do século XIX e meados do século XX, o que beneficiou a região, caracterizando-a como um entreposto comercial da localidade.

O cenário cultural da cidade abrange diversas manifestações artísticas, como a Encenação da Paixão de Cristo na "Cidade Cenográfica de Floriano" que recebe anualmente um público entre oito e dez mil pessoas. Além disso, destaca-se a paisagem urbana pelo seu rico patrimônio arquitetônico com casarões que representaram os tempos de bonança econômica, proporcionada pelas casas comerciais dos árabes no município, bem como prédios de valor histórico, a exemplo do Espaço Cultural Maria Bonita (antiga usina elétrica), hoje casa de espetáculos, além do Estabelecimento Rural São Pedro Alcântara, que recebeu tombamento federal pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2014, pela sua importância no contexto de ocupação do território nacional no século XIX.

Diante todos esses aspectos, a cidade de Floriano tem se destacado nas últimas décadas como um polo universitário ao reunir instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas. Nesse cenário o curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí se insere como fundamental no contexto educacional, para o desenvolvimento social da região.

O curso de Licenciatura em História no município de Floriano possibilitou ao município a formação de jovens profissionais na área de História, com vistas a formar mão de obra qualificada para atuar na área da promoção do ensino de História, no reconhecimento e revalorização do patrimônio cultural da cidade e no desenvolvimento social da localidade.

A partir do ano de 2018 o curso constituiu pela primeira vez seu colegiado efetivo, formado por professores aprovados em concurso público. Tal fato mobilizou de maneira consistente a reorganização do curso, a fim de atender exigências do Conselho Estadual de Educação, o que proporcionou o seu reconhecimento junto ao órgão no ano de 2019, bem como a avaliação com nota 4. Ademais, os esforços dos docentes se concentraram na realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como melhorias nas condições de estrutura do próprio curso, como por exemplo, a criação do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História (LAPEH) em 2020, o que possibilitou um salto de qualidade na formação docente dos profissionais egressos.

Por localizar-se numa região de entroncamento da BR-230 (Rodovia Transamazônica), o curso de Licenciatura em História acaba por atrair estudantes oriundos das cidades circunvizinhas, bem como do Estado do Maranhão. Esses fatores ajudam a corroborar com a viabilidade e importância da permanência do curso de Licenciatura em História do campus Doutora Josefina Demes, da Universidade Estadual do Piauí, na formação de profissionais de História que atuem na Educação Básica do interior do estado.

Nestes termos, por exemplo, só a cidade de Floriano possui 32 escolas na zona urbana e 26 escolas na zona rural. Com base no último Censo Escolar (2020), o município possuía cerca de 283 docentes professores de Ensino Médio e 528

professores de Ensino Fundamental distribuídos em 67 escolas de ensino fundamental e 12 de ensino médio. Naquele ano foram realizadas 3126 matrículas no nível do Ensino Médio, o que representa um número considerável de estudantes que identificam a cidade de Floriano como um dos municípios com perspectivas de desenvolvimento do Ensino Superior.

A formação de professores aptos para atuarem no contexto da Educação Básica na cidade de Floriano se reforça na medida em que se revela o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2019), em termos de avaliação, as escolas públicas que ofertam Ensino Médio de maneira geral, apresentaram um desempenho médio de 4,0 pontos, sendo estes, 3,3 na rede estadual e 5,3 na rede federal de ensino.

Assim, é válido considerar que a dinâmica do mercado de trabalho para o professor de História no Piauí vem aumentando, sobretudo para as cidades do interior do Estado. Observa-se cada vez mais uma interiorização da demanda desse profissional na Microrregião de Floriano, sobretudo na educação básica. Esses indícios têm estreita relação com os processos de descentralização e municipalização das políticas públicas, como também com as conquistas, no âmbito da garantia de direitos, expressas pós-Constituição na área da educação.

Observa-se que diante das mudanças verificadas principalmente na área da História, com o crescimento da demanda, torna-se urgente e necessária a manutenção de um curso de Licenciatura em História em Floriano. A realidade Social do Piauí e da Microrregião de Floriano apresenta fortes desigualdades sociais e concentração de renda, um elevado número de mão de obra temporária e de desempregados à espera de oportunidades, os quais carecem de recursos e de serviços do Estado para suprir condições mínimas de sobrevivência. O índice de Gini que serve como instrumento de medida da concentração da desigualdade, para o município de Floriano é de 0,46 (IBGE/2003).

Por fim, essas questões demonstram a importância da continuidade do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, do Campus Dra. Josefina Demes, para contribuição e fortalecimento de práticas e experiências pedagógicas e historiográficas na região.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Geral:

Formar professores e professoras qualificados para o exercício do magistério na educação básica, bem como, atuar como profissionais de história em instituições não formais de ensino, a partir de diferentes concepções metodológicas que respeitem princípios éticos, legais e permitam a compreensão do seu papel de educadores-pesquisadores e de sujeitos críticos-reflexivos na realidade sociocultural e econômica do seu meio.

3.2. Específicos

O Curso de Licenciatura em História da UESPI se propõe a:

- Capacitar os discentes em diferentes abordagens metodológicas e concepções teóricas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no campo da História;
- Promover a formação de profissionais de História que problematizam as múltiplas experiências dos sujeitos históricos, bem como a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Promover a abordagem interdisciplinar do campo da História e outras áreas do conhecimento.
- Suscitar a prática constante da pesquisa histórica não só no âmbito acadêmico, mas sua produção e difusão na sociedade, de modo que atenda os mais diversos campos de atuação e espaços institucionais.
- Organizar a produção dos conteúdos básicos do conhecimento histórico e sua aplicabilidade nos diferentes níveis de ensino.
- Valorizar princípios éticos, democráticos e inclusivos, combatendo as diversas formas de injustiça, preconceito e violência.
- Estimular nos discentes o uso de ferramentas e tecnologias para o ensino de história.

A formação da(o) Licenciada(o) em História na UESPI está alinhada ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o respectivo curso, bem como às

demais legislações e normas para a educação superior. O curso objetiva dotar a(o) profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício de competências e habilidades específicas.

4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Floriano foi construído com base na articulação entre a legislação atual para licenciados e reflexões do NDE do curso, em diálogo com seu corpo discente e com egressos/as, ao longo do processo de elaboração do PPC. Para tanto, direcionamos nossa atenção para as questões específicas de cursos de licenciatura em História e para a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 — Conhecida como BNC-Formação Docente — e para as questões gerais do perfil do/a licenciado/a. Partindo desse referencial, pensamos nosso perfil do/a egresso/a como uma articulação das demandas legais nacionais com a especificidade local, regional e teórica de seu corpo docente e discente.

Entendemos que o/a licenciado/a em história trabalha com a compreensão, análise, produção e socialização do conhecimento histórico na sua prática escolar. Portanto, é o domínio do conhecimento histórico que dá embasamento e norteia suas ações. O conhecimento histórico visto como campo que se constitui na dinâmica de pesquisa histórica da área e que está em constante transformação em função das experiências vivenciadas pela sociedade na qual atua este/a profissional.

Neste sentido, é fundamental que o/a licenciado/a em história perceba o espaço da sala de aula como campo central, mas não exclusivo de ação e da prática do saber histórico. Este/a profissional tem uma função didática articulada ao domínio do conhecimento histórico que vai muito além do controle dos recursos pedagógicos do ensino escolar de história. Requer uma conduta crítica frente às variadas concepções e funções da história no tempo. Portanto, o/a licenciado/a em história deve estar preparado para fazer escolhas e assumir compromissos, sem se desprender do ofício

de problematizar conhecimento histórico e de levar em consideração as concepções dos destinatários do conhecimento histórico escolar.

Consideramos, principalmente, que o/a licenciado/a em história deve atuar na formação para a cidadania, primando pela democracia no estudo das culturas e dos povos. Dessa forma, os temas da pluralidade, da tolerância e da integração para a diversidade constituem metas a serem alcançadas por este/a profissional. Os/as professores/as de história devem estar conscientes de que a área de História é um campo de busca por compreensões, explicações e narrativas que o tempo presente impõe. Devem ter em mente sua responsabilidade ética com a interpretação das experiências de vida, promovendo diálogos entre as visões de mundo e de culturas.

4.1. Competências e habilidades

De acordo com o perfil do/a egresso/a acima descrito, espera-se que o/a licenciado/a em História possa:

- a) conhecer e operacionalizar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em saber histórico escolar para o ensino da história;
- b) conhecer e problematizar as interpretações propostas pelas principais concepções historiográficas e pedagógicas, visando com isso dominar a prática profissional como professor de história;
- c) mobilizar metodologicamente as tecnologias da informação para a construção e compreensão das historicidades trabalhadas em sala de aula;
- d) articular a construção de suas práticas pedagógicas através da mobilização e da análise de fontes históricas em sala de aula;
- e) saber trabalhar a relação entre a História e áreas de conhecimento afins, sendo capaz de diferenciá-las e, ao mesmo tempo, de harmonizar esses conhecimentos em proveito do seu trabalho no ensino de história;

- f) ter domínio das ferramentas de ensino e pesquisa em História e compreensão do papel que deve exercer em relação ao contexto local, regional, nacional e internacional;
- g) desenvolver práticas de Ensino de História que promovam a democracia, a igualdade social, os direitos humanos, a valorização da diferença como fundamento para a igualdade social e cultural, a valorização do meio ambiente e de uma relação sustentável com a natureza, a promoção da igualdade étnico-racial;
- h) contribuir para a desconstrução de preconceitos de todas as ordens, problematização e combate de violências físicas e simbólicas motivadas por questões étnicas, sociais, culturais, de gênero, de idade, etc;
- i) estar política e socialmente engajado com a profissão e comprometido com a formação continuada e o contínuo aprofundamento de seus conhecimentos, métodos e teorias.

Portanto, o perfil do/a egresso/a do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Floriano, se expressa pelo entrelaçamento dos elementos acima elencados. Trilhando esse caminho, acreditamos que teremos egressos/as com formação e prática voltados à construção de uma educação democrática, de qualidade, socialmente referenciada e transformadora.

4.2. Campo de atuação profissional

Docência - lecionar na educação básica nas redes pública e privada; assumir funções de gestão nos estabelecimentos de ensino (cargos de coordenação e direção).

Preservação do patrimônio histórico - preparar, selecionar, identificar e organizar documentos históricos, obras e artefatos para acervos públicos e privados de museus e de centros de documentação. Levantamento de dados e produção de textos em editoras e produtoras - realizar pesquisas sobre temas e materiais necessários à realização de trabalhos audiovisuais e ou produção literária.

Analista de meios de comunicação - atuação como colunista ou comentarista para diversos meios de comunicação.

Turismo - levantamento histórico de localidades que se apresentam como atrativos turísticos.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI, campus Dra. Josefina Demes, reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- **1. Flexibilidade**: a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelas Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Programa de Estágio Extra-Curricular, Programas de Nivelamento, Oferta de Disciplinas Optativas, Monitoria e Atividades de Extensão, todas normatizadas em um Regulamento próprio -, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- 2. <u>Interdisciplinaridade</u>: as ações de interdisciplinaridade, no âmbito de curso, ocorrem através dos Programas de Extensão e Estágio ofertados no curso, disciplinas integradoras, oportunidades nas quais, os professores supervisores estimulam as discussões em grupos interdisciplinares.
- 3. <u>Compatibilidade de carga horária</u>: A carga horária do curso de Licenciatura em História da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais (Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019). Atualmente o curso possui 3.520 horas, integralizadas em 8 (oito) semestres de 15 (quinze) semanas letivas.
- **4.** <u>Articulação da Teoria com a Prática</u>: A articulação entre a Teoria e a Prática no âmbito do curso de Licenciatura em História da UESPI se dá de forma precoce e

constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas teóricas.

6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Para a elaboração deste PPC foi considerada a resolução do CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Os componentes curriculares se estruturam em três núcleos de disciplinas que se complementam para formar alunos com perfil de professor-pesquisador. Todas as exigências legais foram atendidas na reformulação curricular, considerando disciplinas obrigatórias para as licenciaturas e para os cursos superiores em geral, além da carga horária para cada componente curricular.

O Grupo I é composto por disciplinas da base comum para licenciaturas, que discutem aspectos pedagógicos. Essas disciplinas iniciam já nos primeiros períodos do curso e se organizam de forma a cumprir **810 horas**.

O Grupo II corresponde aos conteúdos específicos da área de História e foram elaborados à luz das orientações da BNCC. Essas disciplinas articulam conceitos, problemáticas e temas específicos do conhecimento histórico. Esse grupo de disciplinas possui carga horária de 1.515 horas, entre eletivas, obrigatórias e mais 75 horas de Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC's). Portanto, o Grupo II contém carga horária total de **1.590 horas**.

O Grupo III é composto por Disciplinas Práticas com carga horária total de **800** horas. Destas, 400 horas são destinadas para os estágios supervisionados, que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação e 400 horas das Disciplinas Práticas distribuídas ao longo do curso em duas categorias que estão discriminadas na Matriz Curricular como: Prática Pedagógica Interdisciplinar (PPI) com 220 horas e as Práticas dos Componentes Curriculares (PCC) com 180 horas.

O currículo de história ainda inclui a obrigatoriedade de 75 horas de Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC's) que estão inseridas na carga horária total das disciplinas específicas (Grupo II) e de 320 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), correspondendo a 10% da carga horária total do curso

(3.200 horas). Sendo assim, o total de carga horária a ser cumprida para integralização do curso (Carga horária total + Carga horária ACE) é **3.520 horas**. Tanto as AACC's quanto as ACE's estão discriminadas na Matriz Curricular e no Fluxograma.

Vale destacar ainda que a elaboração deste PPC considerou as obrigatoriedades de disciplinas e temas a serem discutidos no curso, como por exemplo: meio ambiente, relações étnico-raciais e libras, como está evidenciado logo a seguir. Desse modo, a composição curricular que se apresenta atende aos requisitos legais, ao tempo que também será capaz de formar alunos para atuar como professores e como pesquisadores.

6.1. Requisitos Legais

6.1.1 <u>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)</u>

A Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Outro marco legal importante é a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório nos estabelecimentos de ensino públicos e privados o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". A partir destes marcos legais as instituições de Ensino Superior devem enfrentar o desafio de reformular as estruturas curriculares para atender, não somente demandas legais, mas aos grupos historicamente subalternizados estruturalmente e na escrita da História.

Em consonância a essas determinações, houve também a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, o que reitera a exigência de uma sólida formação de professores, que no exercício de suas funções deverão realizar discussões sobre esses temas. A referida resolução ainda situa que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior deverão oferecer disciplinas que contemplem as questões étnico-raciais e promover o aprofundamento de estudos através de projetos e programas e incentivar pesquisas sobre processos educativos que abordem essas questões. Inclusive, estabelecendo canais de comunicação com grupos dos Movimentos Negro, indígena e quilombola.

Ainda sobre essa questão, a lei 11.645, de 10 de março de 2008, determinou que os conteúdos programáticos deverão incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Considerando todas essas orientações, o currículo do curso de Licenciatura em História da UESPI campus Dra. Josefina Demes oferece aos estudantes as disciplinas específicas sobre as questões étnico-raciais, a saber: Ensino de História afro-brasileira e indígena, História indígena e do indigenismo, História da África e História dos movimentos indígenas na América Latina. Além dessas, as questões raciais também são contempladas em matérias não específicas, mas que contém em suas ementas a discussão sobre as populações afro-brasileiras e indígenas, como por exemplo, a disciplina de História da América I e II e História do Brasil I.

Em complementaridade e considerando que a formação do aluno se dá por meio de várias experiências acadêmicas, as questões étnico-raciais são abordadas também em projetos de pesquisa e extensão ligados aos grupos de pesquisa dos docentes do colegiado de história e ao Laboratório de História localizado no Campus Dra. Josefina Demes, em Floriano-PI.

Essas várias experiências de ensino, pesquisa e extensão visam, portanto, formar alunos capazes de encarar de forma ética, fundamentada e consistente os debates acerca das questões étnico-raciais com vistas a um debate democrático e plural e a superação do racismo estrutural.

6.1.2 Disciplina de LIBRAS

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 e viabilizando seus princípios de educação inclusiva a UESPI oferta a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - em caráter opcional ou obrigatório - conforme legislação, proporcionando uma maior democratização e integração entre os componentes da comunidade educacional da UESPI.

Em consonância com o referido decreto, o curso de Licenciatura em História oferece aos alunos, em caráter obrigatório no segundo bloco do curso, a disciplina de Libras. Essa disciplina objetiva instrumentalizar os professores em formação para o exercício da prática docente com alunos surdos. Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto linguístico, sociológico, histórico-cultural da LIBRAS, bem como o atual cenário de políticas públicas e programas para a população surda.

Deste modo, o curso tornará possível o desenvolvimento de conhecimentos básicos e práticos no que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais Libras e formar professores capazes de lidar com as diferenças e pluralidades do sistema educacional brasileiro.

6.1.3 Políticas de Educação Ambiental

Alinhada à Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002, o curso de Licenciatura em História da UESPI integra a Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Para materializar essa ação, os conteúdos das disciplinas básicas e profissionais contemplam a temática ambiental, bem como é incentivada a participação em atividades complementares relacionadas à temática.

Para além do trato transversal da temática, o curso oferece em caráter optativo a disciplina de *História e meio-ambiente*, com carga horária de 45h. Essa disciplina permite um aprofundamento na discussão sobre os aspectos socioculturais e econômicos de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente, além de promover o debate sobre as possibilidades do ensino de história Ambiental na educação básica.

Essas discussões permitirão aos alunos terem uma compreensão mais ampla sobre a questão ambiental, compreendendo-a historicamente e promovendo ações mais assertivas com o trato com o meio ambiente.

6.2. Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e carga horária com tempo de integralização de acordo com a Resolução CNE/CES N. 02/2007, Resolução CNE N. 004/2009, Resolução CNE/CP N. 2/2002 e Resolução CNE/CP N. 001/2006 e Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, Resolução CEPEX 002/2021, Resolução CEPEX 004/2021, Resolução CEPEX 003/2021, Resolução CEPEX Nº 034/2020, Resolução CEPEX Nº 038/2020

Os conteúdos curriculares encontram-se divididos em três grupos (I, II e III), sendo que cada um cumpre os objetivos e a carga horária estabelecida na Resolução CNE/CP Nº 2, de dezembro de 2019 e Resolução CEPEX 008/2021. Como recomendado na resolução, os três grupos foram pensados "de modo interdependente e sem hierarquia" (Resolução CNE/CP Nº 2). Deste modo, os conteúdos das disciplinas dialogam e se complementam, garantindo a formação de um/a profissional com as competências e habilidades necessárias para atuar como professor/a e pesquisador/a da área de História.

As disciplinas do Grupo I abordam conteúdos relacionados à base comum, que compreendem os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. O grupo I é composto por 810 horas, conforme disciplinas elencadas a seguir:

GRUPO I: DISCIPLINAS DA BASE COMUM	,	
Psicologia da Educação	60h	IV
Sociologia da Educação	60h	II

Filosofia da Educação	60h	I
Política Educacional e Organização da Educação Básica	60h	III
Didática	60h	IV
Metodologia do Ensino de História	90h	V
Ensino de História Afro-brasileira e Indígena	90h	II
História da Educação Brasileira	60h	V
Tópicos especiais em Educação I	60h	I
Metodologia Científica	60h	I
Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação	90h	I
Libras	60h	II
TOTAL DA CARGA HORÁRIA:	810H	

As disciplinas do Grupo II correspondem aos conteúdos específicos da área de História, os quais estão alinhados às competências, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC. As ementas, competências, cenários de aprendizagem e bibliografia visam a assegurar o domínio pedagógico dos conteúdos, bem como habilitar o/a estudante para realização de pesquisa em sua área de formação. O Grupo II é composto por 1.590 horas, divididas entre disciplinas Obrigatórias, Eletivas e as AACC's. Sendo formado pelas seguintes disciplinas:

GRUPO II: DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	CARGA HORÁRIA	BLOCO
Introdução aos Estudos Históricos	60h	I
História Antiga	60h	I
História Medieval	60h	II

Teorias e metodologias da História I	60h	II
Teorias e metodologias da História II	60h	III
História Indígena e do Indigenismo	60h	III
História Moderna	60h	III
História da América I	60h	III
História da América II	60h	IV
História da África	60h	VIII
História do Brasil I	60h	IV
História do Brasil II	60h	V
História do Brasil III	60h	VI
História do Brasil IV	60h	VII
História do Piauí I	60h	IV
História do Piauí II	60h	V
Historiografia Brasileira	60h	V
Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I	60h	V
Métodos e Técnicas da Pesquisa em História II	60h	VI
História Contemporânea I	60h	VI
História Contemporânea II	60h	VII
Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC)	60h	VII
Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC)	60h	VIII
Eletiva I	45h	III
Eletiva II	45h	VII

Eletiva III	45h	VIII
AACC'S	75h	VIII
TOTAL DA CARGA HORÁRIA:	1590h	

As disciplinas do Grupo III correspondem a três categorias: 1. Estágio Supervisionado Obrigatório, 2. Práticas Pedagógicas Interdisciplinares (PPI's) e 3. Práticas de Componente Curricular (PCC's). O grupo é composto por 800 horas, sendo 400 horas destinadas aos estágios supervisionados, que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação e 400 horas de prática dos componentes curriculares das disciplinas dos grupos I e II. A distribuição das 800 horas está organizadas da seguinte maneira:

GRUPO III: DISCIPLINAS PRÁTICAS	CARGA HORÁRIA	BLOCO
Estágio Supervisionado I	150h	VI
Estágio Supervisionado II	150h	VII
Estágio Supervisionado III	100h	VIII
Introdução aos Estudos Históricos	30h	I
Prática Pedagógica Interdisciplinar I: Laboratório de Fontes Históricas	70h	II
Prática Pedagógica Interdisciplinar II: Laboratório de Ensino de História Indígena e do Indigenismo	50h	III
Prática Pedagógica Interdisciplinar III: Didática	50h	IV
Prática Pedagógica Interdisciplinar IV: Laboratório de ensino de Educação para as relações étnico-raciais	50h	VI
Prática de Componente Curricular em História do Brasil I	30h	IV
Prática de Componente Curricular em História do Brasil IV	30h	VII

Prática de Componente Curricular em História do Piauí I	30h	IV
Prática de Componente Curricular em História Contemporânea I	30h	VI
Prática de Componente Curricular em Métodos e técnicas de Pesquisa em História I	30h	V
TOTAL DA CARGA HORÁRIA:	800h	

Para atender à Resolução CEPEX 002/2021, a matriz curricular do curso de Licenciatura em História terá um total de 75h destinadas às Atividades Acadêmico, Científico, Culturais - AACC, também denominadas Atividades Complementares ou Atividades Independentes dos Cursos de Graduação da UESPI, e sua carga horária será somada a carga horária das disciplinas do Grupo II, totalizando **1590 horas**. Para atender à Resolução CEPEX Nº 034/2020, que trata da inserção das extensões na Matriz Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí, o curso de Licenciatura em História optou pela modalidade Unidade Curricular Específica - UCE. Neste formato serão desenvolvidas ações em programas, projetos, cursos, oficinas e eventos conforme o previsto no Art. 7º desta Resolução. Totalizando 320h a serem cumpridas pelos discentes entre os blocos III e VII.

A MATRIZ CURRICULAR DIVIDIDAS POR BLOCOS

	BLOCO I			
	CARGA I	HORÁF	RIA	
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTICA *	PC C	PPI	TOTA L
Introdução aos Estudos Históricos	60h	30h	-	90h
História Antiga	60h	-	-	60h
Filosofia da Educação	60h	-	-	60h
Metodologia Científica	60h	-	-	60h

Tópicos Especiais em Educação I	60h	-	-	60h
Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação	90h	-	-	90h
Total do bloco em Horas:		420h		

*Ao discriminarmos "TEORIA+PRÁTICA", a disciplina que tiver somatório dentro deste quadro será referente a carga horária prática. Quando não, será referente somente a carga horária teórica. Isto ocorrerá somente com as disciplinas de Estágio Supervisionado.

	BLOCO II			
	CARGA	HORÁ	RIA	
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PC C	PPI	TOTA L
Teorias e Metodologias da História I*	60h	-	-	60h
História Medieval	60h	-	-	60h
Sociologia da Educação	60h	-	-	60h
Ensino de História afro- brasileira e indígena	90h	-	-	90h
Prática Pedagógica Interdisciplinar I: Laboratório de Fontes Históricas	-	-	70h	70h
Libras	60h	-	-	60h
Total do bloco em Horas:			400h	

*pré-requisito: aprovação na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.

BLOCO III				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			
	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
Teorias e Metodologias da História II*	60h	-	-	60h
História Moderna	60h	-	-	60h

História da América I	60h	-	-	60h
História Indígena e do Indigenismo	60h	-	-	60h
Prática Pedagógica Interdisciplinar II: Laboratório de Ensino de História Indígena e do indigenismo	-	-	50h	50h
Política Educacional e Organização da Educação Básica	60h	-	-	60h
Eletiva I	45h	-	-	45h
ACE I	-	-	-	70h
Total do bloco em Horas:			465h	

^{*}pré-requisito: aprovação na disciplina de Teorias e Metodologias da História I.

BLOCO IV				
	CARGA HORÁRIA			
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
História do Piauí I	60h	30h	-	90h
História do Brasil I	60h	30h	-	90h
História da América II	60h	-	-	60h
Didática	60h	-	-	60h
Prática Pedagógica Interdisciplinar III: Didática	-	-	50h	50h
Psicologia da Educação	60h	-	-	60h
ACE II	-	-	-	70h
Total do bloco em Horas:			480h	

BLOCO V				
	CARGA HORÁRIA			
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
História do Piauí II	60h	-	-	60h
História do Brasil II	60h	-	-	60h
Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I	60h	30h	-	90h
Metodologia do Ensino de História	90h	-	-	90h
História da Educação Brasileira	60h	-	-	60h
Historiografia Brasileira	60h	-	-	60h
ACE III	-	-	-	60h
Total do bloco em Horas:			480h	

BLOCO VI				
	CARGA HORÁRIA			
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
Estágio Supervisionado I	50h+100h*	-	-	150h
História do Brasil III	60h	-	-	60h
Métodos e Técnicas da Pesquisa em História II**	60h	-	-	60h
História Contemporânea I	60h	30h	-	90h
Prática Pedagógica Interdisciplinar IV: Laboratório de ensino de educação para as relações étnico-raciais	-	-	50h	50h
ACE IV	-	-	-	60h

Total do bloco em Horas:

470h

^{**}**pré-requisito**: aprovação na disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I.

BLOCO VII				
	CARGA	HORÁF	RIA	
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
Estágio Supervisionado II*	50h+100h**	-	-	150h
História do Brasil IV	60h	30h	-	90h
Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC)***	60h	-	-	60h
História Contemporânea II	60h	-	-	60h
Eletiva II	45h	-	-	45h
ACE V	-	-	-	60h
Total do bloco em Horas:			465h	

^{*}pré-requisito: aprovação na disciplina de Estágio Supervisionado I.

^{***}**pré-requisito**: aprovação na disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa em História II.

BLOCO VIII				
	CARGA HORÁRIA			
DISCIPLINAS	TEORIA+PRÁTIC A	PCC	PPI	TOTA L
Estágio Supervisionado III*	20h+80h**	-	-	100h
História da África	60h	-	-	60h

^{*}A carga horária de 50 horas corresponde a parte teórica da disciplina e a carga horária de 100 horas corresponde a parte prática.

^{**}A carga horária de 50 horas corresponde a parte teórica da disciplina e a carga horária de 100 horas corresponde a parte prática.

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC)***	60h	-	-	60h
Atividades Acadêmico, Científico e Culturais – AACC's	-	-	-	75h
Eletiva III	-	-	-	45h
Total do bloco em Horas:			340h	

^{*}pré-requisito: aprovação na disciplina de Estágio Supervisionado II.

^{***}**pré-requisito**: aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

RESUMO	CARGA- HORÁRIA
Disciplinas da Base Comum	810 H
Disciplinas Específicas (Obrigatórias, Eletivas e AACC's)	1.590 H
Estágio Supervisionado	400 H
Disciplinas Práticas	400 H
Total	3200 H
ACE (10% da carga horária total)	320H
Carga Horária a ser cumprida para integralização do curso (Carga-horária total + ACE)	3520H

^{**}A carga horária de 20 horas corresponde a parte teórica da disciplina e a carga horária de 80 horas corresponde a parte prática.

6.2.1 FLUXOGRAMA

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII
Introdução aos Estudos Históricos (60h+30h) 90 horas	Teorias e metodologias da História I 60 horas	Teorias e metodologias da História II 60 horas	História do Piauí I (60h+30h) 90horas	História do Piauí II 60horas	Estágio Supervisionado I 150 horas	Estágio Supervisionado II 150 horas	Estágio Supervisionado III 100 horas
História Antiga 60 horas	História Medieval 60 horas	História Moderna 60 horas	História do Brasil I (60h+30h) 90 horas	História do Brasil II 60 horas	História do Brasil III 60 horas	História do Brasil IV (60h+30h) 90 horas	História da África 60 horas
Filosofia da Educação 60 horas	Sociologia da Educação 60 horas	História da América I 60 horas	História da América II 60 horas	Métodos e Técnicas da pesquisa em História I (60h+30h) 90 horas	Métodos e Técnicas da pesquisa em História II 60 horas	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC) 60 horas	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC) 60 horas
Metodologia Científica 60 horas	Ensino de História afro- brasileira e indígena 90 horas	História Indígena e do Indigenismo 60 horas	Didática 60 horas	Metodologia do Ensino de História 90 horas	História Contemporânea I (60h+30h) 90 horas	História Contemporânea II 60 horas	AACC's 75 horas
Tópicos Especiais em Educação I 60 horas	PPI I: Laboratório de Fontes Históricas 70 horas	PPI II: Laboratório de Ensino de História Indígena e do indigenismo 50 horas	PPI III: Didática 50 horas	História da Educação Brasileira 60 horas	PPI IV: Laboratório de ensino de educação para as relações étnico-raciais 50 horas	Eletiva II 45 horas	Eletiva III 45 horas
Educação e TIC's 90 horas	Libras 60 horas	Política Edu. e Org. da Educação Básica 60 horas	Psicologia da Educação 60 horas	Historiografia Brasileira 60 horas	ACE IV 60 horas	ACE V 60 horas	
		Eletiva I 45 horas	ACE II 70 horas	ACE III 60 horas			
		ACE I 70 horas					

6.3. Ementário e Bibliografia

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em História da UESPI, campus Dra. Josefina Demes, com as respectivas ementas e bibliografias.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do Curso de Licenciatura em História da UESPI, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir.

Disciplinas do 1º Bloco

Introdução aos Estudos Históricos	
Carga Horária:	90 horas (60horas + 30horas)

Ementa:

Conceitos fundamentais no campo da história: fontes, sujeitos, tempo, temporalidade, espaço, verdade, conjuntura. A construção do conhecimento histórico. História, verdade e prova. O ofício do historiador e do docente de história. O processo de cientificização da História no século XIX: o Positivismo.

Competências:

 Refletir sobre o fazer da História e o diálogo interdisciplinar, destacando categorias conceituais que auxiliam o trabalho do historiador.

- Discutir a historicidade dos principais conceitos que informam o trabalho do historiador: tempo, sujeito, temporalidade, fontes, espaço, conjuntura histórica.
- Situar o debate a respeito do caráter científico da História e de seu percurso de legitimação ao longo do século XIX.
- Problematizar o papel social e acadêmico do historiador e do professor de História.
- Produção de material didático sobre o conceito de História.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento da disciplina serão usados textos que auxiliem na reflexão sobre os temas em discussão, além de outros suportes – como vídeos, entrevistas, documentários – que se inter relacionam com a bibliografia da disciplina. Serão utilizados os espaços da sala de aula da UESPI, biblioteca e laboratório de História. Além disso, essa disciplina será trabalhada em conjunto com suas aplicabilidades práticas na disciplina Prática Pedagógica Interdisciplinar I, na qual serão realizadas análises de fontes históricas e desenvolvidos laboratórios de usos de fontes históricas no ensino básico.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História I**: princípios e conceitos fundamentais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

COMPLEMENTAR:

BARROS, José. O Tempo dos Historiadores. Petrópolis: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, José Carlos. A História entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1996.

VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Lisboa: Edições 70, 2008.

<u>História Antiga</u>	
Carga Horária:	60horas

Ementa:

Fontes, métodos e abordagens no estudo da História Antiga; Poder, cultura e sociedade no Antigo Oriente-Próximo; Grécia Antiga, o mundo romano e a integração no Mediterrâneo.

Competências:

- Conhecer o debate historiográfico sobre o estudo da História Antiga e suas construções narrativas.
- Identificar a partir do uso de fontes históricas a relação entre política, economia e cultura nas sociedades do Antigo Oriente Próximo.
- Compreender os processos de integração no Mediterrâneo.

Cenários de Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. 6 ed., São Paulo: Contexto, 2020.

LIVERANI, Mário. **Antigo Oriente**: História, Sociedade e Economia. São Paulo: Edusp, 2016.

PINSKY, Jaime. 100 textos de história antiga. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Pierre. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.) **História da Vida Privada**: do Império Romano ao ano Mil. Vol. 01. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Egito Antigo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes Arqueológicas. O Historiador e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.81-110.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politeia,** Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62. 2003.

<u>Filosofia da Educação</u>	
Carga Horária:	60horas

Ementa:

A educação e a filosofia: gênese, conceitos, caracterizações; O educar e o filosofar; As relações entre Filosofia e Educação; Filosofia como fundamento e crítica da Educação; Elementos básicos constituintes das teorias filosóficas da educação: antropológico, axiológico e epistemológico; Contribuições das concepções de educação da filosofia antiga (Sócrates, Platão, Sofistas, Aristóteles) para a modernidade ocidental; Concepções de educação na filosofia moderna (Kant, Karl Marx); Concepções de educação na filosofia contemporânea: Teoria crítica da educação (Adorno, Horkheimer, Marcuse); Reconhecimento ético como educação dos afetos (Honneth, Charles Taylor);

Ética das virtudes como pedagogia da resistência (MacIntyre); Educação na perspectiva de colonial (Paulo Freire, Catherine Walsh).

Competências:

- Pesquisar o campo de estudo e definir a filosofia da educação e sua relação com os cursos de licenciaturas;
- Identificar as principais questões da filosofia da educação;
- Compreender as tendências filosóficas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva no contexto dos cursos de licenciaturas com base nas contribuições filosóficas da educação.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALLO, Silvio. Subjetividade, Ideologia e Educação. 2ªed. Campinas: Alínea, 2019.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Julio Groppa; REGO, Teresa Cristina (org.). **Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença**. São Paulo: Editora Segmento, 2014.

ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capita**l. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Zahar,2005.

Metodologia Científica		
Carga Horária:	60horas	

Ementa:

As várias formas de conhecer. A construção histórica do conhecimento científico. A ciência e os métodos científicos. Os negacionismos. A redação acadêmica. A estrutura de textos acadêmicos e suas finalidades: artigo, resumo, resenha, projeto de pesquisa, monografia, dissertação e tese. As normas técnicas da ABNT.

Competências:

- Analisar as bases da construção do conhecimento e pensamento científico.
- Problematizar os negacionismos contemporâneos, em destaque no que se refere à produção historiográfica.
- Compreender os processos de elaboração de projetos de investigação nas áreas de pesquisa e de ensino.
- Discutir as estrutura e organização de trabalhos científicos segundo a ABNT.
- Reconhecer elementos para a organização do trabalho acadêmico (Citações, Referências, problemas de pesquisa, plataformas de pesquisa e bases para a pesquisa).
- Refletir sobre a ética na pesquisa acadêmica.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento da disciplina serão usados textos que auxiliem na reflexão sobre os temas em discussão, além de outros suportes que se inter relacionam com a bibliografia da disciplina. Além disso, essa disciplina demandará o exercício prático e constante das normas de ABNT e de elaboração de textos acadêmicos. Para tanto, serão utilizados os espaços da sala de aula da UESPI, biblioteca e laboratório de História.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 2018.

COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 9a ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: **Métodos e técnicas.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

<u>Tópicos Especiais em Educação I</u>	
Carga Horária:	60horas

Ementa:

As disciplinas a serem ofertadas em Tópicos Especiais em Educação I serão definidas mediante consenso entre o colegiado do curso de Licenciatura em História e o corpo discente, dentre as opções dispostas no art. 2º da Resolução CEPEX 008/2021.

Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's)		
Carga Horária:	90horas	

Ementa:

Paradigmas e concepções educativas na inserção das tecnologias da informação na educação. Introdução aos sistemas de informação. Fundamentos das tecnologias da

informação e comunicação. Hardware (componentes, tecnologia de armazenamento, tecnologia de entrada e saída), software (tipos, gerações) e redes de computadores. Editores de texto. Planilhas eletrônicas. Instalação e configuração de programas.

Competências:

- Problematizar as relações entre tecnologia, informação e educação.
- Compreender os fundamentos dos sistemas de informação e das tecnologias da informação e comunicação.
- Utilizar as tecnologias da informação e da comunicação, buscando compreender sua relevância social.
- Analisar a relação entre mídias digitais e educação.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Licenciatura em História, ambiente virtual, Laboratório de Informática do campus e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARRETO, Flávio Chame. **Informática Descomplicada para Educação**. São Paulo: Érica, 2014.

DEMO, Pedro. **Educação Hoje:** "novas" tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação:** o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, M.B.B; VALENTE, J.A.**Tecnologias e currículo**: trajetórias convergentes ou divergentes? Paulus, 2011.

COSCARELLI, Carla Viana. **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada**. Série Eixos - Informação e Comunicação. São Paulo: Érica, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias. Editora Papirus, 2007.

PEREZ-GOMEZ, Ángel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015

Disciplinas do 2º Bloco

Teorias e Metodologias da História I		
Carga Horária:	60horas	

Ementa:

As narrativas históricas. Principais correntes teórico-metodológicas em História. Os marxismos e a Escola dos Annales. A Escola Alemã. A interdisciplinaridade na produção historiográfica. A crise dos paradigmas e a virada linguística na década de 1970. O retorno da narrativa. História Social inglesa. História Cultural francesa. A redefinição dos sujeitos e dos objetos históricos.

Competências:

- Localizar, delimitar e caracterizar as grandes linhas teóricas que informam a atividade do historiador, especialmente aquelas gestadas no século XX: Marxismos, Escola dos Annales, Escola Alemã.
- Apontar a renovação metodológica constante no campo da pesquisa histórica e a emergência de novos sujeitos e objetos.
- Problematizar e historicizar a construção de conhecimento histórico.
- Discutir sobre as críticas ao conhecimento histórico durante a década de 1970:
 virada linguística e o retorno da narrativa.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências traçadas, a disciplina contará com a análise teórica e orientações de leitura de textos que darão subsídios ao debate sobre a construção do campo da produção historiográfica. Serão utilizados os espaços da sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual, laboratório de História e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. 3.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

CERTEAU, M. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOBSBAWM, Eric. Sobre a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COMPLEMENTAR:

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. 2a ed. Lisboa: Difel, 2012.

_____. À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da História.** Vol. 2: De Tocqueville a Thompson, Rio de Janeiro: PUCRJ, Vozes, 2014.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

<u>História Medieval</u>	
Carga Horária:	60horas

Ementa:

As Civilizações do Ocidente Medieval; A Formação dos Estados do Ocidente e do Oriente; Estrutura e Dinâmica das Sociedades Medievais. Historiografia do período medieval.

Competências:

- Conhecer e problematizar a própria definição de uma história medieval conceitual construída a posteriori durante o processo de "Renascimento(s)" Cultural na Europa do século XIV/XV, dentro do contexto de Expansão Marítima Europeia e a Colonização da América Hispano-portuguesa;
- Compreender as estruturas acerca das práticas humanas nas sociedades medievais a partir do declínio do império romano;

- Conhecer e problematizar a extensão do controle social e cultural exercido pelas estruturas eclesiásticas na sociedade medieval;
- Compreender as relações de suserania e vassalagem as quais moldaram as relações sociais e de produção durante o período da história medieval europeia;
- Identificar a relevância e as contribuições do Cristianismo na formação da sociedade ocidental.

Cenário de aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula da UESPI, bem como a biblioteca. A exposição de vídeos também comporá o cenário de aprendizagem.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média.** Nascimento do Ocidente. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: ESTAMPA, 1983.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

COMPLEMENTAR:

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Editora Cia. das Letras,1993.

_____. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2012.

DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE GOFF, Jacques. **Para Um Novo Conceito de Idade Média.** Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

Sociologia da Educação

Carga Horária:	60horas

Ementa:

Contextualização histórica da sociologia; a sociologia e as diferentes abordagens teóricas, conceituais e metodológicas da educação: clássicos e contemporâneos. Escola, ensino, prática docente no mundo contemporâneo e no contexto brasileiro. A escola, os grupos, a família e a socialização. A pesquisa sociológica como estratégia de ensino. Temas contemporâneos em sociologia da Educação: juventudes, gênero e diversidade sexual, raça/etnia.

Competências:

- Analisar processos educativos a partir das abordagens sociológicas de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé conhecimento, prática e engajamento profissional.
- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e dos Direitos Humanos.

Cenários da Aprendizagem:

Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada nos conhecimentos científicos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado. Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula da UESPI, bem como a biblioteca.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

COMPLEMENTAR:

ABRAVOMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

FERNANDES, Danielle; HELAL, Diogo (orgs.). **As cores da desigualdade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MIRANDA, José da Cruz Bispo e Silva, Robson Carlos da. **Entre o Derreter e o Enferruja**r: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. **Reflexões sobre sociologia aplicada à educação**. Teresina: UAB/FUESPI/NEAD, 2012.

REGO, Teresa Cristina (Org.). **Educação, escola e desigualdade**. Petrópolis-RJ / São Paulo-SP: Vozes / Segmento, 2011.

Ensino de História Afro-Brasileira e Indígena	
Carga Horária:	90horas

Ementa:

História, cultura e resistência dos afro-brasileiros e dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas e afro-brasileiros na Constituição de 1988. Educação para as relações étnico-raciais; As leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Lutas do Movimento Negro e do Movimento Indígena na contemporaneidade.

Competências:

- Conhecer, compreender e valorizar a história e cultura dos povos indígenas e afrobrasileiros e suas contribuições para a formação social brasileira.
- Discutir subsídios para o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, preparando as(os) docentes para uma reflexão sobre o tema sem preconceitos.
- Analisar criticamente as relações étnico-raciais no Brasil.
- Refletir sobre os desafios colocados às/aos docentes quanto à aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- Discutir as lutas do Movimento Negro e do Movimento Indígena na contemporaneidade.

Cenários de aprendizagem:

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio dos seguintes cenários: sala de aula, sala de vídeo, biblioteca e laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

COSTA, João Paulo Peixoto. **A Farsa do Extermínio:** reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel (Orgs.). Patrimônio Arqueológico e Cultural Indígena. Teresina, Lisboa: EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2011. pp. 140-161.

MATTOS, Rejane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 374-415.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Cultura e História:** sobre o desaparecimento dos povos indígenas. Rev. de C. Sociais, Fortaleza, V. XXIII/XXIV, Nº (1/2): 213-225.

<u>Prática Pedagógica Interdisciplinar I:</u> <u>Laboratório de Fontes Históricas</u>

Carga Horária:

70 horas

Ementa: Laboratório de análise de fontes históricas. Tipologias de fontes. O uso de fontes no ensino de História. Acervos e plataformas de pesquisa em história.

Competências

- Compreender os usos das fontes documentais no processo de escrita historiográfica;
- Reconhecer as várias perspectivas analíticas de fontes históricas;
- Refletir sobre o uso de fontes históricas no ensino de história;
- Pesquisar, digitalizar, catalogar e armazenar diversos tipos de fontes históricas no laboratório de História.

Cenários de Aprendizagem:

Uso do laboratório de História para realização de trabalho prático com fontes históricas.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História I**: princípios e conceitos fundamentais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

COMPLEMENTAR:

BARROS, José. O Tempo dos Historiadores. Petrópolis: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, José Carlos. A História entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1996.

VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Lisboa: Edições 70, 2008.

<u>LIBRAS</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

Conceito de LIBRAS; Aquisição e profilaxia da surdez; Parâmetros da LIBRAS; História da educação de surdos; Identidade e cultura surda; Legislação específica para LIBRAS; Pedagogia Surda; VOCABULÁRIO BÁSICO DA LÍNGUA DE SINAIS: Datilologia, Números, Saudações, Pronomes, Advérbios, Calendário (dias da semana e meses do ano), Alimentos, Cores, Verbos básicos, Sinais relacionados à Educação: disciplinas escolares, espaços escolares, materiais escolares; Estados brasileiros. Sinais específicos de acordo com a Licenciatura do curso estudado. ADITIVO EXCLUSIVO PARA PEDAGOGIA E LETRAS PORTUGUÊS: Aquisição da linguagem pela criança surda; Ensino de LIBRAS e de Língua Portuguesa para a criança surda; Aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. ADITIVO EXCLUSIVO PARA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: Sistema de medidas, tempo cronológico, contextos do mais.

Competências:

- Compreender o contexto linguístico, sociológico, histórico-cultural da LIBRAS, por meio de debates e informações gerais;
- Conhecer o atual cenário de políticas públicas e programas para a população surda;
- Compreender as especificidades do indivíduo surdo (produção linguística do surdo);
- Desenvolver conhecimentos básicos e práticos no que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais Libras.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento de tais competências será utilizado a sala de aula, a biblioteca, o laboratório de informática e os espaços da Escola receptora do estagiário.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdo**s: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015.

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdo**s: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Legislação de Libras. Lei no 10.436., de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011.

CAPOVILLA, Fernando C. (org.). **Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

LIMA, M.S.C. Surdez. **Bilinguismo e inclusão**: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas/SP:IEL/UNICAMP, 2004.

Disciplinas do 3º Bloco

Teorias e metodologias da História II	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

As transformações recentes no campo do ensino e da pesquisa em História. A emergência de novos sujeitos e objetos. Campos temáticos da historiografia contemporânea. Foucault e a escrita da História. As Identidades. A micro-história. As biografias históricas. O retorno do Político.

Competências:

- Reconhecer os debates historiográficos contemporâneos.
- Analisar os campos de pesquisa e produção historiográfica.

- Discutir sobre a redefinição da história enquanto ciência a partir do final do século XX e início do século XXI.
- Problematizar os impactos da influência de Foucault na produção do conhecimento historiográfico.

Cenários de Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências traçadas, a disciplina contará com a análise teórica e orientações de leitura de textos que darão subsídios ao debate sobre a construção do campo da produção historiográfica. Serão utilizados os espaços da sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual, laboratório de História e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos:** novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** 1: Artes de fazer. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COMPLEMENTAR:

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. 2a ed. São Paulo: UNESP, 2011.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

PARADA, Maurício (Org.). Os historiadores clássicos da História: De Ricoeur a Chartier. Vol. 03, Rio de Janeiro: PUCRJ, Vozes, 2014.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade:** 1790-1950. São Paulo: Companhia das Letras, 1969.

<u>História Moderna</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

A transição do medievo para o mundo moderno. Discussão historiográfica dos conceitos de Idade Moderna e Renascimento. Formação do Estado Moderno. O imaginário europeu renascentista. Renascimento. Reforma e Contrarreforma. A expansão marítimo-comercial dos séculos XV e XVI e o Mercantilismo. História da vida privada na Idade Moderna. A cultura popular na Idade Moderna. O ensino da História Moderna.

Competências:

- Compreender histórica e historiograficamente a "Idade Moderna" e o "Renascimento"
 como um período de transição marcado por continuidades e descontinuidades.
- Analisar e relacionar os múltiplos processos históricos que se processaram na sociedade europeia entre os séculos do século XV até o século XVIII: o Renascimento, a cultura popular na Idade Moderna, a formação dos Estados Nacionais, a Reforma Protestante e a Contrarreforma.
- Problematizar a construção histórica da "Civilização do Ocidente" e as relações de alteridade que marcaram as relações sociais na Europa.
- Discutir os processos de expansão marítimo-comercial e de colonização da América.

Cenários de Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, análise teórica e orientações de leitura de textos que darão subsídios ao debate, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos. Serão utilizados os espaços da sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual, laboratório de História e biblioteca da UESPI.

Referências

BÁSICA:

CHARTIER, Roger (Org). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei:** a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DELUMEAU, J. A Civilização do Renascimento. Lisboa: Estampa, 1984.

COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Perry. **As linhagens do Estado absolutista.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ELIAS, N. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2v, 2011 e 2014.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

THORNTON, John. A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800. São Paulo: Campus. 2004.

História da América I	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

As dinâmicas de "encontro dos mundos" e trânsitos culturais. Os projetos de conquista e colonização. Os mundos do trabalho e as resistências indígenas e afro-americanas. As Independências: Haiti, Brasil, América espanhola e Estados Unidos. Raça, classe e gênero na organização dos mundos do trabalho e na apropriação da terra na América Latina. Pesquisa e ensino em História da América I.

Competências:

- Compreender as formas com as quais ocorreram os contatos e trocas culturais entre europeus e as sociedades indígenas;
- Compreender as relações de trabalho e as estratégias de resistência dos povos indígenas e das populações afro-americanas;
- Entender as independências, os projetos em disputa e sujeitos diversos envolvidos nesse processo;
- Refletir sobre os recortes de gênero e classe na organização social do trabalho e na apropriação da terra na América Latina;
- Estabelecer estratégias de pesquisa e ensino em História da América.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os seguintes cenários: sala de aula, sala de vídeo, biblioteca e laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2015 (7 volumes).

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina B. **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas. 2018. Vol. 1 e 2.

Miguel León Portilla (org.). A conquista da América Latina vista pelos índios. Relatos astecas, maias e incas. Petrópolis: Vozes, 1984.

COMPLEMENTAR:

LA FUENTE, Alejandro de; ANDREWS, George Reid [et al.]. **Estudos afro-latino-americanos**: uma introdução. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio**: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818). 2017. 1 recurso online (352 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330876. Acesso em: 2 set. 2018.

NOVAES, Adauto (org.), **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

<u>História Indígena e do Indigenismo</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

Historiografia recente sobre a História dos índios no Brasil. Os protagonismos indígenas na escrita da história. Ocupação antiga da América. As políticas indigenistas e indígenas na organização social do trabalho e na apropriação do território. Os desafios para a educação escolar indígena e ensino de História indígena na educação básica. As etnogêneses e reapropriações identitárias das populações indígenas em contextos sociopolíticos contemporâneos.

Competências:

- Compreender os processos de ocupação antiga da América;
- Analisar as políticas indígenas e indigenistas na formação do Brasil em contexto colonial e pós-colonial;
- Conhecer as narrativas acerca do contato, das políticas indigenistas e das resistências indígenas produzidas por autores indígenas;
- Compreender os processos de etnogêneses;
- Refletir sobre os avanços e desafios da educação escolar indígena e do ensino de história indígena no Brasil;
- Analisar as emergências dos Movimentos indígenas contemporâneos.

Cenários de aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os textos disponíveis na Biblioteca da UESPI e no catálogo de teses e dissertações da CAPES. Além disso, a parte teórica será trabalhada em conjunto com suas aplicabilidades práticas na disciplina PPI II.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

COMPLEMENTAR:

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Org.). **A temática indígena na escola**. 4.ed. São Paulo: Global, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras** – índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do séc. XVIII). Curitiba: editora Prisma, 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Prática Pedagógica Interdisciplinar II: Laboratório de Ensino de História Indígena e do Indigenismo	
Carga Horária:	50 horas

Ementa

Aplicação de metodologias para desenvolver de forma prática a discussão teórica da disciplina História Indígena e do Indigenismo. Preparação de materiais, planos de aulas e atividades que possam ser utilizadas para o ensino da história indígena na educação básica, de acordo com o que estabelece a Lei nº 11.645/08.

Competências:

- Produzir planos de aula para a educação básica sobre a presença indígena no Brasil;
- Elaborar materiais de apoio didático para o ensino da história indígena no Piauí;
- Elaborar e aplicar entrevistas com professores da educação básica sobre o ensino de história indígena no Piauí.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os textos disponíveis na Biblioteca da UESPI e no catálogo de teses e dissertações da CAPES

trabalhados na disciplina de História Indígena e do Indigenismo, Laboratório de História do campus Dra. Josefina Demes. A disciplina será ministrada pelo (a) professor(a) de História indígena e do Indigenismo.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

COMPLEMENTAR:

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Org.). **A temática indígena na escola**. 4.ed. São Paulo: Global, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras** – índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do séc. XVIII). Curitiba: editora Prisma, 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Política Educacional e Organização da Educação Básica	
Carga Horária: 60 horas	

Ementa:

Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: direito à educação; a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais, os contextos e a legislação de ensino; o financiamento; a organização da educação básica e da educação superior na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96) e na legislação complementar.

Competências:

Conhecer e entender as políticas educacionais do Brasil.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRZESZINSKI, Íria. LDB/1996: "Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação". In: BRZESZINSKI, I. (Org.). **LDB Dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2014.

CÁSSIO, F. L. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Org..). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

COMPLEMENTAR:

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB vinte anos depois**: projetos educacionais em disputa. São Paulo:Cortez Editora, 2018.

KRAWCZYK, Nora (Org.). **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas-SP:FE/UNICAMP; Uberlândia-MG: Navegando, 2018.

LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Em defesa das políticas públicas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancella; RODRIGUES, Cibele Maria Lima(Org..). A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2019.

<u>Eletiva I</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A disciplina a ser ofertada em Eletiva I será definida mediante consenso entre o colegiado do curso de Licenciatura em História e o corpo discente, dentre as opções dispostas no item "Disciplinas Eletivas" (*vide* pág. 107).

ACE I	
Carga Horária:	70 horas

Ementa

Análise, comprovação e fundamentação das Atividades Curriculares de extensão realizadas e promovidas nos bloco III.

Competências:

- Integrar-se socialmente, compreendendo o a função pública e comunitária desenvolvida pela Universidade;
- Ampliar a rede de interações interpessoais e interinstitucionais, aplicando na prática por meio de ações extensionistas os conhecimentos adquiridos junto ao curso.
- Cenários de aprendizagem: salas de planejamento, comunidade acadêmica, organizações, instituições, movimentos sociais, pontos turísticos, associações e empresas.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020**, 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.uespi.br/preg/departamentos/pdf/PPC/RESOLU%C3%87%C3%83O

%20ACE%20CEPEX%20N%C2%BA%20034%20DE%202020.pdf 07/12/2022.

Acesso:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 038/2020**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-1nx43zmie_SERTsXvex0OfRIRW05eCE/view Acesso: 07/12/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006

NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Disciplinas do 4º Bloco

<u>História do Piauí I</u>	
Carga Horária:	90 horas (60 horas+30 horas)

Ementa

A ocupação do território, os confrontos e alianças com os indígenas. A colonização e violência no sertão. A sociedade e as redes familiares na estruturação da administração colonial e imperial. A estruturação dos mundos do trabalho a partir da mão de obra livre e escravizada. O Piauí e as lutas pela independência. A Balaiada no Piauí. A educação no Piauí do século XIX.

Competências

- Analisar as principais correntes teórico-metodológicas da historiografia piauiense,
 explorando as produções sobre o período colonial e monárquico;
- Compreender os novos objetos de estudos abordados pelos historiadores, como o papel dos negros e indígenas na formação social e organização dos mundos do trabalho no Piauí:
- Analisar a estruturação administrativa no contexto do Piauí Colonial e Imperial, com destaque para a atuação das elites locais;
- Compreender o papel do Piauí no processo de independência do Brasil;
- Analisar a participação do Piauí na Balaiada: os conflitos locais e administração imperial;
- Produzir material didático problematizando a Formação Social do Piauí.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas utilizaremos aulas expositivas, salas virtuais, a Biblioteca da UESPI e o Laboratório de História do campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRANDÃO, T. M. P. **A elite colonial piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

DIAS, C. M. M. **Balaios e Bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

LIMA, S. O.. Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII - séc. XIX). 1. ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2016.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, JOHNY SANTANA. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos**. A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai (1865-1866). 2ª. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piau**í. Teresina: EDUFPI, 2011.

EUGÊNIO, João Kennedy; LIMA, Solimar Oliveira. Escravidão negra no Piauí e temas conexos. Teresina: EDUFPI, 2014.

LIMA, Nilsângela Cardoso (org.). **Páginas da História do Piauí colonial e provincia**l. Teresina: EDUFPI, 2020.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre Vaqueiros e Fidalgos**: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1830). 1. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013.

<u>História do Brasil I</u>	
Carga Horária:	90 horas (60 horas+30 horas)

Ementa

As relações estabelecidas com os povos indígenas, africanos e afrodescendentes. A escravidão africana e indígena. Igreja católica e religiosidade popular. Economia e sociedade no Brasil, no Maranhão e Grão-Pará. Formação Social do Brasil. Circulação de sujeitos, mercadorias e saberes no Atlântico. Movimentos de questionamentos à ordem colonial.

Competências

- Tomar contato com a historiografia recente sobre o período colonial;
- Compreender a organização dos mundos do trabalho no período colonial;
- Entender a estrutura de organização do poder na América portuguesa;
- Refletir sobre as resistências indígenas, africanas e afrodescendentes às violências coloniais;
- Compreender as formas de apropriação da terra no Brasil colônia;
- Produzir material didático problematizando a Formação Social do Brasil.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas utilizaremos aulas expositivas, salas virtuais, a Biblioteca da UESPI e o Laboratório de História do campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial (vol. 1, 2 e 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (ed.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. **Do Norte ao Su**l: escravidão. Brasil, séc. XVI -séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2019.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SOUZA, Laura de Mello; NOVAIS, Fernando (org). **História da Vida Privada** – cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

História da América II	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Processo de formação dos Estados Nacionais na América. Populismo e ditaduras militares. História, cultura e resistência dos povos indígenas e afro-americanos.

Competências

 Apropriar-se de subsídios teórico-metodológicos para a compreensão do processo de formação dos Estados Nacionais na América;

- Refletir sobre as relações de dominação política, a organização da economia e do trabalho e os significados dos processos de "modernização" adotados na América durante o século XIX.
- Analisar a história, a cultura e as lutas de resistência dos povos indígenas e afroamericanos.

Cenários de Aprendizagem

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas dialogadas, uso da Biblioteca da UESPI e do Laboratório de História do Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

MOTTA, Rodrigo Sá. (org.). **Ditaduras militares:** Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994.

PAREDES, Beatriz. (Coord.). DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, María Antonieta Gallart. (Orgs.). **O Mundo Indígena na América Latina:** Olhares e Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

COMPLEMENTAR:

BETHEL, Leslie. [org.]. **História da América Latina**. De 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, Vol. V, 2002.

DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe**. Dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L & PM, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PINSKY, Jaime. História da América através de textos. São Paulo, Contexto: 2010.

Didática

Ementa

Fundamentos epistemológicos da Didática; a importância da Didática na formação do/a professor/a; formação e identidade docente; tendências pedagógicas da prática escolar; o planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem. **Competências**

- Compreender os fundamentos da Didática enquanto pressupostos básicos na formação do/a professor/a para o exercício da docência;
- Analisar criticamente o processo do planejamento de ensino e seus componentes didáticos.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, o ambiente virtual e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida et al. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.

CANDAU, Vera Maria F. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). **Alternativas do Ensino de Didática.** Campinas: Papirus, 1997.

PARRA, Nélio. Caminhos do ensino. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

SANTANNA, Ilza Martins. **Didática**: aprender e ensinar. São Paulo: Loyola, 1989.

Projeto Pedagógico Interdisciplinar III: <u>Didática</u>

Carga Horária:

50 horas

Ementa

Os fundamentos epistemológicos da Didática. A importância da Didática na formação do/a professor/a; Formação e identidade docente; Tendências pedagógicas da prática escolar; O planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem.

Competências:

- Desenvolver planos de aula sobre assuntos da área de história, observando os fundamentos epistemológicos da Didática, bem como colocá-los em prática nas turmas de ensino fundamental e/ou médio nas escolas públicas do estado do Piauí;
- Investigar e refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de história nas turmas de ensino fundamental e/ou médio das escolas públicas do estado do Piauí;
- Elaborar e aplicar entrevistas com professores sobre as estratégias de ensinoaprendizagem desenvolvidas por estes profissionais da educação em suas salas de aula.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas os alunos serão encaminhados para escolas públicas ou privadas do estado do Piauí. Biblioteca da UESPI. Laboratório de História do campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida et al. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.

CANDAU, Vera Maria F. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). **Alternativa's do Ensino de Didática.** Campinas: Papirus, 1997.

PARRA, Nélio. Caminhos do ensino. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

SANTANNA, Ilza Martins. **Didática**: aprender e ensinar. São Paulo: Loyola, 1989.

<u>Psicologia da Educação</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

Psicologia como ciência; A Psicologia da Educação na formação docente; principais concepções teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem: implicações pedagógicas. Dificuldades de aprendizagem e contextos de ensino-aprendizagem.

Competências:

 Conhecer as contribuições da Psicologia no processo educacional durante as diferentes fases do desenvolvimento.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: Introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lílian Cássia Baicich; CASTANHO, Maria Irene Siqueira. **Psicopedagogia**: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem**: processos, teorias e contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia**: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação. Curitiba. 1ª ed. Base de livros, 2017.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia e conhecimento**: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender. Brasília: UNB, 2005.

NUNES, Ana Ignez Belém; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia do Desenvolvimento**: teorias e temas contemporâneos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

TAILLE, Y DE LA; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon. **Teorias** psicogenéticas em discussão. 28^a. ed. São Paulo: Summus, 2019.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

ACE II	
Carga Horária:	70 horas

Ementa

Análise, comprovação e fundamentação das Atividades Curriculares de extensão realizadas e promovidas nos bloco IV.

Competências

- Integrar-se socialmente, compreendendo o a função pública e comunitária desenvolvida pela Universidade;
- Ampliar a rede de interações interpessoais e interinstitucionais, aplicando na prática por meio de ações extensionistas os conhecimentos adquiridos junto ao curso.
- Cenários de aprendizagem: salas de planejamento, comunidade acadêmica, organizações, instituições, movimentos sociais, pontos turísticos, associações e empresas.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020**, 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.uespi.br/preg/departamentos/pdf/PPC/RESOLU%C3%87%C3%83O%20ACE%20CEPEX%20N%C2%BA%20034%20DE%202020.pdf Acesso: 07/12/2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 038/2020**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-1nx43zmie SERTsXvex0OfRIRW05eCE/view Acesso: 07/12/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Disciplinas do 5º Bloco

<u>História do Piauí II</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Historiografia piauiense dos séculos XX e XXI; Estudo sobre a relação entre história, memória e narrativa e suas interligações na historiografia piauiense.

Competências

- Conhecer a História Social e Cultural Piauiense:
- Analisar a mais recente produção historiográfica desenvolvida por historiadores piauienses e que tratam sobre temas ligados à política, sociedade, mídia, gênero, patrimônio, memória e cultura piauienses;
- Apresentar as diversas lutas sociais imprimidas pela população piauiense ao longo dos séculos XX e XXI.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, além dos espaços da biblioteca da UESPI e do laboratório de história.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CARDOSO, E. B. **Múltiplas e singulares**: História e memória de estudantes universitárias em Teresina 1930- 1970. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2004.

MOURA, lara Guerra. **Historiografia piauiense**: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais. Teresina: UFPI, 2010.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

COMPLEMENTAR:

DOMINGUES NETO, M. **Seca secullorum**. Flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

EUGENIO, J. K. (Org.). **História de vário feitio e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO, F. A. do. **A cidade sob fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Recife: UFPE, 1999.

OLIVEIRA, M. A. de O. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

<u>História do Brasil II</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Os debates e a formação do Estado-nação brasileiro. Organização social dos mundos do trabalho de homens e mulheres livres e escravizados. Política sobre as terras e formas de apropriação territorial; Política imigratória e a crise do escravismo. As resistências indígenas, africanas e afrodescendentes. A chegada e apropriação das teorias raciais nos espaços de produção de saber. A história do cotidiano, das doenças e da religiosidade oitocentista. A política externa brasileira e a guerra do Paraguai.

Competências

- Compreender o funcionamento da estrutura econômica, política-administrativa e social resultante do processo de independência e formação do Estado-nação brasileiro no século XIX;
- Compreender a problemática da terra, do trabalho livre e escravizado;
- Analisar as complexas formas de resistência organizadas por africanos, afrodescendentes e indígenas no contexto de formação do pós independência;
- Compreender as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil e os conflitos gerados nas suas fronteiras;
- Compreender as políticas raciais que estruturaram as relações do Estado com livres, libertos e escravizados;
- Analisar as experiências culturais, religiosas e simbólicas dos sujeitos.

Cenários de Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, usos de documentos, além dos espaços da biblioteca da UESPI e do laboratório de história.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CHALHOUB, S. **A força da escravidão:** llegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

DANTAS. Mariana A. **Dimensões da participação política indígena**. Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

GRINBERG, Keila e Ricardo Salles. **O Brasil Imperial.** (v. I, II e III) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada**. Vol.2. Império. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Lígia. M.O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SCHWARCZS, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

Métodos e Técnicas da Pesquisa em História <u>I</u>	
Carga Horária:	90 horas (60 horas+30 horas)

Ementa

O tema e a problemática de pesquisa na investigação histórica; Fontes e documentos para a pesquisa; O pré-projeto de Pesquisa.

Competências:

Definir a temática de pesquisa em História;

- Discutir os caminhos para a escolha de uma problemática de investigação historiográfica, o levantamento preliminar do corpus documental e a seleção de fontes para elaboração de um pré-projeto de pesquisa;
- Distinguir os diversos materiais empíricos da pesquisa historiográfica.
- Avaliar a viabilidade da pesquisa acerca das fontes e seus recortes espaciais e temporais.
- Elaboração do pré-projeto de pesquisa.

Cenários de Aprendizagem:

A partir da escolha dos temas de pesquisa os discentes deverão empreender o inventário das fontes e documentos. Sugere-se que o exercício de investigação seja realizado em museus, bibliotecas, casas de cultura, acervos públicos e privados, sítios eletrônicos de instituições de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas:** Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **Projeto de Pesquisa em História**: Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

COMPLEMENTAR:

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **Revista História**. São Paulo, 14, p. 125 – 136, 1995.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, Niterói-RJ, v. 20, p. 1-20, jul. 2014.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Metodologia do Ensino de História	
Carga Horária:	90 horas

Ementa

História do ensino de História no Brasil; Ensino de História e educação; o professor, o aluno, a escola, os conselhos de educação e o ensino de História; ensino de História e Teoria; métodos e técnicas do ensino de História.

Competências

- Conhecer as influências da nova historiografia sobre o ensino de história;
- Problematizar o campo teórico da história e sua interlocução com os métodos, a metodologia, o ensino e a prática da disciplina História enquanto processo de construção histórica;
- Conhecer os efeitos dos novos parâmetros educacionais sobre o ensino de história;
- Planejar ações didático-pedagógicas em situações concretas de ensino de História.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, além dos espaços da biblioteca da UESPI e do laboratório de história.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

COMPLEMENTAR:

CABRINI, Conceição (Org). **O ensino de História**: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONSECA, Selva G. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 2010.

JOSÉ DA SILVA, Giovani; COSTA, A. M. R. F. M. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime (org). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2000.

História da Educação Brasileira	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Concepções e práticas da educação brasileira estabelecidas historicamente nos contextos colonial, imperial e republicano; A educação no Piauí. Perspectivas sobre a educação brasileira na contemporaneidade. Desenvolvimento do processo educacional brasileiro: as práticas educativas, as ações pedagógicas e a organização do ensino nos períodos colonial, monárquico e republicano. A educação brasileira na contemporaneidade; a pesquisa em história da educação brasileira.

Competências

- Conhecer e compreender o processo educacional brasileiro e piauiense, organizando-os nos períodos colonial, monárquico e republicano até o contexto da contemporaneidade;
- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respetitem e promovam os direitos humanos regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- Desenvolver a compreensão, a análise e a interpretação dos assuntos ligados à educação brasileira, desde os tempos coloniais, utilizando os conhecimentos históricos da educação, para construir uma visão crítica da situação da mesma na atual conjuntura;
- Reconhecer a educação e o ensino brasileiro enquanto acontecimentos contextualizados e característicos da época de que fazem parte.

 Compreender a organização, as tendências e as práticas da educação e do ensino brasileiro como resultantes característicos da construção histórica do Brasil.

Cenários de Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2003.

COMPLEMENTAR:

FÁVERO, Osmar. *Et. al.* **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas: Editora Alinea, 2011.

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. *Et. al.* **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP & amp, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. *Et al.* **História e memória da educação no Brasil**: Século XX. v. III. Petrópolis: Vozes, 2006.

<u>Historiografia Brasileira</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa:

As construções narrativas sobre a história do Brasil até o século XIX; Renovação historiográfica e a influência dos intelectuais do século XX; A especialização da produção historiográfica a partir da institucionalização e profissionalização do historiador na segunda metade do século XX.

Competências:

- Refletir as construções narrativas sobre a história do Brasil até o século XIX;
- Analisar a renovação historiográfica e a influência dos intelectuais do século XX;
- Reconhecer a especialização da produção historiográfica a partir da institucionalização e profissionalização do historiador na segunda metade do século XX.

Cenários de Aprendizagem

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: por um sócio do Instituto Histórico do Brasil. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H.Laemmert, 1854.

COMPLEMENTAR:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 4 ed. São Paulo. Ed. Contexto, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1,1988, p.5-37.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. FGV Editora, 2007.

VENANCIO, Giselle Martins. Editar coleções: disputas intelectuais e monumentalização das narrativas históricas no Brasil (1956-1972). In: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle. (Org.). **Escrita, edição e leitura na América Latina**. Niterói: PPGHistória - UFF, 2016, p. 181-197.

ACE III	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Análise, comprovação e fundamentação das Atividades Curriculares de extensão realizadas e promovidas nos bloco V.

Competências

- Integrar-se socialmente, compreendendo o a função pública e comunitária desenvolvida pela Universidade;
- Ampliar a rede de interações interpessoais e interinstitucionais, aplicando na prática por meio de acões extensionistas os conhecimentos adquiridos junto ao curso.
- Cenários de aprendizagem: salas de planejamento, comunidade acadêmica, organizações, instituições, movimentos sociais, pontos turísticos, associações e empresas.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020**, 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.uespi.br/preg/departamentos/pdf/PPC/RESOLU%C3%87%C3%83O%20ACE%20CEPEX%20N%C2%BA%20034%20DE%202020.pdf Acesso: 07/12/2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 038/2020**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-1nx43zmie SERTsXvex0OfRIRW05eCE/view Acesso: 07/12/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Disciplinas do 6º Bloco

Estágio Supervisionado I	
Carga Horária:	150 horas (50 horas+100 horas)

Ementa

Estudo da LDB, PCN e Nova BNCC (ensino fundamental: 6º ao 7º ano); Observação, planejamento, elaboração de materiais didáticos, registros e docência no ensino da História; Reflexão sobre o ensino de História e sua relação com uma Educação para a cidadania plena; Reflexão crítica da experiência do estágio supervisionado para o aprimoramento do trabalho docente e discente; Elaboração de portfólio.

Competências

 Analisar a legislação brasileira que versa sobre o ensino de História em nível fundamental (PCN, LDB e Nova BNCC), bem como observar e nortear a prática de Estágio Supervisionado com base na Resolução Cepex 004/2021 a qual dá as diretrizes sobre a realização dos Estágios Supervisionados.

- Construir uma base teórico-metodológica que assegure ao futuro professor de história do ensino fundamental, elementos necessários para sua prática docente, com foco na formação de alunos que sejam cidadãos críticos da realidade que o cercam;
- Aprimorar as habilidades e competências para a prática no ensino de história no nível fundamental;
- Exercitar a observação, o planejamento e a regência em História com alunos do Ensino Fundamental;
- Desenvolver atividades didáticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidade e participação a todos os alunos, respeitando suas diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero;
- Produzir portfólio contendo informações acerca de todas as etapas e atividades do Estágio Supervisionado I.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI. Além disso, os alunos serão encaminhados para escolas públicas ou privadas, de nível fundamental, do estado do Piauí, para que possam realizar suas observações, planejamentos e regências, atividades precípuas do Estágio Supervisionado.

Referência Bibliográfica

BÁSICA:

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história sujeitos, saberes e práticas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 LDB). Brasília, 1996.

MARTINS, Maria do Carmo. A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: Edusp, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: editora Scipione, 2004. (Coleção pensamento e Ação no Magistério).

MUNIZ, Durval. "Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade". In: PINHEIRO, Áurea; Pelegrini, Sandra. **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

<u>História do Brasil III</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

A passagem da monarquia à República; os Projetos republicanos; A consolidação e dissolução do sistema oligárquico; os movimentos sociais no mundo rural e urbano; Nacionalismos e debates intelectuais; A crise dos anos 20 e o Movimento de 1930; o Integralismo; O movimento de 1932; Vargas e o Estado Novo (1937-1945) e a transição democrática de 1945.

Competências:

- Conhecer os principais fatos da Primeira República (1889-1930);
- Refletir sobre a emergência do nacional estatismo (1930-1945) com seus respectivos debates historiográficos;
- Destacar o período Vargas e a emergência da realidade contemporânea brasileira em seus aspectos políticos, culturais e sociais.

Cenários de Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências bibliográficas:

BÁSICA:

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) **O tempo do liberalismo oligárquico**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Vol 01, 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Vol 02, 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História do Brasil Nação**: abertura para o mundo (1889-1930). Vol. 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

DE DECCA, Edgar. 1930: o silêncio dos vencidos. SP, Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, Vértice/luperj, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Métodos e Técnicas da Pesquisa em História II		
Carga Horária:	60 horas	

Ementa

Métodos de pesquisa e de análise de fontes. Tipologias de fontes para a pesquisa em História. Linhas de pesquisa de História. Elementos para elaboração do projeto de pesquisa em História: objetos, fontes e metodologias. O problema de pesquisa. A Estrutura do Projeto de Pesquisa e do TCC. O planejamento da pesquisa. Plataformas de pesquisa e acervos.

Competências:

- Conhecer as tipologias de fontes históricas.
- Explorar as diversas metodologias de análise de fontes históricas e as possibilidades de usos na pesquisa.
- Discutir e exercitar os métodos de pesquisa em história.
- Reconhecer as técnicas de elaboração de projetos de pesquisa em História.
- Elaborar o projeto de pesquisa em História.
- Oportunizar discussões sobre questões teóricas e metodológicas acerca da delimitação do objeto de pesquisa, do campo temático e do recorte temporal.
- Analisar as questões conceituais para abordagem no projeto.

Cenários de Aprendizagem

A disciplina tem caráter teórico e prático e para alcançar os objetivos traçados serão feitas aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas, laboratório de análise de fontes e produções de textos, além de orientações individualizadas para elaboração do projeto de pesquisa. Serão utilizados os espaços de sala de aula, da Biblioteca da UESPI e do Laboratório de História do Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA

BARROS, José D´Assunção. **O Projeto de Pesquisa.** Da escolha do Tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ARÓSTEGUI, Júlio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 2011.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al**. A Pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

História Contemporânea I

Carga Horária:

90 horas (60 horas+30 horas)

Ementa

A formação da classe operária. A Revolução Francesa na historiografia. Os movimentos sociais de 1830 e 1848. Principais visões de mundo no século XIX: liberalismo, nacionalismo, imperialismo, socialismo.

Competências

- Analisar o processo de formação da classe operária no século XVIII.
- Problematizar a Revolução Francesa e seu legado para o mundo contemporâneo.
- Refletir sobre o caráter dos movimentos sociais de 1830 e 1848.
- Discutir as principais visões de mundo que emergem no século XIX.
- Produção de material didático sobre as lutas sociais na contemporaneidade.

Cenários de Aprendizagem

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas e produções de textos. Serão utilizados os espaços de sala de aula, da Biblioteca da UESPI e do Laboratório de História do Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HOBSBAWM, Eric J. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX. O Espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense,1990.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa: 1789-1799. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

Prática Pedagógica Interdisciplinar IV: <u>Laboratório de ensino de educação para as</u> <u>relações étnico-raciais</u>	
Carga Horária:	50 horas

Ementa

Aplicação do conhecimento teórico da disciplina História, Cultura e Relações Étnicoraciais. Construção de materiais de apoio à educação básica sobre as formas de racismo e sua superação.

Competências:

- Conhecer e divulgar histórias e memórias da população negra, indígena e quilombola do Piauí;
- Desenvolver projetos de intervenção nas escolas que possam contribuir para o combate ao racismo e valorização das culturas afroindígenas.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, usos de documentos, além dos espaços da biblioteca da UESPI e do laboratório de história. Será o(a) mesmo(a) docente que ministrará os conteúdos teóricos e práticos de PPI IV e da disciplina História, Cultura e relações étnico-raciais.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

PEREIRA, Amilcar A. & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

COMPLEMENTAR:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

McCALLUM, Cecilia: RESTREPO, Eduardo: REESINK, Edwin B. Dossiê: Racismo no plural Américas: povos indígenas afro-indígenas. nas е Revista ANTHROPOLÓGICAS. Disponível Ano 28(2), 2017. 21, em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/view/2647/showToc Acesso em 18 de agosto de 2021.

RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: MEC, 2003.

SANTOS, Joel Rufino. O que é racismo? São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

ACE IV	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Análise, comprovação e fundamentação das Atividades Curriculares de extensão realizadas e promovidas nos bloco VI.

Competências

- Integrar-se socialmente, compreendendo o a função pública e comunitária desenvolvida pela Universidade;
- Ampliar a rede de interações interpessoais e interinstitucionais, aplicando na prática por meio de ações extensionistas os conhecimentos adquiridos junto ao curso.
- Cenários de aprendizagem: salas de planejamento, comunidade acadêmica, organizações, instituições, movimentos sociais, pontos turísticos, associações e empresas.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020**, 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.uespi.br/preg/departamentos/pdf/PPC/RESOLU%C3%87%C3%83O%20ACE%20CEPEX%20N%C2%BA%20034%20DE%202020.pdf Acesso: 07/12/2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 038/2020**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-1nx43zmie_SERTsXvex0OfRIRW05eCE/view Acesso: 07/12/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

Disciplinas do 7º Bloco

Estágio Supervisionado II

Carga Horária:

150 horas (50 horas+100 horas)

Ementa

Estudo da LDB, PCN e Nova BNCC (ensino fundamental: 8º ao 9º ano); Observação, planejamento, elaboração de materiais didáticos, registros e docência no ensino da História; Reflexão sobre o ensino de História e sua relação com uma Educação para a cidadania plena; Reflexão crítica da experiência do estágio supervisionado para o aprimoramento do trabalho docente e discente; Elaboração de portfólio.

Competências

- Analisar a legislação brasileira que versa sobre o ensino de História em nível fundamental (PCN, LDB e Nova BNCC), bem como observar e nortear a prática de Estágio Supervisionado com base na Resolução Cepex 004/2021 a qual dá as diretrizes sobre a realização dos Estágios Supervisionados.
- Construir uma base teórico-metodológica que assegure ao futuro professor de história do ensino fundamental, elementos necessários para sua prática docente, com foco na formação de alunos que sejam cidadãos críticos da realidade que o cercam:
- Aprimorar as habilidades e competências para a prática no ensino de história no nível fundamental;
- Exercitar a observação, o planejamento e a regência em História com alunos do Ensino Fundamental;
- Desenvolver atividades didáticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidade e participação a todos os alunos, respeitando suas diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero;
- Produzir portfólio contendo informações acerca de todas as etapas e atividades do Estágio Supervisionado II.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI. Além disso, os alunos serão encaminhados para escolas públicas ou privadas, de nível fundamental, do estado do Piauí, para que possam realizar suas observações, planejamentos e regências, atividades precípuas do Estágio Supervisionado.

Referência Bibliográfica

BÁSICA:

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história sujeitos, saberes e práticas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 LDB). Brasília, 1996.

MARTINS, Maria do Carmo. A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: Edusp, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: editora Scipione, 2004. (Coleção pensamento e Ação no Magistério).

MUNIZ, Durval. "Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade". In: PINHEIRO, Áurea; Pelegrini, Sandra. **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

História do Brasil IV	
Carga Horária:	90 horas (60 horas+30 horas)

Ementa

Os eventos políticos, sociais e culturais como a experiência liberal-democrática de 1945 a 1964 e o estado nacional desenvolvimentista; O golpe civil militar de 1964 e a Ditadura Militar (1964-1985): consensos, consentimentos e resistências; a Nova República: da transição democrática ao Lulismo e os governos do PT.

Competências

- Refletir sobre o período liberal-democrático de 1946-1964;
- Analisar o golpe civil-militar de 1964 e suas circunstâncias;

- Discutir as complexas relações entre ditadura e sociedade;
- Avaliar a transição democrática e as perspectivas de cidadania com a Constituição de 1988:
- Identificar o debate historiográfico recente da Nova República;
- Refletir sobre o impeachment (golpe) de 2016 e as rupturas recentes no contexto nacional;
- Produzir material didático sobre censuras e resistências no período da Ditadura Militar.

Cenários de Aprendizagem

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016, Quinta República (1985 – 2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REIS, Daniel Aarão. **História do Brasil Nação**: modernização, ditadura e democracia (1964- 2010). Vol. 05. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.) **História e Memória das Ditaduras no século XX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

EVANGELISTA, Breno. **Entusiastas do desenvolvimento**: A Fundação Nacional do Índio e o projeto modernizador da ditadura (1969-1974). Curitiba: Appris, 2021.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Fundamentação teórica e metodológica dos temas da pesquisa em desenvolvimento. Etapas da pesquisa: levantamento bibliográfico e sistematização do corpus documental. Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração parcial e orientada do trabalho de conclusão de curso.

Competências

- Desenvolver a pesquisa a partir de aprendizado sobre os pressupostos teóricometodológicos, bibliográficos e temáticos da pesquisa em História.
- Sistematizar a bibliografia selecionada.
- Fazer o levantamento e análise das fontes documentais.
- Desenvolver o projeto de pesquisa em História, organizando o cronograma e as fases do projeto.
- Escrita parcial do TCC.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os textos base da disciplina que subsidiarão as aulas expositivas e dialogadas. Além disso, serão realizadas orientações individualizadas para o desenvolvimento do TCC. Para tanto, serão utilizadas as salas de aula da UESPI, biblioteca e laboratório de História.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2011.

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/FGV, 1998.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

BURGUIÉRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas.** Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LUNA, Sérgio V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

História Contemporânea II	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Primeira Guerra Mundial. Revolução Russa de 1917. Crise do capitalismo liberal. Ascensão nazifascista e Segunda Guerra Mundial. Guerra Fria e seus impactos sociopolíticos: o conflito árabe-israelense, os movimentos de libertação nacional e os processos de emancipação da Ásia e África, os levantes de 1968 e o "socialismo real".

Competências

- Analisar os processos políticos que marcaram a primeira metade do século XX e seus desdobramentos.
- Problematizar a conjuntura da Guerra Fria e a sua desintegração ao final do século XX.
- Discutir a configuração geopolítica do mundo pós guerra Fria.
- Analisar as transformações recentes nos mundos do trabalho e da classe trabalhadora.
- Discutir os processos migratórios e seus desdobramentos sociopolíticos.

Cenários de Aprendizagem

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas e produções de textos. Serão utilizados os espaços de sala de aula, da Biblioteca da UESPI e do Laboratório de História do Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAZRUI, Ali A. (Org.). **História Geral da África**, **volume VIII - África desde 1935**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

COMPLEMENTAR:

CANEDO, Leticia . A descolonização da Ásia e da África. São Paulo, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MATTOS, Marcelo; VEGA, Rubén. **Trabalhadores e Ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

BUZETTO, Marcelo. **A Questão Palestina:** guerra, política e relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe. (Orgs.). **Meio século de 1968**: barricadas, história e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

<u>Eletiva II</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A disciplina a ser ofertada em Eletiva II será definida mediante consenso entre o colegiado do curso de Licenciatura em História e o corpo discente, dentre as opções dispostas no item "Disciplinas Eletivas" (vide pág. 107).

ACE V	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Análise, comprovação e fundamentação das Atividades Curriculares de extensão realizadas e promovidas nos bloco VII.

Competências

- Integrar-se socialmente, compreendendo o a função pública e comunitária desenvolvida pela Universidade;
- Ampliar a rede de interações interpessoais e interinstitucionais, aplicando na prática por meio de ações extensionistas os conhecimentos adquiridos junto ao curso.
- Cenários de aprendizagem: salas de planejamento, comunidade acadêmica, organizações, instituições, movimentos sociais, pontos turísticos, associações e empresas.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020**, 01 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.uespi.br/preg/departamentos/pdf/PPC/RESOLU%C3%87%C3%83O%20ACE%20CEPEX%20N%C2%BA%20034%20DE%202020.pdf Acesso: 07/12/2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 038/2020**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-1nx43zmie_SERTsXvex0OfRIRW05eCE/view Acesso: 07/12/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Disciplinas do 8º Bloco

Estágio Supervisionado III	
Carga Horária:	100 horas (20 horas+80 horas)

Ementa:

Estudo da LDB, PCN e Nova BNCC (Ensino Médio: 1ª a 3ª série regular e EJA); Vivência do cotidiano da escola do ensino médio, através da observação participante, do planejamento didático e da regência, pesquisando o ensino de História, a estrutura física da escola, a proposta pedagógica e a organização do trabalho escolar. Inclusão e educação especial. Elaboração de Portfólio.

Competências:

- Analisar a legislação brasileira que versa sobre o ensino de História em nível médio (PCN, LDB e Nova BNCC), bem como observar e nortear a prática de Estágio Supervisionado com base na Resolução Cepex 004/2021 a qual dá as diretrizes sobre a realização dos Estágios Supervisionados.
- Vivenciar e compreender algumas etapas da prática docente no ensino de história a partir da experiência no Estágio Curricular Supervisionado em sala de aula do ensino médio;
- Estimular a reflexão da prática de ensino de História através da observação, planejamento e regência nas turmas do ensino médio;
- Trabalhar, discutir e distinguir o uso de diferentes recursos e aportes metodológicos na prática do ensino e da pesquisa em história em sala de aula no Ensino Médio;

- Promover a articulação entre teoria e prática, dinamizando o processo ensino/aprendizagem;
- Desenvolver atividades didáticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidade e participação a todos os alunos, respeitando suas diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero;
- Produzir portfólio contendo informações acerca de todas as etapas e atividades do Estágio Supervisionado III.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI. Além disso, os alunos serão encaminhados para escolas públicas ou privadas, de nível médio, do estado do Piauí, para que possam realizar suas observações, planejamentos e regências, atividades precípuas do Estágio Supervisionado.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BALDIN, Nelma. A História dentro e fora da escola. Florianópolis: UFSC, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

COMPLEMENTAR

HORN, Geraldo Balduíno; GERMINARI, Geyso Dongley. **O ensino de história e seu currículo**: teoria e método. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Perspectivas do ensino de história**: ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia, MG: EDUFU: FAPEMIG, 2011. 419 p. ISBN 9788570782649.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Luis Távora Furtado (org.). **Temas educacionais**: uma coletânea de artigos. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SILVA, Cristiani Bereta da (Org. [et. al.). Experiências de ensino de história no estágio supervisionado. Florianópolis, SC: UDESC, 2011.

<u>História da África</u>	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Processo de formação do continente africano; Cultura, política e economia na África; África Saariana e expansão do Islã; Escravidão, comércio trans/intercontinental: homens e mercadorias; Ideologias anticoloniais: pan-africanismo e negritude; Nacionalismos e processos de independência na África; Ensino de História da África (Lei 10.639/2003).

Competências:

- Analisar o processo de formação histórico-social do continente africano;
- Compreender a diversidade sociocultural e política na África;
- Discutir a escravidão, as ideologias anticoloniais, os nacionalismos e os processos de independência na África;
- Problematizar a história africana e seus desdobramentos na contemporaneidade;
- Afirmar a importância do Ensino de História da África e sua intersecção na cultura brasileira, tendo como base a Lei 10.639/03.

Cenários de aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, além dos espaços da biblioteca e do Laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

OLIVEIRA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África**. (Tese de doutorado). Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2007.

PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (orgs.). **Rompendo silêncios:** história da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

COMPLEMENTAR

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

KI-ZERBO, J. (org.). Coleção História Geral da África em português. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: Ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África:** A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo:** a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	
Carga Horária:	60 horas

Ementa

Redação final do trabalho de conclusão de curso no formato de artigo. Levantamento bibliográfico e sistematização do corpus documental. Normalização conforme a Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Revisão e defesa do trabalho final.

Competências

- Redigir o trabalho de conclusão de curso.
- Apresentar e defender o trabalho para uma banca examinadora.
- Comunicar os resultados das pesquisas em eventos ou periódicos científicos.

Cenários de Aprendizagem

Para o desenvolvimento do TCC serão realizadas orientações individualizadas nas salas de aula da UESPI, biblioteca e laboratório de história.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2011.

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/FGV, 1998.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

BURGUIÉRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas.** Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LUNA, Sérgio V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

Atividades Acadêmico, Científico e Culturais – AACC's	
Carga Horária:	75 horas

Ementa

A carga horária definida para as atividades complementares é de 75 h, definidas dentro da autonomia deste curso de acordo com a BNC-Formação (Resolução CNE 002/2019) e as normativas institucionais e são obrigatórias para a integralização do curso. O cumprimento desta carga horária deverá priorizar a diversidade de atividades acadêmicas, científicas e culturais. As normas de execução, aproveitamento e pontuação das AACC's deste curso são regidas de acordo com a Resolução 002/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta instituição.

<u>Eletiva III</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A disciplina a ser ofertada em Eletiva III será definida mediante consenso entre o colegiado do curso de Licenciatura em História e o corpo discente, dentre as opções dispostas no item "Disciplinas Eletivas" (vide pág. 107).

DISCIPLINAS ELETIVAS

<u>História Oral</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A pesquisa histórica através da utilização da metodologia da História Oral. Projetos de ensino de história na educação básica usando fontes orais. As etapas da História Oral: a entrevista (preparo, execução e transcrição). A catalogação e a formação de acervos de História Oral. Oralidades, sensibilidades e memórias difíceis. Questão legal e ética em pesquisa com História Oral.

Competências:

- Refletir sobre o conceito de memória e sobre a configuração da metodologia da História Oral.
- Avaliar a importância da história oral na construção da pesquisa em história.
- Praticar e aprender as etapas do método de história oral.

Cenários de Aprendizagem

Uso do laboratório de História para realização de trabalho prático com fontes orais.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de. **História Oral na sala de aula.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COMPLEMENTAR:

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade -** Lembranças de Velhos. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1979.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, Texto e História:** para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado. História Oral.São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Avaliação da Aprendizagem no Ensino de <u>História</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A avaliação escolar no contexto do sistema educacional brasileiro; Aspectos legais da avaliação da aprendizagem; Concepções de avaliação; Tipos, funções e elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem no ensino de História; Implicações da avaliação da aprendizagem no processo educativo.

Competências

- Analisar os pressupostos epistemológicos, pedagógicos, sociológicos da avaliação e seus intervenientes no processo de ensino;
- Problematizar aspectos relativos à avaliação, evidenciando suas dimensões: ética, política e técnica;
- Produzir atividades avaliativas críticas na área de História.

Cenários da Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho.2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; VASCONCELOS, José Antônio. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de História**. Curitiba: Ibpex, 2007.

COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação. Campinas – SP: Autores Associados, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 20. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. RJ: DP& A, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

História, Cultura e Relações Étnico-Raciais.	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Trajetória histórica da construção do racismo no Brasil. Políticas públicas formuladas para promover a igualdade de oportunidades e a justiça social nas relações étnicoraciais. Combate ao racismo em sala de aula. Racismo, sexismo e desigualdade estrutural.

Competências

- Compreender os conceitos de cultura, raça, etnia e racismo no debate sobre as relações étnico-raciais;
- Analisar as normatizações legais para a formalização da política educacional voltada para percepção das diferenças culturais existentes nos diferentes níveis de ensino;
- Analisar os desafios de inclusão da cultura negra e indígena nas políticas educacionais e sua materialização no cotidiano profissional;
- Compreender as diferenças e a diversidade étnico-racial dentro de uma educação para a superação do racismo.

Cenários de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, sala de vídeo, biblioteca e laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

PEREIRA, Amilcar A. & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

COMPLEMENTAR:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

McCALLUM, Cecilia; RESTREPO, Eduardo; REESINK, Edwin B. Dossiê: Racismo no Américas: povos indígenas е afro-indígenas. Revista ANTHROPOLÓGICAS, Ano 21, 28(2), 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/view/2647/showToc Acesso em 18 de agosto de 2021.

RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: MEC, 2003.

SANTOS, Joel Rufino. O que é racismo? São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

História dos gêneros, corpos e sexualidades	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A configuração do campo historiográfico sobre o gênero. A história das mulheres. As masculinidades. Gênero como categoria de análise histórica. As interseccionalidades. As interfaces entre a história dos corpos e dos gêneros. Discussões contemporâneas sobre as questões de gênero: a teoria *queer*.

Competências:

 Conhecer a configuração do campo historiográfico sobre o gênero, corpo e sexualidade.

- Analisar as relações de poder, os discursos e práticas generificadas nas sociedades contemporâneas.
- Refletir acerca da pluralidade de abordagens dentro do campo da história e gênero:
 história das mulheres, masculinidades, virilidade, teoria queer.
- Reconhecer as análises interseccionais no campo da pesquisa sobre os gêneros.
- Problematizar as relações entre gênero e educação.

Cenários de Aprendizagem

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, análise teórica e orientações de leitura de textos que darão subsídios ao debate, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos. Serão utilizados os espaços da sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual, laboratório de História e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão de identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COMPLEMENTAR:

COURBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (orgs.) **História do Corpo.** 3 volumes. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis; Vozes, 1997. PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual:** práticas subversivas de identidade sexual. Madrid: Pensamento Opera Prima, 2002.

TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue:** As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCOTT, J. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

Formação Econômica e Social do Brasil	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

O Brasil antes da presença europeia. O mito da "democracia racial" e a política do branqueamento. Conflitos e direito à terra no Brasil. O pós abolição: da escravização à marginalização. A questão econômica no Brasil da primeira metade do século XX. Capitalismo e desigualdades regionais. Mudanças sociais e econômicas no contexto da Ditadura militar. Globalização, neoliberalismo e os mundos do trabalho.

Competências

- Analisar a formação econômica e social brasileira com base em abordagens historiográficas;
- Problematizar as tensões entre Estado e sociedade no Brasil no âmbito das relações de poder, de trabalho, étnico-raciais e de gênero;
- Refletir sobre as raízes e os impactos do autoritarismo na sociedade brasileira.

Cenários de Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, sala de vídeo, biblioteca e laboratório de História da UESPI/ Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas

BÁSICA:

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Companhia das Letras. 2011.

COMPLEMENTAR:

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTTA, Márcia; PICCOLO, Mônica. (Orgs.). **O domínio de outrem:** propriedade e direitos no Brasil (séculos XIX e XX). Volume 2. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nósporcatudobem, 2017.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

História da Cultura Brasileira	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Formação histórica da cultura brasileira e suas abordagens conceituais no debate historiográfico. A produção cultural e os projetos de identidade nacional vinculados ao Estado brasileiro ao longo do século XX; Expressões, categorias, formas e invenções culturais que criaram identidades no Brasil.

Competências

- Discutir a formação histórica da cultura brasileira a partir de uma visão crítica na historiografia;
- Analisar a produção cultural em suas expressões artísticas na segunda metade do século XX;
- Refletir sobre os processos históricos de invenção e suas demarcações identitárias no Brasil.

Cenários de aprendizagem

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974):** Pontos de partida para uma revisão histórica. 4. Ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

COMPLEMENTAR:

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel. **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

NEGREIROS, Valério Rosa de. **Por uma cultura integrada**: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51 ed. São Paulo: Global Editora. 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A Formação e o Sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global editora, 2015.

História e Patrimônio Cultural	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

O conceito e os sentidos do Patrimônio Cultural desde o surgimento dos estados nacionais até seus usos na contemporaneidade. O processo de formação do campo do patrimônio no Brasil e sua institucionalização no século XX. A ampliação da noção de patrimônio e a construção de políticas de preservação a partir da Constituição Federal de 1988.

Competências:

- Analisar o conceito de patrimônio cultural;
- Investigar a formação do campo do patrimônio no Brasil;
- Refletir sobre a ampliação da noção de patrimônio cultural e as políticas de preservação pós C.F. de 1988.

Cenários de Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos. Os discentes deverão refletir sobre a constituição dos acervos e elementos que constituem o patrimônio em Museus, Bibliotecas e Casas de Cultura.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2 ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COMPLEMENTAR:

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, 2012.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações In: **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

IPHAN. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações**: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília-DF: IPHAN, 2018.

PINHEIRO, Áurea. **Senhores do seu ofício:** Arte santeira do Piauí. Teresina, IPHAN-Piauí, 2009.

<u>História e Memória</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

O lugar entre a História e a Memória; o conceito de memória e as concepções de memória individual e coletiva; Reflexões sobre as memórias traumáticas e os eventos históricos.

Competências

- Discutir a relação entre História e memória;
- Compreender a discussão que toma o conceito de memória;
- Problematizar a produção de narrativas e dos lugares de memória no debate historiográfico.

Cenários de Aprendizagem

A disciplina será desenvolvida a partir de exposições dialogadas, discussões temáticas, leitura e interpretação de documentos históricos.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2011.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

COMPLEMENTAR

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DEMES, Josefina. Floriano: Sua história, sua gente. Teresina. Gráfica Halley, 2002.

LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro, Rocco, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3. 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. RJ: Editora FVG, 2006.

<u>História e Mídias</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Processos e padrões comunicativos: jornais, cinema, revistas, televisão. Revolução da prensa gráfica revisitada. Rede técnica e o novo sentido no mundo. Comunicação e poder. Processos de discursividades midiáticos: A fragmentação da realidade e a crise do universal. Sociedade da informação e convergências.

Competências

- Instrumentalizar o aluno a compreender as alterações de percepções amplificadas pelos meios de comunicação no âmbito macro e micro social;
- Analisar os meios de comunicação como disseminadores e difusores de discursividades sociais;
- Refletir sobre a constituição do social e a relevância das mídias como agenciadoras de culturas;
- Entender as relações de poder que envolvem a formação do campo midiático estimulando o pensamento crítico do aluno, para que este reconheça sua própria realidade.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, além dos espaços da biblioteca e do laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências bibliográficas:

BÁSICA

BRIGGS, A; BURKE, P. **Uma História Social da Mídia**. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2004.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COMPLEMENTAR

MOREIRA, V. O rádio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. Cultura das Mídias. São Paulo: Experimento, 1996.

MARTINS, Ana Luisa; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

WERTHEIM, M. **Uma história do Espaço**. De Dante à Internet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

WOLTON, D. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1990.

História do Tempo Presente	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A Nova História Cultural e a construção do campo da História do Tempo Presente. Pesquisa histórica e tempo presente: fontes, metodologia, temas, problemas e possibilidades.

Competências

- Problematizar e refletir sobre a construção dos campos de estudo da história do tempo presente;
- Refletir sobre os regimes de historicidade e a dimensão do tempo presente na história:
- Refletir sobre o "presentismo" na história;
- Compreender o tempo presente como objeto de pesquisa e ensino de História.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, além dos espaços da biblioteca e do laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências bibliográficas

BÁSICA

CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe. Questões para a história do tempo presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucilia A. História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo Presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

COMPLEMENTAR

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de janeiro: Contraponto: Editora da PUCRio, 2006.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2016.

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus H. F.; MATA, Sérgio da (orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

História da Infância e da Juventude	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

A história social da infância e juventude. A educação de infâncias e de juventudes em diferentes contextos, espaços e tempos, constituída nos movimentos históricos, políticos, culturais e sociais no Brasil. História e memória: a construção das categorias de infância e juventude. Lugares de educar: Estado, Família, Igreja.

Competências

- Conhecer as construções histórico-sociais dos conceitos de infância e juventude;
- Apresentar os marcos regulatórios e as políticas de proteção à infância e a juventude no Brasil;
- Construir um espaço de discussão sobre temáticas relativas à infância e à juventude;
- Instigar a discussão dos aspectos históricos, sociais e culturais da constituição da infância, da adolescência e da juventude.

Cenários da Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DEL PRIORI, Mary (org.). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

SAVAGE, J. **A criação da juventude**: Como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Ed. Rocca, 2009.

COMPLEMENTAR

BADINTER. Elizabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1985.

CASTRO, L.R. (org.). **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: Nau editora, 1998.

FREITAS, Marcos Cézar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

POSTMAN N. O desaparecimento da infância. Editorial Graphia editorial, 1999.

RIZZINI, Irene; RIZZINI. Irma. A Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

<u>História e Literatura</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Interseções entre História e Literatura em perspectivas com a tradição e a modernidade. O real e o imaginário. Diálogo com as ferramentas da sociologia e seus processos analíticos quanto ao objeto simbólico e aos agrupamentos intelectuais. Problematização do conceito de identidade e nacionalismos na construção narrativa. Ideias políticas e seus desdobramentos no campo literário. Ascensão de um novo modelo de história da literatura.

Competências

- Refletir sobre as interseções entre História e Literatura;
- Compreender o processo de formação identitária e nacionalismos pelo viés da história política e seus desdobramentos no campo literário;
- Avaliar a ascensão de um novo modelo de história da literatura no Brasil;
- Pesquisar a forma como as interlocuções entre história e literatura se dão na escola e no livro didático nas redes de ensino básico.

Cenários de aprendizagem

Sala de aula, bibliotecas e instituições públicas de ensino básico.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história**: Das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. Tradução de Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: os romances nacionais da América Latina. Tradução de Gláucia Gonçalves e Eliana Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

<u>História e Meio-ambiente</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

História Ambiental como objeto da História. Historiografia, Campo de Pesquisa, Métodos e Fontes de História Ambiental na América Latina. História do Ambientalismo no Brasil: Capitalismo, Devastação, Crítica e Resistência. A História da exploração dos recursos hídricos e minerais no Brasil.

Competências:

- Destacar aspectos socioculturais e econômicos de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados;
- Compreender o processo de devastação do meio ambiente na História do Brasil.
 Refletir sobre a relevância da História Ambiental como campo de trabalho para historiadores:
- Debater as possibilidades do ensino de história Ambiental na educação básica.

Cenários de aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas, apresentação de estudos que versam sobre a História Ambiental, seminários, exibição e análise de filmes temáticos. Uso do Laboratório de História.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da Floresta**: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

DUARTE, Regina Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COMPLEMENTAR

ARRUDA, G., TORRES, D. V., ZUPPA, G. **Natureza na América Latina**: apropriações e representações. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **História, Natureza e Território**. Governador Valadares: Ed.UNIVALE, 2007.

MARQUES, Luis. Capitalismo e Colapso Ambiental. Campinas: UNICAMP. 2015.

MINTZ, Sidney W. O Poder Amargo do Açúcar. Recife: Editora da UFPE, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

Movimentos Indígenas na América Latina	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

História dos movimentos indígenas na América Latina. As lideranças de mulheres indígenas na luta pelo território e outros direitos. As constituições nacionais na América Latina e os direitos dos povos indígenas.

Competências:

- Compreender os cenários da luta pela terra pelos movimentos indígenas na América Latina;
- Entender o papel das mulheres nos movimentos indígenas;

 Pensar as diferentes estratégias acionadas pelos indígenas no contexto contemporâneo nas relações com os Estados nacionais e suas constituições.

Cenários de aprendizagem

Sala de aula, bibliotecas, uso de filmes, documentários e o laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Org.). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. **As raízes do fenômeno Chiapas**: o já basta da resistência zapatista. São Paulo, Alfarrábio, 2002.

RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

COMPLEMENTAR:

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukápanavo**: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro: Laced, 2020.

COHN, Sérgio (ORG.). Ailton Krenak. **Série Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

GITA, Ana. Atas Indigenistas. Brasília: Oriente, 1988.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo, Paulinas, 2012.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

<u>História, Territorialidades e Sertões</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Leitura e discussão historiográfica acerca da historicidade dos sertões e da problemática de sua ocupação por diferentes agentes sociais. Conceito de território e territorialidade. Negros, indígenas e quilombolas e as diásporas nos sertões. O território como espaço de convergência e campo de forças sociais de desenvolvimento. Mapeamentos, identidades e territórios. Concepções de Desenvolvimento. O debate contemporâneo sobre o desenvolvimento.

Competências

- Problematizar os conceitos de sertão, território e territorialidade;
- Compreender as dinâmicas sociopolíticas da expansão sobre os sertões numa perspectiva histórica;
- Entender as formas pelas quais os grupos sociais apropriam-se do território.

Cenários de aprendizagem

Sala de aula, bibliotecas, uso de filmes, documentários e o laboratório de História da UESPI/Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ACSELRAD. Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

FREIRE, Alberto (Org.). Culturas dos Sertões. Salvador: EDUFBA, 2014.

COMPLEMENTAR

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória**. Cotidiano e História no Sertão do Piauí. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do Humano. - 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

História Política e Movimentos Sociais	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Tensões entre Estado e sociedade no Brasil. Historiografia sobre as lutas sociais no Brasil. Principais questões teóricas envolvidas na temática dos movimentos sociais: classes, luta de classes, consciência e organização; experiência, cultura, tradição e identidade; cidadania, direitos e mudanças sociais. Identidades e territorialidades: as lutas dos movimentos negro, indígena, feminista e LGBTQIA+.

Competências

- Discutir teorias que referenciam o estudo dos movimentos sociais na história brasileira.
- Analisar a dimensão educativa dos movimentos sociais na formação de sujeitos políticos, na elaboração e implementação de políticas sociais.
- Debater a importância da participação política como instrumento para a conquista e garantia de direitos.
- Problematizar as pautas e formas de atuação dos movimentos sociais.

Cenários de Aprendizagens

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio dos seguintes cenários: sala de aula, sala de vídeo, biblioteca e laboratório de História da UESPI/ Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: **Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

BARBOZA, Douglas Ribeiro; BOTELHO, Jacqueline. (Orgs.). Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Catiúscia Custódio de. **O movimento indígena e a luta por emancipação**. Curitiba, PR: Appris, 2018.

<u>História e Direitos Humanos</u>	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Direitos humanos em perspectiva histórica. Direitos humanos e formação para a cidadania. A Constituição Federal de 1988, convenções e tratados internacionais de

proteção dos direitos humanos. Direitos humanos, gênero e relações étnico-raciais. Direitos Humanos e Migrações.

Competências:

- Discutir o processo de constituição dos direitos humanos e sua importância na formação para a cidadania.
- Analisar dispositivos da Constituição Federal de 1988, convenções e tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.
- Discutir os direitos humanos sob a ótica das relações étnico-raciais e de gênero.
- Problematizar a relação entre direitos humanos e migrações.

Cenários de Aprendizagem

As competências elencadas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas e produções de textos. Serão utilizados os espaços de sala de aula, da biblioteca e do laboratório de História da UESPI/ Campus Dra. Josefina Demes.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. — Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2015.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BENJAMIN, Cid. **Estado policial:** como sobreviver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Sin miedo**. Formas de resistencia a la violencia de hoy. Madrid: Taurus, 2020.

CASADO FILHO, Napoleão. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Introdução à Arqueologia	
Carga Horária:	45 horas

Ementa

Estudo das tendências teóricas e práticas da arqueologia e o seu papel na produção do conhecimento sobre as sociedades humanas.

Competências

- Abordar a produção do conhecimento e a sua divulgação a partir das técnicas de investigação em arqueologia, bem como suas relações com a história.
- Estimular o debate a respeito do patrimônio e sua preservação.
- Contemplar conceitos básicos e interdisciplinares utilizados na arqueologia.
- Introduzir as características, complexidades e conceitos próprios da Arqueologia Histórica.
- Abordar discussões acerca da periodização, objetos de estudo da Arqueologia Histórica.

Cenários de Aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia, usos de documentos, os espaços da biblioteca da UESPI, do laboratório de história, além da possibilidade de realização de aulas de campo.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BAHN, Paul. & RENFREW, Colin. **Arqueologia**: Teorias, Métodos e Practicas. 2ª Edição. Madrid: Akal Editorial, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto. 2003.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciência Humanas, Belém: 2011. v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr.

COMPLEMENTAR:

LIMA, T. A., Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites. **Revista Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n.2, p. 7-23, 2002.

LITTLE, BARBARA. Povos com História: Uma revisão da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos. **Vestígios:** revista latino-americana de arqueologia histórica. Belo Horizonte: UFMG, 2014. v.81. n. 2. pp. 120 – 165.

ORSER, Charles E. **Introdução a Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficinas de Livros, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF. Editora da Universidade de Brasília, 1992.

TRIGGER, B. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004.

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida, para o curso de Licenciatura em História da UESPI, campus Dra. Josefina Demes considera os seguintes parâmetros para o ensinar e o aprender:

Promoção da articulação entre a teoria e a prática;

- Aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;
- Apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- Aplicação do conhecimento para as variadas situações da vida e da prática profissional.

Levando em consideração estes pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em História são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a interdisciplinaridade.

A proposta metodológica de ensino está centrada nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias da informação que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

7.1. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado, com regulamento próprio, é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com suas diferentes modalidades de operacionalização em obediência às especificidades do curso de Licenciatura em História. O Estágio Curricular Supervisionado está estruturado de acordo com a Lei Nº 11788/2008, Regimento interno da UESPI, Resolução de Estágio Curricular Supervisionado CEPEX N° 004/2021 e o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da UESPI campus Dra. Josefina Demes (2021) (Anexo 2).

O Estágio é realizado em instituições conveniadas e está estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria. Para sua execução é exigida a supervisão das atividades pelo professor da disciplina e da instituição

cedente. Cabe ao discente a elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados ao professor da disciplina, em formato de portfólio, para a avaliação pertinente.

A função precípua do Estágio Supervisionado é a integração entre teoria e prática, de forma dialética, contextualizada e interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão, com base na problemática trazida das especificidades do campo de trabalho, com vistas a: considerar prática e teoria como núcleos articuladores da formação profissional e científica; analisar os fenômenos da realidade à luz dos conhecimentos interdisciplinares e perceber a teoria e a prática como atos indissociáveis e críticos.

O Estágio Supervisionado tem como objetivo principal favorecer ao estudante dos cursos de Licenciatura o aprofundamento e a integração dos conhecimentos e conteúdos desenvolvidos ao longo do curso, aplicando-os no contexto escolar e reformulando-os teoricamente, tendo como meta contribuir para a formação de um educador consciente, crítico, reflexivo e investigativo.

São ainda objetivos do Estágio Supervisionado:

- Promover a articulação entre teoria e prática, dinamizando o processo ensinoaprendizagem;
- Reforçar o princípio da investigação científica como elemento de formação profissional e pedagógica;
- Proporcionar ao aluno as experiências práticas necessárias ao profissional da educação que atuará diretamente na docência;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e competências pertinentes ao desempenho de sua profissão;
- Desenvolver uma metodologia comprometida com a problemática do campo de estágio, contemplando os fundamentos teóricos e metodológicos aprendidos em sua formação acadêmica;
- Estimular uma postura crítica e ética do estagiário frente à sua atuação docente, avaliando-a e redimensionando-a;
- Formar educadores que reconheçam a relevância social da escola e do professor,
 desenvolvendo uma prática pedagógica emancipatória que promova a cidadania.

Para que os objetivos do Estágio Supervisionado sejam colocados em prática, é preciso vivenciar o trabalho pedagógico desenvolvido pela Unidade Escolar – Campo de Estágio -, neste sentido, faz-se necessário vivenciá-lo de forma criativa e investigativa, exercitando situações reais de trabalho, participando de planejamentos, aplicação e avaliação de ações desenvolvidas no seu dia-a-dia e, ainda, propondo novas formas de trabalhar, promovendo a articulação entre os conteúdos teóricos vistos no curso e a dinâmica pedagógico-administrativa dessas escolas, construindo, assim, a competência e a autonomia necessárias para gerir seu trabalho.

O estágio supervisionado consiste em atividade e componente curricular obrigatório (disciplina), com carga horária total de 400 horas, dividida em três disciplinas:

- Estágio Curricular Supervisionado I (150 horas) Sexto semestre.
- Estágio Curricular Supervisionado II (150 horas) Sétimo semestre.
- Estágio Curricular Supervisionado III (100 horas) Oitavo semestre.

O Estágio Supervisionado é indispensável e requisito obrigatório para aprovação e obtenção de diploma, cuja base é eminentemente pedagógica, sob a forma de **Observação, Planejamento e Regência de Classe**, possibilitando a vivência profissional conforme previsto no Projeto Pedagógico dos cursos e nos Planos de Curso dos referidos componentes curriculares.

Os alunos do Estágio Supervisionado deverão elaborar um relatório final, a ser descrito conforme orientações do professor supervisor, anexando os documentos que comprovem suas atividades em sala de aula e no campo de estágio, em formato de portfólio. O Relatório deverá constar as experiências vividas pelo aluno durante o Estágio e o caminho acadêmico percorrido por ele até o momento de sua realização, assim como as perspectivas futuras em relação à sua profissão.

A atividade de culminância do Estágio será o **Fórum de Socialização**, onde cada aluno deverá apresentar seu Relatório, possibilitando a troca de experiências vividas durante a realização da disciplina. Essa atividade contará com a presença do

professor supervisor da UESPI, dos colegas de sala e demais alunos e professores dos cursos interessados em prestigiar o evento.

As orientações para elaboração dos trabalhos finais do Estágio Supervisionado ficarão a cargo do professor supervisor de estágio, que deverá utilizar a carga horária teórica de 50h do Estágio Supervisionado I, 50h do Estágio Supervisionado II e 20h do Estágio Supervisionado III para tal finalidade. Os trabalhos finais exigidos dos estagiários deverão ser entregues ao professor supervisor da UESPI, impreterivelmente, em portfólio, em data definida no cronograma da disciplina. É importante que o estagiário registre em fotos as suas atividades, assim como recolha documentos (diários de classe, fichas de matrícula, fichas de ocorrência, cópia de atividades, plano de aula, etc.) que considerar importante para a finalização de seu relatório.

A avaliação do aluno no Estágio Supervisionado será efetivada de modo processual e dinâmico, sistemático e investigativo, visando ao melhor aproveitamento do aluno e ao acompanhamento contínuo das atividades realizadas. Em relação ao Estágio, o processo de avaliação será realizado a partir da análise dos seguintes aspectos:

- Cumprimento às orientações do professor-supervisor;
- Comprometimento com as atividades referentes ao estágio;
- Participação nas aulas de estágio e demais atividades pedagógicas na escola, no ciclo de debates e fórum de socialização;
- Planejamento docente (planos de aulas);
- Elaboração do portfólio;
- Atendimento às orientações individuais do professor/supervisor;
- Apresentação no fórum de socialização e;
- Avaliação do professor regente da escola sobre as atividades do/a estagiário/a.

Ainda em função das características especiais de que se reveste o Estágio Supervisionado, não haverá exames finais e de segunda chamada, bem como não será permitido cursá-lo em regime de período especial curricular (PEC) ou de exercícios domiciliares. Para a aprovação na disciplina o aluno deverá cumprir todas

as atividades do Estágio Supervisionado, uma vez que se referem ao cumprimento da carga horária total de 400h, entregando o relatório final no formato de portfólio.

A validação e cumprimento de estágio estão vinculados à média do discente nas atividades acima mencionadas. O aluno deverá atingir média mínima 7,0 (sete), caso contrário, quando se fizer necessário, o estagiário terá um prazo adicional para reformular o Relatório Final. Após a reformulação, o aluno que não alcançar novamente o conceito mínimo fixado terá seu estágio considerado nulo para todos os efeitos, ficando reprovado na disciplina de Estágio Supervisionado.

O Estágio Supervisionado será dividido em três fases, como descrito abaixo:

<u>OBSERVAÇÃO</u>: Esta fase tem a duração de 30 horas no Estágio Supervisionado I, 30 horas no Estágio Supervisionado II e 20 horas no Estágio Supervisionado III, e se caracteriza pela presença do estagiário na escola e **em sala de aula, sem, no entanto, participar diretamente da aula**. O estagiário observará: a infraestrutura física das escolas em que realizará o estágio, bem como os planejamentos, as aulas teóricas e práticas dos professores titulares.

<u>PLANEJAMENTO</u>: Durante esta fase, que terá duração de 30 horas nos Estágios Supervisionados I, 30 horas no Estágio Supervisionado II e 20 horas no Estágio Supervisionado III; o estagiário auxiliará o professor regente em aulas práticas, trabalhos em grupo, no preparo de material didático etc; porém, o estagiário ainda não assumirá controle total da sala de aula. Paralelamente, o estagiário realizará atividades que darão suporte à sua própria regência: planejamento das aulas, preparo de material didático e instrumentos de avaliação, análise do livro didático adotado pelo professor regente, preenchimento de diário escolar etc.

REGÊNCIA: Nessa fase, que tem carga horária de 40 horas no Estágio Supervisionado I, 40 horas para Estágio Supervisionado II e 40 horas para Estágio Supervisionado III, o estagiário assumirá a responsabilidade total sobre a condução das aulas, demonstrando coerência com o que foi planejado. Tal coerência será verificada pelo professor da disciplina, que junto com o professor da escola acompanhará e avaliará algumas aulas do estagiário.

A todos os alunos serão asseguradas vagas para a realização dos estágios curriculares nas escolas públicas ou privadas que tenham convênio com a UESPI.

Compete à coordenação do curso de Licenciatura em História indicar o (a) professor (a) orientador (a) responsável pelo acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades do estagiário (a).

São atribuições do (a) professor (a) supervisor (a) da UESPI:

- Definir com o coordenador do curso de Licenciatura em História os critérios de distribuição de estagiários no campo de atuação;
- Disponibilizar aos estagiários toda a documentação necessária para a realização do estágio (Ver anexo 2);
- Entregar a coordenação do curso o Mapa do Estágio Supervisionado preenchido e assinado;
- Planejar, acompanhar e avaliar as atividades ligadas ao Estágio Supervisionado, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, programas, calendário acadêmico e cronogramas estabelecidos;
- Informar ao estagiário a dinâmica de realização do Estágio Supervisionado, orientando-o e supervisionando-o sistematicamente durante todas as atividades;
- Preencher fichas e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades:
- Manter contatos periódicos com o professor da escola para melhor acompanhamento do estagiário, intervindo sempre que necessário;
- Auxiliar o estagiário na solução de possíveis problemas ou dificuldades que possam surgir no decorrer das atividades;
- Avaliar o desempenho do estagiário conforme os critérios estabelecidos.

Dos direitos do Estagiário:

- Receber informações detalhadas sobre os critérios para realização do Estágio;
- Receber em tempo hábil as fichas utilizadas no Estágio;

- Receber as informações preliminares sobre os itens e os requisitos básicos para elaboração:
- Do Preenchimento das fichas de controle do Estágio;
- Dos Planos de Aulas (quando necessário);
- Do Relatório Final.
- Conhecer previamente a turma em que fará a observação e regência das aulas, além do conteúdo programático que deverá ser realizado naquela fase do Estágio, através do professor responsável na Unidade Escolar;
- Ser informado do resultado de sua avaliação.

Dos Deveres do Estagiário:

- Manter-se informado sobre o Estágio;
- Devolver toda a documentação do Estágio (Ver anexo 2) ao professor supervisor da UESPI até a segunda semana de aula;
- Organizar e manter atualizada a pasta de Estágio;
- Apresentar-se na Unidade Escolar, para a qual for designado na data e horário estabelecidos:
- Conhecer a Unidade Escolar Campo de Estágio e integrar-se à sua rotina;
- Solicitar previamente, ao Professor Orientador na Unidade Escolar, o conteúdo programático e o planejamento de ensino acordado entre as partes, bem como sugestões para a realização das etapas do Estágio;
- Participar da avaliação efetuada pelo professor orientador na Unidade Escolar após cada regência;
- Ser assíduo e pontual em todas as atividades do Estágio;
- Elaborar e analisar o plano de aulas e confeccionar o material didático necessário à regência, quando for o caso, de maneira que desenvolva a capacidade de construção do seu próprio material de ensino;
- Apresentar o plano de aula estruturado e os materiais didáticos nos dias e horários estipulados;
- Comunicar ao professor supervisor em tempo hábil sua falta ou desistência do estágio;

- Preencher corretamente e sem rasuras as fichas de controle e acompanhamento utilizadas durante o Estágio;
- Apresentar, impreterivelmente, na data previamente marcada, o Relatório
 Final de Estágio em formato de portfólio, seguindo as orientações prestadas pelo professor supervisor da UESPI;
- - Cumprir a carga horária prevista para aprovação no Estágio Supervisionado.

É importante salientar que o Regime de Exercícios Domiciliares não se aplica para as atividades do Estágio Supervisionado, conforme documento normativo da UESPI.

É importante salientar também que o Estágio é um conjunto de atividades essencialmente práticas; portanto, não se admitirá a concessão de Regime de Exercícios Domiciliares – RED, estabelecido no Decreto-Lei nº 1044, de 21/10/69, e na Lei nº 6022, de 17/12/75, Regimento Interno da UESPI e Resolução CEPEX 004/2021.

Caso o aluno já atue na área em que o Estágio será desenvolvido, sua experiência profissional poderá ser considerada parcialmente (50%), nos termos do Art. 61, inciso II, da Lei nº 9394/96 e conforme regulamentação da UESPI. Os alunos que se encontrarem nessa situação deverão encaminhar para a Coordenação de Estágio, pedido para avaliação do seu caso, constando comprovantes da atividade realizada na escola e da função que ocupa, devidamente assinada pelo diretor. Este será analisado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, podendo ser aceito ou não.

A qualquer momento da realização do Estágio Supervisionado, o aluno pode ser desligado da atividade, se seu comportamento for incompatível com os padrões de conduta e as normas disciplinares da UESPI ou do órgão concedente do Estágio.

Com relação ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado, bem como toda documentação que deverá ser utilizada pelos alunos durante todas as atividades do Estágio Supervisionado I, II e III, encontra-se melhor detalhada no Anexo 2.

Por fim, compreende-se que a multiplicidade das estratégias para a prática de Estágio Supervisionado Obrigatório é ampla e diversificada, porém, dentre todos os currículos dos seis cursos de Licenciatura em História dessa instituição encontramos

objetivos e carga horária comuns, regulados pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Desta feita, consideramos que tais disciplinas devem ser compatibilizadas e aproveitadas junto aos demais PPCs dos diversos cursos de História da UESPI, desde que sejam cursadas na sua integridade. Isto é, caso o aluno transferido estiver cursando parcialmente as disciplinas de Estágio Obrigatório, no momento de sua transferência as horas parciais não poderão ser aproveitadas dado que ele deve se readaptar às estratégias pedagógicas empregadas no curso de destino. Porém, no caso do aluno transferido ter cursado as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório em sua integridade, tais horas deverão ser aproveitadas, dado que todos os estágios estão de acordo com o artigo 7º, inciso VIII da resolução supracitada: dar-se à centralidade aos Estágios Obrigatórios que "enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio".

7.2. Atividades complementares

As atividades Acadêmicas Complementares Curriculares (AACCs) do curso de Licenciatura em História valorizam conhecimentos estruturantes e diversos nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo da curricularização da extensão e sua carga horária regulamentar, incentivando a realização de atividade extracurricular e científico-culturais na formação do/a licenciando/a em História. A carga horária definida para as atividades complementares é de 75 h, definidas dentro da autonomia deste curso de acordo com a BNC-Formação (Resolução CNE 002/2019) e as normativas institucionais e são obrigatórias para a integralização do curso. O cumprimento desta carga horária deverá priorizar a diversidade de atividades acadêmicas, científicas e culturais. As normas de execução, aproveitamento e pontuação das AACC's deste curso são regidas de acordo com a Resolução 002/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta instituição. A realização de atividades complementares não se confunde com a execução do Estágio Curricular Supervisionado ou com a do

Trabalho de Conclusão de Curso. Tais atividades somam a carga horária total do Grupo II as quais pertencem as disciplinas específicas e, na matriz curricular, integram o Bloco VIII.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do/a formando/a, possibilitando a expansão e diversificação das atividades formativas a partir de diálogos com instituições educacionais outras, entidades da sociedade civil, entidades acadêmicas e profissionais e espaços culturais múltiplos. Assim como os componentes curriculares obrigatórios estabelecidos no ementário deste projeto pedagógico, as atividades complementares planejadas e ofertadas dentro do âmbito deste curso propõem a integração entre a teoria e a prática, conjugando ensino e pesquisa como elementos fundamentais na formação do/a docente com competências e habilidades de professor/a-pesquisador/a.

O curso de Licenciatura em História do campus Dra. Josefina Demes oferecerá aos/às discentes atividades complementares como: eventos de natureza acadêmico/científicas e culturais, nos quais o/a discente poderá participar como apresentador/a, debatedor/a, ouvinte e organizador/a; Programa Residência Pedagógica; PIBID; PIBIC, PIBEU e Monitoria, dentre outros. Os programas que são regulamentados e financiados por editais e recursos externos ficam condicionados à disponibilidade por parte das instituições provedoras. Assim, a organização pedagógica deste curso de graduação em Licenciatura em História cria as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico seriado semestral.

7.3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, a secundar a elaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC.

Em vista disso, os alunos são inseridos na pesquisa através de diversas disciplinas como PPI I - Laboratório de fontes históricas, Métodos e técnicas da

pesquisa em História I e II e TCC I e TCC II. Ao longo dessas disciplinas são apresentados e discutidos os métodos de pesquisa histórica, os usos possíveis das fontes, o processo de elaboração de um projeto de pesquisa e suas etapas de levantamento bibliográfico, pesquisa em acervos e redação do artigo científico, que deve ser apresentado ao final da disciplina de TCC II como critério para conclusão da graduação.

Na disciplina de TCC I iniciam as orientações individualizadas com os alunos. Cada estudantes será direcionado a um (a) professor(a) orientador(a) que pesquise temas correlatos ao do desenvolvimento do TCC. Nessa disciplina, deve-se iniciar a redação do artigo. Na disciplina de TCC II as orientações individuais permanecem e o artigo deve ser concluído, revisado e defendido para uma banca examinadora.

A apresentação do trabalho de conclusão de curso é regulamentada e institucionalizada e tem por objetivo o exercício pedagógico concentrado para que o aluno exiba suas habilidades e competências obtidas ao longo de sua formação, além da contribuição confiável e relevante à comunidade científica, com propostas alternativas, primando pelo ineditismo no questionamento e no avanço dos estudos acadêmicos.

A resolução CEPEX Nº 003/2021 regulamenta o TCC no âmbito da Universidade Estadual do Piauí, esclarecendo aspectos importantes acerca das funções do NDE, orientadores, professor da disciplina e alunos. O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, estabelece ainda regras complementares de operacionalização do TCC, visando o disciplinamento de prazos de elaboração e entrega dos trabalhos destinados.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório no curso e é desenvolvido sob a orientação de um professor. Segundo a Resolução CEPEX Nº 003/2021, os orientadores de TCC deverão ser professores(as) do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar nomes de professores(as) de outras IES e/ou pesquisadores(as) vinculados a Grupos e/ou Centros de Pesquisa.

A banca examinadora será constituída pelo(a) Professor(a)-orientador(a) presidente da mesma e outros dois professores da UESPI e/ou externos à IES. O aluno disporá do tempo mínimo de 20 minutos e no máximo de 30 minutos para apresentação

do TCC, após a apresentação, a Banca terá 60 minutos para arguições. Posteriormente, o aluno deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora. Os membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração a parte escrita do trabalho e a apresentação oral. Na parte escrita devese avaliar os aspectos relacionados ao conteúdo, considerando a relevância da pesquisa; Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual; A capacidade de análise e síntese. No quesito apresentação oral deve ser observada e avaliada a clareza, fluência e coerência com o trabalho.

O aluno será considerado aprovado se obtiver, após apresentação e defesa do TCC diante da Banca Examinadora, média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca igual ou superior a 7 (sete), considerando o Regimento da Universidade Estadual do Piauí.

O aluno deverá realizar as correções sugeridas pela Banca Examinadora e entregar um exemplar no formato digital e um exemplar impresso, acompanhados de uma carta de anuência assinada pelo(a) orientador(a), ao professor(a) titular da disciplina de TCC em até 15 dias corridos da data da defesa, sendo esta, uma exigência para a finalização da disciplina pelo(a) aluno(a).

A referida resolução ainda esclarece que cada curso de graduação definirá, no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, as modalidades de TCC, conforme a natureza e o perfil do profissional que se pretende formar. Deste modo, o curso de Licenciatura em História do Campus Dra. Josefina Demes terá como trabalho de conclusão de curso um *artigo científico* que deve seguir as orientações presentes no Anexo 1 deste documento.

7.4. Atividades de Curricularização da Extensão

As atividades de curricularização da extensão, correspondem a 320 horas da carga total do Curso de Licenciatura em História e serão realizadas a partir do bloco III até o bloco VII, com oferta de projetos e programas de extensão, prestação de serviços, oficinas e eventos, semestralmente, possibilitando ao aluno chegar ao último bloco com a carga horária total cumprida.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e cita:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

Art. 16 As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

As atividades curriculares de extensão serão realizadas seguindo a resolução da IES pertinente a esta atividade curricular.

Para atender a legislação supracitada e à Resolução CEPEX Nº 034/2020, que trata da inserção das extensões na Matriz Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí, o curso de História optou pela modalidade Unidade Curricular Específica - UCE. Conforme o previsto no Art. 7º desta Resolução, as UCE's serão guiadas por três eixos temáticos principais que se articulam aos objetivos do curso, a saber:

• História Pública: considerando a profusão de discursos revisionistas, negacionistas e excludentes potencializados pelo mundo digital, propomos a construção de espaços e dinâmicas virtuais e presenciais que possibilitem a construção da História em diálogo com o público, produzindo saberes eticamente balizados e preparando as/os profissionais formadas/os pelo curso para atuação em diversos espaços e formatos de educação histórica.

- História e Acervos: serão propostas ações extensionistas relacionadas à preservação e à digitalização de fontes históricas. Trata-se de uma demanda da comunidade de Floriano pela salvaguarda de acervos de fontes históricas públicas e privadas. Além da documentação escrita, pretende-se criar acervos a partir de fontes orais e de materiais audiovisuais os quais serão incorporados ao laboratório do Curso de Licenciatura em História do Campus Dra. Josefina Demes.
- Organização de seminários, eventos, congressos: serão propostas ações extensionistas vinculadas à organização de eventos de caráter de divulgação/discussão de temas levantados pela comunidade de Floriano, considerando a formação dos discentes e também a continuada, voltadas para professores da rede básica de ensino.

Em cada Bloco, iniciando no terceiro, serão ofertados projetos, eventos, oficinas ou cursos, totalizando ao final do Bloco VII 320h de ACE que o discente deve cumprir para integralização do curso. Nesse sentido, atendemos ao dispositivo legal que solicita um mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária do curso para o desenvolvimento da Atividade Curricular de Extensão- ACE.

A participação dos discentes nas Atividades Curriculares de Extensão dar-se-á na execução dos projetos, cursos, oficinas e/ou eventos e, quando possível, no seu planejamento, sob a orientação do Coordenador da Atividade de Extensão, que deve ser lotado na instituição como professor efetivo ou temporário do Quadro docente do curso de Licenciatura em História do campus Dra. Josefina Demes.

Ao menos um/uma professor/a do curso de Licenciatura em História da UESPI campus Dra. Josefina Demes deverá propor ao menos uma ACE a partir do Bloco III nos formatos apresentados neste PPC, a saber: projetos, cursos, eventos e/ou oficinas. O cadastro e demais procedimentos devem ser seguidos a partir do que determina a Resolução CEPEX Nº 034/2020.

7.5. Prática como Componente Curricular

Conforme estabelece a resolução CNE/CP n.º 2/ 2019, a prática pedagógica é componente curricular obrigatório para a conclusão do curso, estando presente em toda trajetória da formação dos discentes, totalizando 400 horas do primeiro ao oitavo bloco.

Entende-se que a Prática Pedagógica é um elemento essencial na formação dos discentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, ao possibilitar o primeiro contato desses com a Educação Básica no contexto do Curso de formação de professores. Assim, essa etapa possibilitará a reflexão de temas e problemáticas desde o primeiro semestre do curso, o que permitirá o desenvolvimento de competências e habilidades na sua forma prática. As atividades serão desenvolvidas a partir do vínculo direto com uma disciplina do componente teórico obrigatório, desse modo, o mesmo docente ficará responsável pelas duas disciplinas (teórica e prática). De maneira geral, a Prática Pedagógica Interdisciplinar da forma como foi estruturada busca contemplar temas e abordagens levantadas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Nesse PPC as práticas estão vinculadas diretamente às disciplinas teóricas, conforme podemos observar na tabela abaixo. Ressalta-se que o professor responsável pela parte teórica, automaticamente assumirá as atividades da PPI correspondente, conforme a seguinte organização:

Quadro 01: Relação das Práticas Pedagógicas e suas disciplinas correspondentes

Prática Pedagógica Interdisciplinar	Bloco	Carga Horária	Temática	Disciplina teórica vinculada
Introdução aos Estudos Históricos	I	30h	Produção de material didático	Introdução aos Estudos Históricos
PPI I	II	70h	Laboratório de Fontes Históricas	Teorias e metodologias da História I

PPI II: História Indígena e do Indigenismo	III	50h	Laboratório de Ensino de História Indígena e do Indigenismo	l
História do Brasil I	IV	30h	Produção de Material Didático sobre a Formação Social do Brasil	História do Brasil
História do Piauí I	IV	30h	Produção de Material Didático sobre a Formação Social do Piauí	História do Piauí I
PPI III: Didática	IV	50	Elaboração de plano de aula e seus componentes didáticos.	Didática
Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I	>	30h	Elaboração de pré- projeto de pesquisa	Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I
PPI IV: Laboratório de ensino de Educação para as	VI	50h	Desenvolver projetos de intervenção nas escolas que possam contribuir para o combate ao	História do Brasil

relações étnico- raciais			racismo e valorização das culturas afroindígenas	
História Contemporânea I	VI	30h	Produção de material didático sobre as lutas sociais na contemporaneidade	
História do Brasil	VII	30h	Produzir material didático sobre censuras e resistências no período da Ditadura Militar.	História do Brasil IV

<u>8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</u>

Desde a reforma universitária de 1968 considerou-se como indispensável na formação discente das Instituição de Ensino Superior no Brasil a integração entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades. Assim, o chamado "tripé universitário" ensino, pesquisa e extensão do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí segue em consonância com o estabelecido na mais variada tradição acadêmica, bem como o que se estabeleceu nas resoluções, regimento e PDI da IES.

Assim, o curso estabelece em sua organização, atividades que integrem e estimulem o ensino acadêmico, os projetos de investigação dos docentes junto aos seus grupos de pesquisas e cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa (PROP), projetos de extensão cadastrados junto à Pró-Reitoria de Extensão (PREX). Nesse universo, o curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Dra.

Josefina Demes, conta com o Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História (LAPEH) que articula o tripé universitário, possibilitando na prática as atividades estabelecidas nos mais variados dispositivos institucionais da UESPI.

8.1. Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Licenciatura em História elege como prioritária a formação profissional decorrente das demandas sociais regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

Dessa articulação, resulta a percepção de que as dimensões sociais, éticas, culturais, tecnológicas e profissionais, propiciam o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal às competências desenvolvidas, pressupondo:

- A análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente:
- A aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- A atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

Desses pressupostos resulta claro que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elegem como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- O desenvolvimento de competências valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- A integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;

A constituição do ser pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de História, prioriza-se:

- A articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;
- A interdisciplinaridade, promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitindo estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade na perspectiva de uma nova divisão social e técnica do trabalho;
- A diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e da oferta, articuladas à autonomia e mediadas por um processo de avaliação e de atendimento às diferenças;
- A formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2. Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão indissociáveis do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

- I- Eventos culturais, técnicos e científicos;
- II Cursos de extensão;
- III Projetos de atendimento à comunidade;
- IV Assessorias e consultorias; e
- V Publicações de interesse acadêmico e cultural.

À Pró-Reitora de Extensão cabe manter, por meio das Coordenadorias de Cursos, o registro de dados e informações sobre as atividades de extensão.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura em História é considerada por meio de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade, estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a faculdade e a sociedade. São atividades que ocorrem integradas às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão está vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre os conteúdos das disciplinas e atividades extraclasse.

8.3. Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível, quando os alunos iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando,

quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI define suas linhas de pesquisa (revistas periodicamente) que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa.

A formatação da Pesquisa Institucional, com projetos propostos por professores pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa da UESPI, se dá através de sua aprovação pelo colegiado de curso e financiamento pela Instituição, em conformidade com o Edital da Pesquisa.

As ações de pesquisa são divulgadas através do referido edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à PROP. O Comitê Interno de Pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos na UESPI são apresentados à Diretoria, através das Coordenadorias de Curso, para análise de viabilidade e da relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

Neste contexto a Coordenação de Pesquisa da UESPI objetiva coordenar, supervisionar, desenvolver e consubstanciar ações constantes no plano de atividades de pesquisa da UESPI e do Estado do Piauí, com vistas a melhorar sua

operacionalização; propiciar a docentes e discentes condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, oferecendo subsídios técnicos e orientação na elaboração de projetos; articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento, objetivando o intercâmbio de recursos humanos e materiais para implantação de Programa e projetos; manter cadastro de instituições científicas financiadoras e divulgar as pesquisas desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UESPI.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda:

- Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;
- Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulado ainda a pesquisa básica;
- Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;
- Acompanhar e qualificar os projetos através da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

Para tanto, destacam-se as ações:

- Estimular a capacitação de docentes pesquisadores.
- Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicocientíficas nas diferentes áreas do conhecimento humano.
- Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas.
- Estimular grupos de pesquisa emergentes.
- Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).

- Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam Programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares.
- Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins.
- Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento.
- Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica.
- Estimular a publicação de pesquisas em publicações nacionais e estrangeiras.
- Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares.
- Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI.
- Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa.

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remonta aos Programas vinculados CNPq sendo eles: o PIBIC/ CNPq, que oferta 53 bolsas anuais; PIBIC/ CNPq/ ações afirmativas, com 10 bolsas, e PIBIC/ UESPI, que oferta 100 bolsas anuais.
- Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica, evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas de pesquisa da Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais).
- Oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e

eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

- Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;
- Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1. Programa de Acompanhamento Discente

A UESPI mantém o programa de Monitoria de Ensino, Programa de Atendimento Domiciliar, o Núcleo de Apoio Pedagógico, Programa Auxílio Moradia e Alimentação, Programa Bolsa Trabalho, Programa de Apoio Pedagógico para os alunos portadores de deficiência auditiva e/ou deficiência visual, também fomenta o seguro de vida dos

Estagiários. O curso de Licenciatura em História procura ofertar semestralmente propostas de projetos de PIBEU, PIBIC, Pesquisa e Monitoria para contemplar os discentes com bolsas que ajudam na permanência destes na graduação. Além disso, possuímos um Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão devidamente equipado com computadores e equipamentos que ajudam os estudantes com um espaço adequado para estudar e produzir seus trabalhos e projetos.

9.2. Monitoria de ensino

A Monitoria na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico-práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionada à atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado. Dessa forma, a monitoria é um programa que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas.

São considerados objetivos da monitoria:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino;
- Promover a cooperação entre professores e alunos;
- Dinamizar as ações didático-pedagógicas, envolvendo os alunos na operacionalização das ações cotidianas relacionadas ao ensinoaprendizagem da UESPI;
- Estimular a iniciação à docência.

O programa de monitoria é regido pela Resolução CEPEX 005/2020.

9.3. Programa de Nivelamento

A UESPI implantará um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser compromissado com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, ale de educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem.

Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.4. Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente no AVA-MOODLE UESPI.

9.5. Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de *Campi* da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.

9.6. Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria *online*. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno *online* e sugerir, criticar, elogiar, enfim opinar sobre as questões pertinentes, possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

9.7. Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI, contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes. Os principais programas implantados na UESPI são:

- Bolsa-Trabalho: oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- Auxílio-Moradia: complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados.
- Auxílio-transporte: possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.

Auxílio-Alimentação: tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo
o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade
socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1. Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no Quadro 01, em ordem alfabética, o corpo docente do Curso de Licenciatura em História, Campus Dra. Josefina Demes, Floriano-PI, da UESPI, com as respectivas formação, titulações e regime de trabalho.

Quadro 02: Corpo docente do curso de Licenciatura em História

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
Tatiana Gonçalves de Oliveira 082.334.806-73	Licenciatura em História pela Universidade Federal de Viçosa (2013) Mestrado em História pela	Doutora	Dedicação Exclusiva

	Universidade Federal de Juiz de Fora (2016) Doutorado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2020)		
Valério Rosa de Negreiros 024.763.113-24	Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2013) Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2016) Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2020)	Doutor	Dedicação Exclusiva
Sérgio Luiz da Silva Mendes	Licenciatura em História pela Universidade	Mestre	Dedicação Exclusiva

003.355.793-45	Estadual do Piauí (2010)		
	Mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (2012) Doutorando em andamento em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019-)		
Gisvaldo Oliveira da Silva 658.842.213-04	Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (2009) Mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (2012)	Mestre	Dedicação Exclusiva
Laura Lene Lima Brandão	Licenciatura em História pela	Mestre	Tempo Integral 40H

019.208.753-36	Universidade Federal do Piauí (2012)
	Mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (2015)
	Doutorando em andamento em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019-)

10.2. Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, aprovado pela Lei Complementar Nº. 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de Julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX Nº. 006/2015, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

- I. <u>TP 20 Tempo Parcial 20H</u> docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas a regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos;
- II. <u>TI 40 Tempo Integral 40H</u> docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 12 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.
- III. <u>DE Regime de Dedicação Exclusiva 40H</u> docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- Cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- Oficinas de capacitação docente;
- Cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

- Afastamento para cursar pós-graduação;
- Auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- Cursos de treinamento e atualização profissional;
- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3 Política de acompanhamento do docente

O Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos os professores, incentivando-os e apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmica favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenadoria de Curso

- Sérgio Luiz da Silva Mendes
- Titulação: Mestre em História do Brasil
- Tempo de experiência profissional no ensino superior: 11 anos
- Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: 16 anos

11.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

I – Coordenador/a de Curso;

II – Professores/as que ministram disciplinas no Curso;

IV – Dois representantes do corpo discente do curso, escolhido pelos/as alunos/as do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período e cumpridas as exigências do Parágrafo único do Art. 7º deste Regimento.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por mês, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Compete ao Colegiado de Curso:

 I – pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão;

II – pronunciar-se quanto à organização pedagógica-didática dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

 III – apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;

IV – analisar resultados de desempenho acadêmico dos/as alunos/as e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo.

11.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES No. 001/2010, é composto por:

Quadro 3: NDE do curso de Licenciatura em História

Nome do Docente/CPF	Titulação	Regime de Trabalho
Tatiana Gonçalves de Oliveira	Doutora	Dedicação Exclusiva
Valério Rosa de Negreiros	Doutor	Dedicação Exclusiva
Sérgio Luiz da Silva Mendes	Mestre	Dedicação Exclusiva
Gisvaldo Oliveira da Silva	Mestre	Dedicação Exclusiva
Laura Lene Lima Brandão	Mestre	Tempo Integral 40H

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1. Infraestrutura física e de recursos materiais

A formação do/a professor/a de História requer a existência de uma infraestrutura que possibilite aos docentes e discentes do curso o desenvolvimento de atividades capazes de formar profissionais preparados para o desempenho competente e humano de suas funções no mundo do trabalho. O curso conta com um Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História que foi inaugurado em 2021, com equipamento de mobiliário, computadores e outros ítens adquiridos por meio de Emenda Parlamentar. No

Laboratório também funciona a sala da coordenação de curso e sala de orientação dos alunos. O curso conta com 2 (duas) salas de aulas, amplas e iluminadas, medindo aproximadamente 54 m², projetadas para comportarem em média 40 discentes

12.1.1 Secretaria Acadêmica

A Universidade Estadual do Piauí, campus Dra. Josefina Demes, funciona nos três períodos: manhã, tarde e noite. Na Secretaria Acadêmica são realizadas as matrículas dos alunos, também acontecem atendimentos dos mais diversos assuntos da vida acadêmica, como, esclarecimento de dúvidas sobre documentações ou status do histórico escolar do acadêmico, entrega de diplomas.

Muitos procedimentos administrativos que antes eram realizados por meio de solicitações físicas e envio de ofícios via correios migraram para o sistema o Sistema Eletrônico de Informações - SEI (demandas internas). Quanto ao corpo de servidores, trabalham na secretaria acadêmica cinco pessoas, além dos bolsistas (bolsa trabalho) que também auxiliam neste departamento.

12.1.2 Biblioteca

A biblioteca da UESPI – Dra Josefina Demes possui 7060 livros, 2057 TCC e 2599 periódicos, mede 116,02 m² de área arejada e iluminada, com 4 (quatro) bancadas para estudos individuais e 8 (oito) mesas com cadeiras para uso dos discentes, 2 (dois) computadores para uso dos discentes e 1 (um) computador para uso interno.

A UESPI disponibiliza à comunidade acadêmica o sistema CAFe – CAPES, que possui livros de diversas áreas e também acesso a vários periódicos da área.

13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes

do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do Governo do Estado do Piauí e, cabe a Pró-reitoria de Planejamento e Finanças – PROPLAN trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a previsão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e o regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

A Universidade Estadual do Piauí oferta o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, tem por objetivo estimular a carreira docente nos

cursos de licenciatura, através da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para além dos recursos atrelados ao orçamento do Estado do Piauí e vinculados à UESPI, o Curso de Licenciatura em História do campus Dra. Josefina Demes, por meio da ação direta de seus discentes e docentes, busca estratégias de financiamento que consigam superar as limitações orçamentárias e políticas da instituição. Desta forma, no ano de 2021 o curso recebeu 50 mil reais junto de emenda parlamentar estadual. Essa verba resultou na construção do nosso Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História.

14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos - CA que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infra-estrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

A representação estudantil é também central para a constituição dos colegiados e dos conselhos, sendo figura ímpar para as discussões pautadas em ambos os núcleos dos campis e dos cursos, fazendo-se presente nas deliberações institucionais, assim como demanda os parágrafos 1 e 2 do Art. 89 do Estatuto da UESPI, exigindo a presença discente em suas composições.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Articulado aos objetivos do curso e do perfil do egresso descrito acima, o Curso de Licenciatura em História da UESPI campus Dra. Josefina Demes realiza diferentes formas de acompanhamento e contato com seus egressos. Na construção deste PPC foram realizadas mesas de conversa em que egressos do curso estiveram presentes. Além disso, há a participação de egressos nos projetos de extensão desenvolvidos pelo curso ao longo dos semestres letivos, inclusive, como palestrantes.

16 AVALIAÇÃO

16.1. Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com consequente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

- Ser em número de duas para as disciplinas com carga horária inferior a 60H;
- Ser, nas disciplinas com carga horária igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja, aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observa-se-á o disposto nos Artigos 1°. e 2°. da Resolução CEPEX N°. 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 aluno reprovado;
- De 4 a 6,9 aluno de exame final;
- De a 7,0 a 10,0 aluno aprovado por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2. Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí- UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020 sendo composta pelos seguintes membros:

1. Representantes docentes: Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista – Presidente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar - Vice-presidente, Irene Bezerra

Batista, Edileusa Maria Lucena Sampaio, Ana Cristina Meneses de Sousa e Maria de Fátima Veras Araújo.

- 2. Representantes dos servidores Técnico Administrativos: Aline de Carvalho Amorim e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho.
- 3. Representantes dos discentes: Daniela Ferreira Pereira e Aline de Lima Santos.
- **4. Representantes da Sociedade Civil Organizada**: Almerinda Alves da Silva (CUT) e Josivaldo de Sousa Martins (SINTE).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.

Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- Promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.
- Aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.
- Propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.
- Fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extra-curriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
- Propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História é avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de autoavaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em História da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da autoavaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa

e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5. Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs

O curso de Licenciatura em História da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso à internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICS na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

16.5.1 Oferta de disciplinas em Educação à Distância (EaD)

Em reunião de Núcleo Docente Estruturante no dia 02 de fevereiro de 2023, (processo SEI nº 00089.003375/2023-01) deliberou-se por NÃO OFERECER DISCIPLINAS NO FORMATO EaD, em atendimento à resolução CEPEX nº 047/2022. Ficou deliberado por este Núcleo que as disciplinas a serem cursadas no Curso de História do Campus Josefina Demes em Floriano, terão integralmente sua carga horária presencial.

ANEXOS

Anexo I: Tabela de Equivalência dos Cursos de Licenciatura em História

CAMPUS POSSIDÔNI O QUEIROZ/O EIRAS	CAMPUS ARISTON DIAS LIMA/ SÃO RAIMUND O NONATO	CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA/P ARNAÍBA	CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO/ CAMPO MAIOR	CAMPUS JOSEFINA DEMES/ FLORIANO	CAMPUS CLÓVIS MOURA/TE RESINA	CAMPUS TORQUATO NETO/TERES INA
Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h
Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h
Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h
Política educacional e organização da educação básica	Política educacional e organização da educação	Política educacional e organização da educação	Política educacional e organização da educação básica	Política educacional e organização da educação	Política educacional e organização da educação	Política educacional e organização da educação

- 60h	básica – 60h	básica – 60h	– 60h	básica – 60h	básica – 60h	básica – 60h
Didática – 60h	Didática – 60h	Didática – 60h	Didática – 60h	Didática – 60h	Didática – 60h	Didática – 60h
Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h	Metodologia do Ensino de História – 90h
Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h	Metodologia Cientifica – 60h
Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Indígena – 90h	História e Cultura Afro- brasileira e Indígena – 90h	História e Cultura Afro- brasileira e Indígena – 90h				
Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Ensino de H. e tecnologias educacionais – 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h

Historia da Educação Brasileira – 60h	História Educação Brasileira – 60h	História da Educação — 60h	História da Educação — 60h	História da Educação Brasileira – 60h	História da Educação Brasileira – 60h	História da educação – 60h
LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h	LIBRAS – 60h
Optativa em Educação – 60h	Tópicos Especiais em Educação I – 60h	Tópicos Especiais em Educação I – 60h	Tópicos em educação – 60h	Tópicos Especiais em Educação I – 60h	Tópicos Especiais em Educação I – 60h	Tópicos Especiais em Educação I – 60h
Estágio	Estágio	Estágio	Estágio	Estágio	Estágio	Estágio
Supervisionado	Supervisionado	Supervisionado	Supervisionado	Supervisionado	Supervisionado	Supervisionado
Obrigatório –	Obrigatório –	Obrigatório –	Obrigatório –	Obrigatório –	Obrigatório –	Obrigatório –
400h	400h	400h	400h	400h	400h	400h
História	História	História	História	História	História	História
Contemporânea I	Contemporâne	Contemporâne	Contemporânea	Contemporâne	Contemporâne	Contemporâne
– 90h	a I – 90h	a I – 90h	I – 90h	a I – 90h	a I – 90h	a I – 90h
História	História	História	História	História	História	História
Contemporânea	Contemporâne	Contemporâne	Contemporânea	Contemporâne	Contemporâne	Contemporâne
II – 60h	a II – 60h	a II – 60h	II – 60h	a II – 60h	a II – 60h	a II – 60h

História do Brasil I – 90h	História da América Portuguesa – 90h	História da América Portuguesa – 90h	História da América Portuguesa – 90h	História do Brasil I – 90h	História do Brasil Colonial – 90h	História da América Portuguesa – 90h
História do Tempo Presente – 90h	História do Brasil Republicano – 90h	História do Brasil Republicano – 90h	História do Brasil Republicano – 90h	História do Brasil IV – 90h	História do Brasil Republicano – 90h	História do Brasil Republicano – 90h
História da África – 60h	História da África – 60h	História da África – 60h	História da África – 60h	História da África – 60h	História da África – 60h	História e Historiografia da África – 60
História da América I – 60h	História da América I – 60h	História da América I – 60h	História da América I – 60h	História da América I – 60h	História da América I – 60h	História da América I – 60h
História da América II – 90h	História da América II – 90h	História da América II – 90h	História da América II – 90h	História da América II – 90h	História da América II – 90h	História da América II – 90h
História do Piauí – 90h	História do Piauí I – 90h	História do Piauí I – 90h	História do Piauí I – 90h	História do Piauí I – 90h	História e Historiografia do Piauí I - 90h	História e Histotoriografi a do Piauí I – 90h

Teoria e metodologia da História I – 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h	Introdução aos Estudos Históricos — 90h
Teoria e Metodologia da História II – 60h	Teorias e Metodologias da História I – 60h	Teorias e Metodologias da História I – 60h	Teorias e Metodologia da Historia – 60h	Teorias e Metodologias da Historia – 60h	Teoria e Metodologia da História I – 60h	Teoria e Metodologia da História I – 60h
Teoria e Metodologia da História III – 60h	Teorias e Metodologias da História II – 60h	Teorias e Metodologias da História II – 60h	Teorias e Metodologia da História II – 60h	Teorias e Metodologias da História II – 60h	Teoria e Metodologia da História II – 60h	Teoria e Metodologia da História II – 60h
TCC I – 60h	TCC I – 60h	TCC I – 60h	TCC I – 60h	TCC I – 60h	TCC I – 60h	TCC I – 60h
TCC II – 60h	TCC II – 60h	TCC II – 60h	TCC II – 60h	TCC II – 60h	TCC II – 60h	TCC II – 60h
ACE's – 320h	ACE's – 320h	ACE's – 320h	ACE's – 320h	ACE's – 320h	ACE's – 320h	ACE's – 320h

QUADRO DE SÍNTESE DA TABELA DE EQUIVALÊNCIA				
Carga Horária Total:	3250 horas	100%		

Carga Horária	2490 horas	70,7%
EQUIVALENTE:		

ANEXO 2: REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ CAMPUS DR². JOSEFINA DEMES - FLORIANO COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

FLORIANO, 2023.

Preâmbulo

Este Regulamento estabelece, de acordo com a Resolução CEPEX Nº 003/2021, com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Regimento Geral da UESPI, as normas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Dra. Josefina Demes, Floriano.

O Trabalho de Conclusão de Curso se destina a proporcionar, aos/às acadêmicos/as, experiências com atividades de pesquisa relativas aos saberes históricos e/ou historiográficos, ensino de História e/ou temas correlatos e configura-se como um requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado/a em História.

1) Apresentação:

O TCC se destina a proporcionar, aos acadêmicos, experiências com atividades de pesquisa relativas aos saberes históricos e/ou historiográficos, ensino de História e/ou temas correlatos e configura-se como um requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em História pela UESPI. Este trabalho final deverá consistir em um artigo científico produzida\o individualmente a partir de um projeto de pesquisa produzido pelo aluno e orientado por um professor indicado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História. Deve ser elaborada e formatada, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e seguir as orientações contidas neste manual.

2) Dos objetivos:

Segundo o a resolução, resolução **CEPEX Nº 003/2021,** de 10 de fevereiro de 2011, são objetivos do TCC:

I - Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos ao longo do curso;

- II Familiarizar, ou ampliar a familiaridade, do discente com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- III Despertar ou aprofundar o interesse do discente pela pesquisa estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual e coletiva;
- IV Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;
- V Desenvolver a capacidade de aplicação de forma integrada dos conhecimentos durante a execução do trabalho científico;
- VI Propiciar a inter-relação de conteúdos das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição, contribuindo para que o discente se perceba como protagonista de uma intervenção social positiva.

3) O planejamento do TCC:

Para a realização do TCC devem ser observadas as seguintes etapas:

- I Elaboração e avaliação de um projeto de pesquisa, com definições sobre a orientação e/ou co-orientação;
- II-Execução com desenvolvimento e construção da pesquisa;
- III Redação, apresentação a uma Banca Examinadora e entrega da versão final do trabalho.

4) Da estrutura funcional do TCC:

- I Colegiado de curso;
- II Coordenador(a) de curso;
- III Professor(a)(es) tilares dos componentes curriculares do TCC;
- IV Professor(a) orientador(a)
- V Professor(a) co-orientador(a), quando houver.
- VI Discente.

a) Coordenador de Curso e suas competências:

- I Informar ao colegiado de curso e aos docentes titulares das disciplinas de TCC quais professores(as) estão aptos à orientação dos trabalhos de conclusão, no início de cada período letivo.
- II Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir, as normas específicas da resolução de TCC.
- III Convocar os(as) professores(as) orientadores(as) quando necessário para participarem de reuniões acerca do processo de desenvolvimento dos TCC's.
- IV Encaminhar para apreciação e decisão do Colegiado do Curso os casos especiais ou excepcionais quando houver.
- V Organizar sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos, em grau de recurso para posterior apreciação ao Colegiado de Curso.
- VI Encaminhar as versões finais dos TCC's (digital e impressa) devidamente encadernados à Biblioteca Central da IES.

b) Professor – Coordenador do TCC e suas competências:

- I Elaborar o cronograma das atividades de desenvolvimento do TCC
- II Informar e orientar os alunos sobre a sistemática normativa do TCC:
- III Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento a resolução e TCC e das deliberações do Colegiado de Curso;
- IV Sugerir ao Colegiado do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do
- V Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os(as) professores(as)orientadores(as) durante o desenvolvimento das disciplinas de TCC com vista à melhoria do processo como um todo.
- VI Preparar as fichas de avaliação, atas e declarações necessárias à realização da Banca Examinadora. Receber de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca, e entregar as declarações de participação aos membros da Banca.
- VII Entregar todas as atas e as versões finais dos TCC's conforme normas estabelecidas no PPC à Coordenação de Curso.

c) Professor- Orientador e suas competências:

I - Participar das reuniões relacionadas ao TCC;

- II Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o orientando;
- III Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao aluno refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;
- IV Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a);
- V Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.
- VI Elaborar e organizar a composição das bancas examinadoras do TCC observando o regimento interno, quando houver.

d) Aluno em fase de conclusão de TCC e suas competências:

- I Participar das reuniões convocadas pelo(a) professor(a) titular da disciplina ou pelo(a) seu
- Orientador(a) e/ou Co-orientador(a) (se houver) nos horários préestabelecidos;
- II Manter contatos periódicos com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas:
- III Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma da disciplina e aprovados em Colegiado para entrega de projetos e a versão final do TCC;
- IV Elaborar o projeto de pesquisa, etapas intermediárias e a versão final do TCC de acordo com orientações do(a) professor(a) orientador(a).
- V Submeter o TCC à avaliação prévia do(a) professor(a) orientador(a) visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões em todas as etapas de sua elaboração;
- VI Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentação e/ou defesa da versão final do TCC, conforme a sistemática de apresentação definida pelo Curso;
- VII Entregar a versão final do TCC de acordo com as normas estabelecidas pelo Curso no prazo determinado pelo cronograma da disciplina de TCC.

- Os orientadores de TCC deverão ser professores do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar nomes de professores de outras IES e/ou pesquisadores vinculados a Centros de Pesquisa. O colegiado do curso fica encarregado de determinar que trabalhos serão orientados por cada professor, considerando os seguintes critérios: a disponibilidade de carga horária dos professores; as afinidades destes para com a proposta contida do projeto de pesquisa; e a indicação prévia dos alunos e interesse do professor.

5) Do processo de orientação:

- Na orientação de TCC, orientador e orientando deverão ter como roteiro os procedimentos fundamentais da pesquisa histórica: levantamento da bibliografia; identificação dos textos teóricos e historiográficos que tratam das questões que se pretende pesquisar; Levantamento da documentação: localização e listagem das fontes com explicitação de sua pertinência para a elaboração do TCC.
- Fica determinado que orientando deve ter, no mínimo, 4 encontros por semestre de orientação. Todos os encontros devem ser registrados e assinados na ficha de acompanhamento de TCC (anexo 04).
- Orientadores externos (oriundos de outros cursos ou instituições) somente serão aceitos após a aprovação do Colegiado de História e o cadastramento deles na Coordenação dos Cursos de História.
- A troca de orientadores somente poderá ocorrer com o aval do Colegiado de História e mediante solicitação do professor orientador ou do orientando, através de ficha de requerimento (anexo 7) entregue na coordenação do curso para apreciação do colegiado.
- O aluno que não comparecer aos encontros de orientação (quantidade mínima de 4 por semestre) não poderá ter seu trabalho encaminhado para defesa.
- Se o professor orientador julgar o trabalho não apto para defesa, o aluno será considerado reprovado e deverá repetir a disciplina no semestre seguinte.

6) Da Estrutura do trabalho

- O trabalho de conclusão de curso será um *artigo científico* que deve seguir as orientações presentes no anexo 1 deste manual.

7) Da Defesa do TCC

- 7.1 O professor coordenador da disciplina de TCC II somente marcará a apresentação do trabalho, após a aprovação do mesmo, pelo professor-orientador.
- 7.2 O TCC deverá ser entregue em três vias, ao coordenador do TCC, para ser repassado aos membros da banca examinadora, 15 dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.
 - 7.3 A defesa oral do trabalho consiste no momento em que será produzido o parecer quanto ao mérito do trabalho de conclusão de curso por uma banca qualificada.
 - 7.4 A banca examinadora será constituída pelo Professor-orientador, presidente da mesma e outros dois professores da UESPI, admitindo-se, em casos excepcionais, a composição da banca por apenas dois membros.
 - 7.5 A critério da coordenação da disciplina de TCC II, poderá integrar a Banca Examinadora docente de outra instituição ou profissional considerado autoridade na temática do TCC a ser avaliado.
 - 7.6 A defesa será aberta ao público, realizada individualmente em sala e horário predefinidos pela coordenação da disciplina.
 - 7.7 Serão observados na defesa do trabalho a adequação (ou não) ao conhecimento histórico. São critérios de avaliação nessa etapa:
 - 7.7.1 Os aspetos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa histórica com base numa fundamentação teórica e empírica;
 - 7.7.2 Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;
 - 7.7.3 A capacidade de análise e síntese das fontes orientada por referenciais metodológicos historiográficos;
 - 7.7.4 A relevância significativa e científica do tema com base na historiografia;

8) Da apresentação

O discente não poderá realizar a simples leitura do trabalho; deverá, portanto, preparar uma apresentação de no mínimo, 20 (vinte) minutos e máximo de 30 (minutos) minutos, contendo todo o processo de concepção e elaboração do TCC: tema, objetivos, desenvolvimento dos capítulos e considerações finais.

8.1 Arguição da Banca

Após a apresentação, a banca terá 30 minutos para arguições. Posteriormente, o aluno deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora.

8.2 Atribuição de nota

Após a apresentação, a banca de defesa emitirá o parecer final do trabalho: aprovado, aprovado com ressalvas ou reprovado. Esse momento fica reservado apenas a presença dos membros da banca, no qual atribuirão notas ao trabalho escrito (valerá de 0 a 5 pontos) e à apresentação oral (0 à 5 pontos) conforme Anexo 02. A nota final do TCC será a média aritmética das notas finais dadas pelos membros da banca.

8.3 Divulgação do resultado

O presidente da banca anunciará ao autor e demais presentes o parecer e a nota final do TCC através da leitura da ata dessa sessão pública.

8.4 Finalização

O aluno deve assinar a ata de Defesa do TCC, documento oficial que comprova a apresentação oral de seu trabalho.

8.5 Encaminhamentos

- 8.5.1. Encerrados os trabalhos, o presidente da banca (orientador) entrega uma **Declaração de Participação de Banca** aos avaliadores, elaborada pela coordenação do curso.
- 8.5.2 O orientador deverá entregar ao Coordenador de TCC, após a realização de cada banca examinadora, todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca.

9) ESTRUTURA DO TCC

O trabalho de Conclusão de Curso será no formato de **artigo** e deve possuir de 20 a 25 páginas, excluídas as referências ao final do texto.

- O corpo do texto deve ter fonte 12, espaço 1,5, tipo Times New Roman ou Arial.
- As referências devem vir no rodapé, assim como as notas explicativas.
- As citações ao longo do texto devem seguir as normas da ABNT, com referência no rodapé. As transcrições textuais de até três linhas devem estar entre aspas e inseridas no corpo do texto. Citações maiores que este tamanho deve ser separadas do corpo do texto, com fonte menor (tamanho 10 ou 11) e recuo de 4 cm da margem esquerda e espacamento simples (1,0).
- Materiais gráficos e tabelas: Fotografias nítidas e gráficos ou tabelas (estritamente indispensáveis à clareza do texto) poderão ser aceitos e deverão ser assinalados, no texto, pelo seu número de ordem, os locais onde devem ser intercalados, conforme determina a ABNT.
- A versão entregue para defesa deve passar por revisão de texto e ABNT.
- Os artigos deverão obedecer à seguinte sequência:
- Título: em português, centralizado, grafado em negrito, com caixa alta.
- Autor: o nome do autor deve vir abaixo do título, alinhado à direita e seguido de uma nota de rodapé com um breve texto explicativo acerca do artigo (feito como critério de conclusão do curso, um resumo biográfico do autor e a informação de orientação do trabalho).
- Resumo: apresentação concisa de cada parte do trabalho, destacando objetivos, metodologia, resultados e conclusões, contendo de 100 a 250 palavras.
- **Palavras-chave**: três a cinco termos que identifiquem o conteúdo do artigo. Devem ser separadas por ponto ou ponto e vírgula.
- Abstract: Versão do resumo para a língua inglesa.
- **Key-words**: Palavras-chave em inglês.
- Corpo do Trabalho: Fonte Times New Roman ou Arial, em corpo 12, com espaçamento 1,5 entre as linhas, conforme já especificado. Margens justificadas (alinhadas à esquerda e à direita). Para destaques, usar o itálico. O negrito poderá ser usado, exclusivamente, para destacar os subtítulos ou divisões do trabalho, sempre no mesmo corpo 12, em caixa alta e baixa.
- Referências Bibliográficas: A ordenação da lista deve ser alfabética, seguindo o padrão da ABNT.
- Qualquer outra questão não esclarecida deve seguir as normativas da ABNT, em especial das normas 14724 e 6023.
- A Banca avaliadora irá receber uma Ficha de Avaliação Individual para avaliar o TCC a partir dos seguintes critérios:

Introdução (até 1,5 pontos)

Apresenta recorte temporal, espacial e contextualiza o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área; apresenta a problemática e questões da pesquisa, apresenta os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para desenvolver o TCC; descreve os procedimentos metodológicos.

Referencial teórico (até 1,5 pontos)

Apresenta os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.

Desenvolvimento e avaliação (até 1,0 pontos)

Descreve com detalhes suficientes a proposta desenvolvida, justifica as estratégias escolhidas. Realiza avaliação condizente com os objetivos traçados na introdução do trabalho.

Conclusões e Referências bibliográficas (até 1,0 ponto)

Apresenta sua síntese pessoal, de modo a expressar sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC, a sua contribuição pessoal para o tema, além de relacionar trabalhos futuros. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas. A digitação é apresentada dentro das normas ABNT.

Nota final da avaliação do trabalho escrito (soma das notas, máximo 5,0)

Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação (até 1,0 ponto)

Clareza e fluência na exposição das ideias (até 1,5 ponto)

Domínio acerca do tema desenvolvido (até 1,5 ponto)

Observância do tempo determinado (de 20 a 30 minutos) (até 1,0 ponto)

Nota final da apresentação oral (soma das notas, máximo 5,0)

- A nota final obtida pelo/a aluno/a será a média final calculada pela soma das três notas finais (NF1, NF2 e NF3), dividida por três, conforme tabela abaixo:

Itens avaliados	Orientador(a)	Membro 1	Membro 2
Trabalho escrito (0 a 5)			
Apresentação oral (0 a 5)			
Nota final (NF) (0 a 10)	NF1	NF2	NF3

Nota final = NF1 + NF2 + NF3

- 10) Os casos omissos neste Manual serão tratados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História.
- 11) Dos Documentos do TCC.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento I: Termo de Compromisso de Orientação de TCC

Declaro, para os devid	los fins, que o(a) estudante abaixo relaciona	do(a) será por mim
orientado(a) no deser	nvolvimento da disciplina de TCC I, ao lo	ongo do semestre
, desde	e que devidamente aprovado(a) na discipli	ina de Métodos e
Técnicas de Pesquisa	em História II e matriculado(a) na disciplina o	de TCC I. Por meio
de assinatura, o(a) est	udante declara conhecimento do presente do	cumento.
Nome do(a) docente o Titulação:	rientador(a):	
Instituição de Ensino	Superior:	
	A single way also also sais at a de sais	
	Assinatura do docente orientador(a)	
Nome do(a) estudante	:	
Número da matrícula: Título do trabalho:		
-		
	Assinatura do(a) estudante orientado(a)	
	Floriano. de	de 20

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento II: Termo de Orientação de TCC

Declaro, para os devid	dos fins, que o(a) estudante abaixo	relacionado(a	a) é por mim
orientado(a) no desen	volvimento do TCC, ao longo dos s	emestres	e
Por meio de assinatur	a, o(a) estudante declara conhecim	nento do pres	ente
documento.			
Nome do(a) docente d Titulação:	orientador(a):		
Instituição de Ensino	Superior:		
	Assinatura do docente orientado	or(a)	
Nome do(a) estudante Número da matrícula:			
Título do trabalho:			
	Assissatives do(a) anti-double still still		
	Assinatura do(a) estudante orienta	ado(a)	
	Floriano, de		de 20



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES



Documento III: Ficha de Avaliação Individual da Banca Examinadora de TCC

Avaliação do Trabalho Escrito	
Introdução (até 1,5 pontos)	
Apresenta recorte temporal, espacial e contextualiza o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área; apresenta a problemática e questões da pesquisa, apresenta os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para desenvolver o TCC; descreve os procedimentos metodológicos.	
Referencial teórico (até 1,5 pontos)	
Apresenta os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.	
Desenvolvimento e avaliação (até 1,0 pontos)	
Descreve com detalhes suficientes a proposta desenvolvida, justifica as estratégias escolhidas. Realiza avaliação condizente com os objetivos traçados na introdução do trabalho.	
Conclusões e Referências bibliográficas (até 1,0 ponto)	
Apresenta sua síntese pessoal, de modo a expressar sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC, a sua contribuição pessoal para o tema, além de relacionar trabalhos futuros. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas. A digitação é apresentada dentro das normas ABNT.	
Nota final da avaliação do trabalho escrito (soma das notas, máximo 5,0)	
Avaliação da apresentação oral e arguição	
Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação (até 1,0 ponto)	
Clareza e fluência na exposição das ideias (até 1,5 ponto)	
Domínio acerca do tema desenvolvido (até 1,5 ponto)	

Título do TCC	,	,
	: Término:	
Curso:		
Nome do Ava	liador:	
Assinatura do	avaliador:	

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



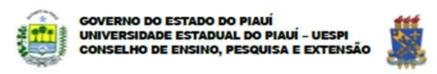
CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento IV: Ficha de Avaliação Final do TCC

	ador(a):		100	
	ro 1 da Banca Examinador	The second second second		
Memb	ro 2 da Banca Examinador	a:	72.79	
	Itens avaliados	Orientador(a)	Membro 1	Membro 2
	Trabalho escrito (0 a 5)			1
	Apresentação oral (0 a 5)	5		
	Nota final (NF) (0 a 10)	NF1	NF2	NF3
No ite conteú capaci aprese MÉDI NF3) (Not a	em APRESENTAÇÃO ORA ido, organização da apre- idade de argumentação, entação estética do trabalho A FINAL: A média final sera dividida por três. final = NF1 + NF2 + NF3 3 utorizo a publicação do TCC	AL, a banca exa sentação, habilid uso dos recursos o. á calculada pela s	minadora devel ades de comu s audiovisuais,	rá avaliar: domíni nicação e expre correção gramati
		#3		
Obser	vações:			
	The same of the sa	100		7
BANC	A EXAMINADORA:		VIEW HOLL	And the second
<i>D</i> , (110	, (2, 0 ((Pres <mark>id</mark>	<mark>dent</mark> e e Orientac	lor)
			(Annahara O4)	
		(1	Vlembro 01)	
		,	Membro 02)	

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento V: Ficha de acompanhamento do TCC



RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011 ANEXO A

FICHA DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DO TCC

Orientador(a)	Fone	e-mail	
Orientando(a)	Fone	e-mail	
Título do Trabalho:			
_			

Data	Aspectos relativos à orientação	Rubrica do orientador(a) e do aluno (a)

PARECER PARA A APRESENTAÇÃO ORAL DO TCC							
Deolaro que o aluno está apto para apresentação do TCC.	Em_						
Assinatura do orientador	(5)						

Conzelho de Enzino, Pesquisa e Extensão - CEPEX

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento VI: Ata de apresentação do TCC

Aos			dias	do mê	s de			de	, à	s		_ horas
na	sala,	na	presença	da	banca	exam	inadora	, presidio	da pe	lo(a)	profe	essor(a
									_ е	com	oosta	pelos
_	uintes										me	embros
2)												
					0			alun	o(a)	anı	resent	ou (
			iclusão do C lispensável						m Histo	ória co	omo el	ement
A B (Apr dem prof men	rovado lais par essor ti nbros d	Exami ou Re ticipa tular a Bar	inadora reu eprovado) _ ntes, e eu p da disciplina nca Examina	rofess de T dora	or(a) CC lavre e pelo(a)	ei a pre) aluno(ora fo sente a a) apre	ta que ser sentador(a	e divulg á assin	ado a na ada p	o aluno qualid or mim	o e aos lade de
					As	ssinatu	ras:					
			Pr	ofess	or/a titu	lar da d	discipli	na de TCC	;			
_					ne do or idente d							
				Nome		avaliade nbro da		iadora 1				
				Nome		avaliado nbro da		iadora 1				

Nome do aluno/ aluna Aluno/ aluna.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento VII: Declaração de Participação em Banca de TCC

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE TCC

De	claro,	para	todos	os	devidos	s fins	que	se	fizerem	nece	essár	ios,	que	os
professore	es ab	aixo	listados	ра	rticipara	ım da	Ban	ca	Examina	dora	de	Trab	alho	de
Conclusão	o de	Curso	do(a)	alu	no(a) n	ome	do a	lun	o/aluna,	intitu	ılada	"Tí	tulo	do
trabalho"	, reali	zada	no	de _	de	20	na	sala	a de aula	núm	ero _	•		

PROFESSOR	FUNÇÃO
Nome do(a) Orientador(a)	Orientador (a)
Nome do(a) avaliador 1	Avaliador (a)
Nome do(a) avaliador 2	Avaliador (a)

Floriano (PI),	de	20	
----------------	----	----	--

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Documento VIII: Requerimento de troca de orientador(a)

REQUERIMENTO DE TROCA DE ORIENTADOR(A)

			Flor	iano (PI),	de	de 20
Ao Colegia	do do Curso de L	icenciatura e	m História d	a Universida	ade Esta	dual do Piauí,
-						
	Professor(a)					
Atenciosam	ente,					
		Assinatu	a do/a aluno	/a		

ANEXO 2: REGULAMENTO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES



MANUAL ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Floriano – Pl Janeiro de 2023.

I - DA FUNÇÃO E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS CURSOS DE LICENCIATURA

A **função** precípua do Estágio Supervisionado é a integração teoria e prática, de forma dialética, contextualizada e interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão, com base na problemática trazida das especificidades do campo de trabalho, com vistas a: considerar prática e teoria como núcleos articuladores da formação profissional e científica; analisar os fenômenos da realidade, à luz dos conhecimentos interdisciplinares e perceber a teoria e a prática como atos indissociáveis e críticos.

O Estágio Supervisionado tem como **objetivo** principal favorecer ao estudante dos cursos de Licenciatura o aprofundamento e a integração dos conhecimentos e conteúdos desenvolvidos ao longo do curso, aplicando-os no contexto escolar e reformulando-os teoricamente, tendo como meta contribuir para a formação de um educador consciente, crítico, reflexivo e investigativo.

São ainda objetivos do Estágio Supervisionado:

- promover a articulação entre teoria e prática, dinamizando o processo ensinoaprendizagem;
- consolidar a formação de homens e mulheres pensantes, que busquem continuamente novos caminhos através da pesquisa e da formação continuada, facilitando sua integração futura no mundo de trabalho;
- reforçar o princípio da investigação científica como elemento de formação profissional e pedagógica;
- proporcionar ao aluno as experiências práticas necessárias ao profissional da educação que estará atuando diretamente na docência;
- desenvolver conhecimentos, habilidades e competências pertinentes ao desempenho de sua profissão;
- desenvolver uma metodologia comprometida com a problemática do campo de estágio, contemplando os fundamentos teóricos e metodológicos aprendidos em sua formação acadêmica;

- desenvolver uma postura crítica e ética no estagiário frente à sua atuação docente, avaliando-a e redimensionando-a;
- formar educadores que reconheçam a relevância social da escola e do professor, desenvolvendo uma prática pedagógica emancipatória que promova a cidadania.

II - DAS DIMENSÕES E DA ESTRUTURA PEDAGÓGICO-METODOLÓGICA

O Estágio Supervisionado se realiza a partir de diferentes dimensões, permitindo compreender a relação teoria e prática em toda a complexidade que lhe é inerente. Em sua *dimensão formadora*, o Estágio Supervisionado desenvolve, de forma efetiva e prática, as competências profissionais voltadas para o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, que constitui fonte inesgotável de novas ideias, possíveis de realimentar os conteúdos programáticos das disciplinas.

Em sua dimensão acadêmica, o Estágio, pela natureza das atividades que propõe, apresenta-se com um momento inigualável de integração da tríade ensino-pesquisa-extensão. Em sua dimensão política e social, o Estágio favorece a discussão e a reflexão, abre perspectivas de novos caminhos e novas relações e oportuniza a empregabilidade.

A concepção dinâmica e complexa do currículo escolar deve ser entendida como algo elementar no processo de formação dos futuros professores de História, sendo mister possibilitar aos alunos uma prática reflexiva que lhes permita pensar sobre as possibilidades de novos caminhos para o ensino da história e para o desempenho de sua própria prática educativa. Como destaca Arroyo:

Quando os professores situam a inovação nas diversas práticas do cotidiano de sua ação e captam sua complexa riqueza educativa, vão entendendo que o currículo não pode ser reduzido a um documento estático a ser cumprido em cada semana, bimestre, ano letivo, em cada série ou nível de ensino(...) O currículo passa a ser trabalhado nessa direção como expressão e prática da função plural da escola, como tempo de socialização, de cultura, de aprendizado e vivência coletiva de saberes, valores, identidades, diversidades. Somente quando se situa a inovação educativa na diversidade de práticas aflora essa totalidade da

função da escola e do currículo (ARROYO apud MOREIRA, 1999, p. 163).

No que se refere à estrutura pedagógico-metodológica, o Estágio Supervisionado, principalmente do ensino Médio, deve ter como referencial o trabalho coletivo e interdisciplinar desenvolvido ao longo do curso nas diversas disciplinas, visando à produção do conhecimento pelo estudante e à formação do professor investigador, capaz de pensar, repensar e transformar a relação teoria-prática.

A educação é, na sua totalidade, prática interdisciplinar por ser mediação do todo da existência; a interdisciplinaridade constitui o processo que deve levar do múltiplo ao uno. O processo educativo e seus fundamentos epistemológicos e axiológicos baseiam-se em uma multidisciplinaridade, em uma pluridisciplinaridade. É que, dadas as nossas condições e a complexidade prática, precisamos de múltiplos enfoques mediatizados abordagens das várias ciências particulares; mas não se trata apenas de uma justaposição de múltiplos saberes: é preciso chegar à unidade na qual o todo se reconstitui como uma síntese que, nessa unidade, é maior do que a soma das partes (SEVERINO apud FAZENDA, 1998, p. 43)

O conhecimento prático, adquirido a partir do contato direto com a realidade educacional e com toda a dinâmica do processo educativo, contribuirá para o processo de fundamentação da Pesquisa e Prática Pedagógica (TCC) dos graduandos em História, uma vez que a experiência e a prática pedagógica lhes possibilitarão propor alternativas mais coerentes, criativas e eficientes para os eventuais problemas abordados em seus estudos.

Esta relação teoria-prática só pode ocorrer a partir de disciplinas que tenham como referencial uma perspectiva formadora, permitindo ao estudante conhecer e reconhecer todos os aspectos da relação escola/comunidade, de maneira a engajar-se no processo de superação das desigualdades sociais confrontadas no trabalho pedagógico. Neste sentido, a articulação entre teoria e prática requer o estabelecimento de uma política que valorize e estimule o estreitamento de relações entre as várias disciplinas que compõem os cursos de Licenciatura, de maneira a capacitar o educador teoricamente, de modo articulado com o cotidiano e com a dinâmica da escola, num processo compartilhado de construção coletiva.

Os cursos de Licenciatura são particularmente voltados para a educação, para o trabalho docente e para a pesquisa. O caso específico do curso de Licenciatura em História, seus projetos pedagógicos visam desenvolver no estudante as capacidades de entender os novos parâmetros da cultura; compreender a dinâmica da realidade; identificar processos pedagógicos que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos movimentos sociais; problematizar os fundamentos das políticas públicas; contribuir para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional e assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais.

Para vivenciar o trabalho pedagógico desenvolvido pela Unidade Escolar – Campo de Estágio - faz-se necessário vivenciá-lo de forma criativa e investigativa, exercitando situações reais de trabalho, participando de planejamentos, aplicação e avaliação de ações desenvolvidas no seu dia-a-dia e, ainda, propondo novas formas de trabalhar, promovendo a articulação entre os conteúdos teóricos vistos no curso e a dinâmica pedagógico-administrativa dessas escolas, construindo, assim, a competência e a autonomia necessárias para gerir seu trabalho.

Conforme apresentado nos Projetos Pedagógicos de cada curso, a matriz curricular dos cursos de formação de professores deve contemplar não somente conteúdos teóricos, mas também componentes práticos que contribuam para uma formação mais fundamentada e contextualizada do educando, complementando o ensino e a aprendizagem.

III – DOS PRODUTOS FINAIS E PRAZOS DE ENTREGA

O Estágio Supervisionado consiste em atividade curricular de base eminentemente pedagógica, sob a forma de Observação, Planejamento e Regência de Classe, possibilitando a vivência profissional conforme previsto no Projeto Pedagógico dos cursos e nos Planos de Curso dos referidos componentes curriculares.

Os alunos do Estágio Supervisionado deverão elaborar um **relatório final**, a ser descrito conforme orientações do professor supervisor, anexando os documentos que comprovem suas atividades em sala de aula e no campo de estágio, em formato de **portfólio**. O Relatório deverá constar as experiências vividas pelo aluno durante o Estágio e o caminho acadêmico percorrido por ele até o momento de sua realização, assim como as perspectivas futuras em relação à sua profissão.

A atividade de culminância do Estágio será o **Fórum de Socialização**, onde cada aluno deverá apresentar seu Relatório, possibilitando a troca de experiências vividas durante a realização da disciplina. Essa atividade contará com a presença do professor supervisor, dos colegas de sala e demais alunos e professores dos cursos interessados em prestigiar o evento.

As orientações para elaboração dos trabalhos finais do Estágio Supervisionado ficarão a cargo do professor supervisor de estágio, que deverá utilizar a carga horária presencial de 50h para o Estágio Supervisionado I, 50h para o Estágio Supervisionado II e 20h para Estágio Supervisionado III para tal finalidade. Os trabalhos finais exigidos do Estágio deverão ser entregues ao professor supervisor, impreterivelmente, em portfólio, em data definida no cronograma da disciplina.

É importante que ao longo do Estágio o estagiário registre em fotos as suas atividades, assim como recolha documentos (diários de classe, fichas de matrícula, fichas de ocorrência, cópia de atividades, etc.) que considerar importante para a finalização de seu relatório.

IV - DA AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno no Estágio Supervisionado será efetivada de modo processual e dinâmico, sistemático e investigativo, visando ao melhor aproveitamento do aluno e ao acompanhamento contínuo das atividades realizadas.

O aproveitamento do estagiário será avaliado sob os aspectos profissional e atitudinal, no desempenho cotidiano das atividades de seu Plano de Atividades de Estágio, em direção aos objetivos inicialmente estabelecidos.

Em relação ao Estágio, o processo de avaliação será realizado a partir da análise dos seguintes aspectos:

- cumprimento às orientações do professor-supervisor;
- comprometimento com as atividades referentes ao Estágio;
- participação nas aulas de Estágio, no Ciclo de Debates e Fórum de Socialização;
- elaboração do relatório das visitas técnicas às escolas de Ensino Médio;
- planejamento docente (planos de aulas);
- elaboração do portfólio;
- atendimento às orientações individuais do professor/supervisor;
- apresentação no Fórum de Socialização e;
- avaliação geral do professor regente da escola campo.

A avaliação é da responsabilidade do professor supervisor, que se valerá de suas próprias observações, de informações oriundas do Campo de Estágio prestadas pelo professor orientador, da autoavaliação do estagiário e de trabalhos e documentos produzidos pelo aluno, segundo as orientações que lhe tiverem sido dadas.

Considerando as especificidades do Estágio Supervisionado, os critérios para atribuição de notas serão definidos pelo professor supervisor, com a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em História e informados previamente aos estagiários por meio de documento impresso, assinado pelos membros do Colegiado.

Ainda em função das características especiais de que se reveste o Estágio Supervisionado, não haverá exames finais e de segunda chamada, bem como não será permitido cursá-lo em regime de período especial curricular (PEC) ou de exercícios domiciliares. Para a aprovação na disciplina o aluno deverá entregar o relatório final no formato de portfólio e cumprir todas as atividades do Estágio Supervisionado, cumprindo a carga horária total de 400h, dividida em três disciplinas:

- Estágio Curricular Supervisionado I (150 horas- Das quais, 50h são de aulas teóricas na UESPI e 100H são de atividades na escola) – Sexto semestre.
- Estágio Curricular Supervisionado II (150 horas- Das quais, 50h são de aulas teóricas na UESPI e 100H são de atividades na escola) – Sétimo semestre.

 Estágio Curricular Supervisionado III (100 horas- Das quais, 20h são de aulas teóricas na UESPI e 80H são de atividades na escola) – Oitavo semestre.

O Estágio Supervisionado é indispensável e requisito obrigatório para aprovação e obtenção de diploma, cuja base é eminentemente pedagógica, sob a forma de **Observação, Planejamento e Regência de Classe**, possibilitando a vivência profissional conforme previsto no Projeto Pedagógico dos cursos e nos Planos de Curso dos referidos componentes curriculares.

A Ficha de Avaliação Final do Estagiário deverá ser incluída ao final do Relatório Final, devidamente preenchida e com a assinatura do professor supervisor, constando a nota do aluno. O professor também deverá ficar com uma cópia.

V - DO CAMPO E DAS VAGAS DE ESTÁGIO

São considerados Campos de Estágio as instituições e os órgãos conveniados (escolas), públicos ou privados, em que o aluno possa desenvolver seu programa de estágio sob a assistência de um profissional da sua área (História), a quem caberá acompanhar o estagiário no desenvolvimento de suas atividades.

Os alunos interessados em realizar o estágio em escola pública deverão informar seu interesse ao professor supervisor e preencher o Termo de Compromisso, indicando à Coordenação onde fica a escola pretendida, para que possa ser realizado os encaminhamentos. Caso esta escola não tenha vaga disponível para o estágio, a Coordenação encaminhará o aluno para outra escola próxima à anteriormente escolhida e da mesma modalidade.

No caso de alunos interessados em estagiar em escola particular, os mesmos deverão solicitar do professor supervisor a Ficha de Aceite do Estagiário e encaminharse pessoalmente à escola, que deverá ser uma Instituição reconhecida pela Secretaria de Educação e se mostrar disponível para atender/acompanhar o aluno durante as atividades do Estágio Supervisionado.

A todos os alunos serão asseguradas vagas para a realização dos estágios curriculares.

VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Compete ao (à) coordenador (a) de estágio acompanhar, supervisionar e avaliar das atividades do (a) estagiário (a).

VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR SUPERVISOR DA UESPI

- Definir com o coordenador do curso de Licenciatura em História os critérios de distribuição de estagiários no campo de atuação;
- Disponibilizar aos estagiários toda a documentação necessária para a realização do estágio;
- Entregar a coordenação do curso o Mapa do Estágio Supervisionado preenchido e assinado:
- Planejar, acompanhar e avaliar as atividades ligadas ao Estágio Supervisionado, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, programas, calendário acadêmico e cronogramas estabelecidos;
- Informar ao estagiário a dinâmica de realização do Estágio Supervisionado, orientando-o e supervisionando-o sistematicamente durante todas as atividades:
- Preencher fichas e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- Manter contatos periódicos com o professor da escola para melhor acompanhamento do estagiário, intervindo sempre que necessário;
- Auxiliar o estagiário na solução de possíveis problemas ou dificuldades que possam surgir no decorrer das atividades;
- Avaliar o desempenho do estagiário conforme os critérios estabelecidos;

VIII - DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTAGIÁRIO:

São direitos do Estagiário:

- Receber informações detalhadas sobre os critérios para realização do Estágio;
- Receber em tempo hábil as fichas utilizadas no Estágio;
- Receber as informações preliminares sobre os itens e os requisitos básicos para elaboração:
 - do Preenchimento das fichas de controle do Estágio;
 - dos Planos de Aulas (quando necessário);
 - do Relatório Final.
- Conhecer previamente a turma em que fará a observação e regência das aulas, além do conteúdo programático que deverá ser realizado naquela fase do Estágio, através do professor responsável na Unidade Escolar;
- Ser informado do resultado de sua avaliação.

São Deveres do Estagiário:

- Receber informações detalhadas sobre os critérios para realização do Estágio;
- Receber em tempo hábil as fichas utilizadas no Estágio;
- Receber as informações preliminares sobre os itens e os requisitos básicos para elaboração:
 - o do Preenchimento das fichas de controle do Estágio;
 - dos Planos de Aulas (quando necessário);
 - do Relatório Final.
- Conhecer previamente a turma em que fará a observação e regência das aulas, além do conteúdo programático que deverá ser realizado naquela fase do Estágio, através do professor responsável na Unidade Escolar;
- Ser informado do resultado de sua avaliação.

Dos Deveres do Estagiário:

Manter-se informado sobre o Estágio;

- Devolver toda a documentação do Estágio ao professor supervisor da UESPI até a segunda semana de aula;
- Organizar e manter atualizada a pasta de Estágio;
- Apresentar-se na Unidade Escolar, para a qual for designado na data e horário estabelecidos:
- Conhecer a Unidade Escolar Campo de Estágio e integrar-se à sua rotina;
- Solicitar previamente, ao Professor Orientador na Unidade Escolar, o conteúdo programático e o planejamento de ensino acordado entre as partes, bem como sugestões para a realização das etapas do Estágio;
- Participar da avaliação efetuada pelo professor orientador na Unidade Escolar após cada regência;
- Ser assíduo e pontual em todas as atividades do Estágio;
- Elaborar e analisar o plano de aulas e confeccionar o material didático necessário à regência, quando for o caso, de maneira que desenvolva a capacidade de construção do seu próprio material de ensino;
- Apresentar o plano de aula estruturado e os materiais didáticos nos dias e horários estipulados;
- Comunicar ao professor supervisor em tempo hábil sua falta ou desistência do estágio;
- Preencher corretamente e sem rasuras as fichas de controle e acompanhamento utilizadas durante o Estágio;
- Apresentar, impreterivelmente, na data previamente marcada, o Relatório
 Final de Estágio em formato de portfólio, seguindo as orientações prestadas pelo professor supervisor da UESPI;
- Cumprir a carga horária prevista para aprovação no Estágio Supervisionado.
- É importante salientar que o Regime de Exercícios Domiciliares não se aplica para as atividades do Estágio Supervisionado, conforme documento normativo da UESPI

Caso o aluno já atue na área em que o Estágio será desenvolvido, sua experiência profissional poderá ser considerada parcialmente (50%), nos termos do Art. 61, inciso II, da Lei nº 9394/96 e conforme regulamentação da UESPI. Os alunos que

se encontrarem nessa situação deverão encaminhar para a Coordenação de Estágio, pedido para avaliação do seu caso, constando comprovantes da atividade realizada na escola e da função que ocupa, devidamente assinada pelo diretor. Este será analisado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, podendo ser aceito ou não.

A qualquer momento da realização do Estágio Supervisionado, o aluno pode ser desligado da atividade, se seu comportamento for incompatível com os padrões de conduta e as normas disciplinares da UESPI ou do órgão concedente do Estágio.

IX - DA LEGISLAÇÃO DE ESTÁGIO

No que se refere aos aspectos legais do Estágio, a Universidade Estadual do Piauí ampara-se especialmente na lei 11.788 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; esta altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências além do contido no Regimento da Instituição e, especificamente, na Matriz Curricular do curso de Licenciatura em História que apresenta o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório e de suma importância para a formação do futuro profissional na respectiva área.

X - OUTRAS INFORMAÇÕES

O Estágio é um conjunto de atividades essencialmente práticas; portanto, não se admitirá a concessão de Regime de Exercícios Domiciliares – RED, estabelecido no Decreto-Lei nº 1044, de 21/10/69, e na Lei nº 6022, de 17/12/75, Regimento Interno da UESPI e Resolução CEPEX 004/2021.

Caso o aluno já atue na área em que o Estágio será desenvolvido, sua experiência profissional poderá ser considerada parcialmente (50%), nos termos do Art. 61, inciso II, da Lei nº 9394/96 e conforme regulamentação da UESPI. Os alunos que

se encontrarem nessa situação deverão encaminhar para a Coordenação de Estágio, pedido para avaliação do seu caso, constando comprovantes da atividade realizada na escola e da função que ocupa, devidamente assinada pelo diretor. Este será analisado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, podendo ser aceito ou não;

A qualquer momento da realização do Estágio Supervisionado, o aluno pode ser desligado da atividade, se seu comportamento for incompatível com os padrões de conduta e as normas disciplinares da UESPI ou do órgão concedente do Estágio;

XI- DA DIVISÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, será dividido em três fases, onde se descreve abaixo:

OBSERVAÇÃO: Esta fase tem a duração de 30 horas no Estágio Supervisionado I, de 30 horas no Estágio Supervisionado II e 20 horas no Estágio Supervisionado III, e se caracteriza pela presença do estagiário na escola e em sala de aula, sem, no entanto, participar diretamente da aula.

PLANEJAMENTO: Durante esta fase, que terá duração de 30 horas nos Estágios Supervisionados I, de 30 horas no Estágio Supervisionado II e 20 horas no Estágio Supervisionado III, o estagiário auxiliará o professor regente em aulas práticas, trabalhos em grupo, no preparo de material didático etc; porém, o estagiário ainda não assumirá controle total da sala de aula. Paralelamente, o estagiário realizará atividades que darão suporte à sua própria regência: planejamento das aulas, preparo de material didático e instrumentos de avaliação, análise do livro didático adotado pelo professor regente, preenchimento de diário escolar etc.

REGÊNCIA: Nessa fase, que tem carga horária de 40 horas no Estágio Supervisionado I, de 40 horas no Estágio Supervisionado II e 40 horas para Estágio Supervisionado III, o estagiário assumirá a responsabilidade total sobre a condução das aulas, demonstrando coerência com o que foi planejado. Tal coerência será verificada pelo professor da disciplina, que junto com o professor da escola acompanhará e avaliará algumas aulas do estagiário.

A todos os alunos serão asseguradas vagas para a realização dos estágios curriculares nas escolas públicas ou privadas que tenham convênio com a UESPI.

XI.1- ORIENTAÇÕES PARA A FASE DE OBSERVAÇÃO

De uma forma geral, a fase de observação se dará em dois momentos: a observação da escola e a observação das aulas. Portanto, vejamos alguns aspectos que deverão ser considerados pelo estagiário nesses dois momentos:

1- A OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

a. Identificação e História da escola:

I- Localização, fundação, legislação de criação, mudanças desde a sua fundação etc.

b. Características organizacionais:

- II- Turnos e números de alunos por série e turma;
- III- Número de servidores gerais, administrativos e docentes;
- IV- Distribuição hierárquica da autoridade na escola;
- V- Grau de formação do quadro administrativo e docente;
- VI- Regimento da escola, projeto político pedagógico;
- VII- Conselho Escolar: Possui? Como é constituído?
- VIII- Como é a relação entre professores, alunos e os demais funcionários da escola?
- IX- Quando e como é realizado o conselho de classe?
- X- Qual o critério comum para a aprovação do alunado? Média?
- XI- Que tipos de comemorações são realizadas na escola no decorrer do ano letivo?

c. Infraestrutura:

- Área ocupada pela escola;
- Já passou por reformas e adaptações? Quantas e quais?
- Possui área poliesportiva e de lazer? Possui cantina?
- Laboratório: tamanho? É funcional? É bem equipado? Tem pessoa responsável pela manutenção?

- Biblioteca: tamanho? Apropriada para receber os alunos? Bem arejada e iluminada?
 Acervo bom?
- Salas de aula: número de salas e tamanho médio delas;
- Sala de Computação: tamanho? É funcional? Número de computadores? Tem pessoa responsável pela manutenção? É bem iluminado?
- Recursos didáticos: mapas, modelos, projetores de slides e transparências, vídeo, TV,
 TV escola etc.

d. Relação escola e comunidade:

- I- Nível socioeconômico dos alunos atendidos;
- II- Expectativas da comunidade a respeito da escola; (conversas informais)

OBS: No relatório deverá ser utilizado um espaço para que os estagiários **expressem opiniões pessoais** e anotar informações não previstas, assim como incidentes que tenham atraído maior atenção do estagiário.

XI. 2- OBSERVAÇÃO DA SALA DE AULA.

A sala de aula e seus aspectos físicos (tipos e condições das portas e janelas, condições das paredes (rabiscadas? Pintadas?), ventilador/ar-condicionado (quantos? funcionam?), demais observações referentes a estrutura física da sala de aula.

O Professor; qual sua formação? Como ou por que resolveu ser professor? Tem quantos anos de profissão? Cursos de qualificação? Perspectivas deste com relação à educação como um todo e seus alunos em particular? O que este pode relatar como intervenção já realizada por ele para a melhoria do ensino? Demais questionamentos que o estagiário desejar realizar.

Relação professor-aluno-meio: quais conflitos já enfrentaram (se enfrentou); como é a relação de aproximação do professor para com o aluno e vice-versa (que termos utiliza? Como se expressa, volume da voz), etc. Como o aluno analisa a postura do professor (converse com pelo menos 03 alunos e pergunte sobre o professor, suas aulas, sua postura como educador.

Como o aluno se imagina em 5 anos (o que planeja para o futuro, quais perspectivas desenha para sua vida? Quais referências tem de vida?

Acrescente informações que considerar relevantes.

XI.3 – ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

Execute esta fase atento aos problemas que a escola apresenta. Lembre-se que você não estará única e exclusivamente na sala e sim em todos os espaços da escola. Compartilhe os intervalos com alunos e professores, assim como o pessoal de apoio e administrativo. Utilize as conversas e as observações para detectar possíveis falhas na aprendizagem dos alunos. Detectando as falhas, pense em formas de corrigi-las. Este é o momento do 'ver e do pensar'.

E nesta fase também que o estagiário devera montar seu plano de trabalho, seguindo o conteúdo planejado pelo professor. Elabore seus planos de aula e analise o livro didático utilizado pela escola. Levante os pontos positivos e negativos do livro e estratégias de ensino condizentes com a turma a ser trabalhada.

XI. 4 – ORIENTAÇÕES PARA A REGÊNCIA

A fase da regência deverá ser dividida de acordo com as séries que compõem o Ensino Fundamental e Médio, a depender do público-alvo a qual o Estágio Supervisionado I e II se destinar.

Durante as observações fiquem atentos às características da turma e monte estratégias de ensino, apoiado pelo professor, que favoreça seu trabalho.

Siga os passos a seguir:

- Monte um Plano de trabalho das séries do Estágio, obedecendo a sequência de dias que ficará na escola; (modelo anexo)
 - Monte seu plano de aula; (modelo anexo)
- Apresente com antecedência ao professor titular da disciplina e ao professor do estágio; (colocar anexo, no relatório final).

XII- DOS DOCUMENTOS E FICHAS NECESSÁRIOS.

- Ficha de Inscrição do Estagiário (Entregue preenchido ao professor da disciplina da UESPI).
- 2- Ofício de Encaminhamento (Entregue ao estagiário pelo professor da disciplina da UESPI)
- 3- Termo de Compromisso (Entregue preenchido ao professor da disciplina da UESPI).
- 4- Ficha de frequência do Estagiário (Entregue preenchido ao professor da disciplina da UESPI).
- 5- Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Orientador/Supervisor da UESPI regência (preenchida pelo professor orientador da UESPI).
- 6- Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Supervisor da Escola (preenchida pelo professor da escola e anexado ao relatório final).
- 7- Plano de Estágio (Anexado ao relatório final).
- 8- Planos de aula (Anexados ao relatório final pelo estagiário).

ANEXOS

Documento I: Ficha de Inscrição do Estagiário



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI PRÔ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS – DAP ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Estaglário(a):
Data de nascimento / / CPF
Matricula: RG:
Curso:
Periodo: Tumo:
Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
End. Residencial: Fone:
Cldade:
Local de Estágio:
Endereço do Estáglo:
Supervisor do Estágio (local):
Professor Supervisor do Estágio (UESPI):
Horário de Estágio:
Data de Inscrição do Estágio:/
Estaglario (a):
MUDANÇA DE LOCAL DO ESTÁGIO
Local de Estágio:
Endereço do Estágio: Fone:
Horário de Estágio:
Supervisor do Estágio (local):
Supervisor do Estágio na UESPI:
Data:
Estaglário (a)

Documento II: Ofício de Encaminhamento



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS – DAP DIVISÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO



OFÍCIO CIRCULAR DAP S/N		_de	_de 201
Curso:			
Disciplina:	Período:		
Prof(a):			
Do(a) Professor(a) da Disciplina À Direção do(a)			
Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a),			
Apresentamos a V.Sa o aluno(a)			
do Curso	,período		_devidamente
matriculado(a) e frequentando a disciplina			par.
realizar atividades do Estágio nessa Instituição			
Esperamos contar com a compreensã	io e acolhida de Vossa S	enhoria.	
Aten	ciosamente,		
Prof(a). da discipl	ina de Estágio Supervis	ionado - UESPI	

Documento III: Termo de Compromisso

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS – DAP DIVISÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – DECS

SEMESTRE

TERMO DE COMPROMISSO
Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório sem vínculo empregatício, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de25 de setembro de 2008, a ser assinado pelas partes convenentes e pelo aluno, em 03 (três) vias, com a finalidade de proporcionar formação a estudantes que entre si celebram as partes a seguir nomeadas:
1 – INSTITUIÇÃO DE ENSINO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI CAMPUS/NÚCLEO ENDEREÇO: RUA JOÃO CABRAL, Nº. 2231, BAIRRO PIRAJA, CEP 64002-150 CIDADE/UF: TELEFONE: (086) 3213-7150 E-MAIL: dap@uespi.br REPRESENTANTE LEGAL/FUNÇÃO: Pedro Antônio Soares Júnior – Pró-Reitor de Ensino de Graduação 2 - INSTITUIÇÃO CONCEDENTE/EMPRESA
2 - INSTITUIÇÃO CONCEDENTE/EMPRESA
RAZÃO
SOCIAL:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
UF.:
REPRESENTANTE
LEGAL:CARGO:
TELEFONE:
SUPERVISOR DE
CAMPO:
TELEFONE (S):FAX:
E-MAIL:
3 – ESTAGIÁRIO

Rua João Cabral, 2231 - Bairro Pirajá - Cep: 64.002-150 - Teresina - Piauí - Brasil Fones: Central (86) 3213-7150 (Ramal 343) site: www.uespi.br Fone/Fax PREG: 3213-7801 e-mail: dap@uespi.br

NOME:

IDENTIDADE:

ORGÃO EMISSOR:	
CIDADE/UF:	
CEP:	
DATA DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO:	
CURSO:	PERÍODO_
4 – PROFESSOR ORIENTADOR	
E-MAIL:	
TELEFONE/CELULAR:	<u> </u>
SEMESTRE	
CLÁUSULA PRIMEIRA: A INSTITUIÇÃO CONCEDE admitir o (a) ESTAGLÁRIO (a) observando as çláu	sulas do convênio firmado com
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, de	e acordo com a legislação vigente

CLÁUSULA SEGUNDA

demais disposições estabelecidas pela Instituição de Ensino.

O estágio de estudantes da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto à INSTITUIÇÃO CONCEDENTE/EMPRESA de caráter obrigatório, tem por objetivo o entrosamento do aluno com as atividades desenvolvidas na Instituição Concedente possibilitando-lhe colocar em prática os conhecimentos recebidos na Universidade e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano.

CLÁUSULA TERCEIRA

O estágio terá duração _____ horas, com jornada de _____ diárias, a ser realizado no período letivo, não podendo exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CLÁUSULA QUARTA – COMPETE À INSTITUIÇÃO CONCEDENTE/EMPRESA

- a) Oferecer à INSTITUIÇÃO DE ENSINO subsídios que possibilitem o acompanhamento, à Coordenação e avaliação de Estágio;
- b) Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar, ao aluno termo de realização do Estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas no período e avaliação de desempenho;
- c) Fixar os locais, datas e horários em que se realizarão as atividades do estágio, às quais deverão ser compatíveis com a formação profissional e o horário de aula do aluno.

CLÁUSULA QUINTA - COMPETE A UESPI

- a) Fazer inscrição dos candidatos ao Estágio mediante critérios estabelecidos e encaminhálos a Instituição Concedente/Empresa;
- b) Assinar os Termos de Compromisso de Estágio como parte interveniente;
- c) Informar a Instituição Concedente todos os desligamentos de estagiários da Uespi, por quaisquer motivos, inclusive trancamento de Cursos;
- d) Fazer Seguro de Acidentes Pessoais em favor do estagiário, durante o período de vigência do estágio.

CLÁUSULA SEXTA – COMPETE AO ESTAGIÁRIO

- a) Cumprir fielmente a programação de estágio, comunicando em tempo hábil a impossibilidade de fazê-lo;
- b) Cumprir as normas internas da Instituição de Ensino/Empresa concedente do Estágio, principalmente as relativas ao Estágio, que ele declara expressamente conhecer;
- c) Elaborar relatório de Estágio na forma, prazo e padrões estabelecidos pela Instituição de Ensino;
- d) Comunicar à Instituição de Ensino, imediatamente, a conclusão, abandono ou trancamento do curso a que se relacione o estágio, não será permitida a substituição do local do estágio.

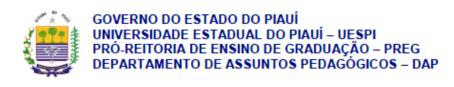
CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Termo de Compromisso de estágio será cancelado:

- a) Automaticamente ao término do Estágio;
- b) Pelo descumprimento por parte do estagiário das condições do presente Termo de Compromisso;
- c) Por comportamento, funcional ou social incompatível do estagiário
- d) Pelo não comparecimento do estagiário sem motivo justificado por 08 (oito) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, no período de 01 (um) mês.

E assim justas e compromissadas, assinam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

, de	de 201
Representante da INSTITUIÇÃO DE	
(assinature	a e carimbo)
Professor da disciplina Estágio Supervisiona	
(nome	por extenso)
Representante da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE/E	MPRESA
(assinatur	a e carimbo)
Est	agiário (a)
TESTEM	IUNHAS:
1	
2	

Documento IV: Ficha de frequência do Estagiário



LOCAL DE ESTÁGIO:

ALUNO (A):_

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A) - UESPI: _



_	FREQUÊNCIA	NDO ESTÁGIO – ANO:	MÊS:	SEMESTRE: _
_		TURNO:		24/24
s	HODA	ENTRADA RUBRICA	HODA	SAÍDA RUBRICA
+	HORA	RUBRICA	HORA	RUBRICA
+				
+				
+				
+				
\exists				
1				
T				
+				
\perp				
_				
4				
_				
\perp				
4				
\Box				
+				
\forall				
1				
_				
T				
一				

Documento V: Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Orientador/Supervisor da UESPI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Orientador/Supervisor da UESPI

CRITÉRIOS	INSUFI- CIENTE	REGU- LAR	вом	MUITO BOM	COMENTÁRIOS DO SUPERVISOR
ASSIDUIDADE					
Normas de horário e permanência					
durante o expediente.					
DEDICAÇÃO					
Zelo e interesse pelos trabalhos de					
sua responsabilidade.					
INICIATIVA					
Capacidade de encaminhamento					
de determinadas situações e					
discerni- mento.					
CRIATIVIDADE					
Capacidade de criação, rapidez e ha-					
bilidades de execução.					
ASSIMILAÇÃO					
Facilidade de cumprir e participar					
da rotina de trabalho.					
DISCIPLINA					
Cumprimento às normas e determi-					
nações da instituição.					
RENDIMENTO					
Capacidade de aproveitamento e					
produção.					
CONCEITO FINAL					

DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA DO PROFESSOR CURSISTA

O aluno estagiou nesta instituição, no período de _			/	/	a	/	/
perfazendo um total de _	horas.						
	,	de				de 2021.	

Assinatura do Professor Supervisor da disciplina/UESPI

Documento VI: Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Supervisor da Escola

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Ficha de avaliação do estagiário pelo Professor Supervisor da Escola (Anexado ao relatório final pelo estagiário)

CRITÉRIOS	INSUFI- CIENTE	REGU- LAR	вом	MUITO BOM	COMENTÁRIOS DO SUPERVISOR
ASSIDUIDADE					
Normas de horário e permanência					
durante o expediente.					
DEDICAÇÃO					
Zelo e interesse pelos trabalhos de sua responsabilidade.					
INICIATIVA					
Capacidade de encaminhamento					
de determinadas situações e					
discerni- mento.					
CRIATIVIDADE					
Capacidade de criação, rapidez e ha-					
bilidades de execução.					
ASSIMILAÇÃO					
Facilidade de cumprir e participar					
da rotina de trabalho.					
DISCIPLINA					
Cumprimento às normas e determi-					
nações da instituição.					
RENDIMENTO					
Capacidade de aproveitamento e					
produção.					
CONCEITO FINAL					

DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA DO PROFESSOR CURSISTA

O aluno estagiou nesta institui	ção, no perí	odo de _	/	/	a	/	/
perfazendo um total de $_$	horas.						
	,	de				de 2021.	

ASSINATURA DO SUPERVISOR LOCAL

Documento VII: Plano de Estágio (Anexado ao relatório final pelo estagiário)



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG DIVISÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO



PLANO DE ESTAGIO					
	IFICAÇÃO:			STRE/_	
LOCAL DE	ESTÁGIO:				
PROFESS(OR ORIENTADOR	R – UESPI:			
2. PLANCE ETAPAS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Nº DE	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES	

Documento VIII: Plano de aula (Anexado ao relatório final pelo estagiário)



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES

Nome da Escola:	
Componente Curricular:	
Professor (a) Supervisor (a) UESPI:	
Professor (a) Estagiário (a):	
Data da aula:	Duração:
Ano :	Turno:
OBJETO DE CONHECIMENT O (ASSUNTO)	
OBJETIVOS	
HABILIDADE(S)	
RECURSOS:	
METODOLOGIA:	
AVALIAÇÃO:	
BIBLIOGRAFIA:	



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150 Telefone: - https://www.uespi.br

RESOLUÇÃO CEPEX 026/2023 ABRIL DE 2023

TERESINA(PI), 17 DE

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão -CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o processo nº 00089.001521/2023-56;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX, na 233ª Reunião Ordinária, em 13/04/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA (7163620), a ser ofertado no Campus "Dra. Josefina Demes", em Floriano-PI., da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA PRESIDENTE DO CEPEX



Documento assinado eletronicamente por EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 20/04/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **7282971** e o código CRC **36E376E1**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.001521/2023-56

SEI nº 7282971

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI-PI

RESOLUÇÃO CEPEX 026/2023

Disponibilizado em: 24/04/2023 23:04:14

TERESINA(PI), 17 DE ABRIL DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o processo nº 00089.001521/2023-56;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX, na 233ª Reunião Ordinária, em 13/04/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA (7163620), a ser ofertado no *Campus* "Dra. Josefina Demes", em Floriano-PI., da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA PRESIDENTE DO CEPEX

REF.7532

EXTRATOS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PMPI

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/2023 - DAF/PMPI	
Nº do processo SEI	00028.006627/2023-61
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23001035 – SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS (Solenidade de Entrega do Espadim aos Alunos- Oficiais, do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais)
Modalidade de licitação (se for o caso)	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2023 - DAF/ PMPI
Fundamento legal	CÓDIGO CIVIL, ART. 565 E SS., LEI FEDERAL N° 8.245/91 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N° 8.666/93, ART. 24, X E SUAS ALTERAÇÕES.
Contratante	POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, CNPJ Nº 07.444.159/0001-44.
Codificação da UG no Siafe	26101 - PMPI.
Contratado	EMPRESA E. S. SOUZA RODRIGUES.
CNPJ do Contratado	41.088.256/0001-80
Resumo do objeto do contrato	O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS (Solenidade de Entrega do Espadim aos Alunos- Oficiais, do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais)